

**PERFIL EMPREENDEDOR DOS ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA:
CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

BÁCIMA ELIANA ALVES SIMÃO

Presidente Prudente - SP

2012

**PERFIL EMPREENDEDOR DOS ALUNOS CONCLUINTES DO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA:
CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

BÁCIMA ELIANA ALVES SIMÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial de aprovação do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação: Área de Concentração - Gestão Educacional.

Orientador:
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho

378
S588p

Simão, Bácia Eliana Alves

Perfil empreendedor dos alunos concluintes do curso de administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada: Contribuições para o aprimoramento do Projeto Pedagógico de Curso. / Bácia Eliana Alves Simão. – Presidente Prudente, 2012.

149 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2012.

Bibliografia.

Orientador: José Camilo dos Santos Filho.

1. Ensino superior. 2. Administração – Estudo e Ensino. 3. Projetos - Avaliação. 4. Empreendedorismo. I. Título.

BÁCIMA ELIANA ALVES SIMÃO

Perfil empreendedor dos alunos concluintes do Curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada: contribuições para o aprimoramento do Projeto Pedagógico de Curso

Dissertação apresentada como requisito parcial de aprovação do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação: Área de Concentração - Gestão Educacional.

Presidente Prudente, 30 de agosto 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Cecílio
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá - PR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com muita saudade, a meu pai e irmão (*in memoriam*), a minha mãe por acreditar que a educação era o caminho e àquelas que são a razão maior da minha existência, minhas duas joias raras, filhas companheiras na caminhada da vida, Thâmara e Ymara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de realizar esta pesquisa, a qual me proporcionou crescimento profissional e pessoal, além de fazer-me descobrir uma paixão pela educação.

Ao meu orientador, professor Dr. José Camilo dos Santos Filho, pelo conhecimento e valiosa experiência, sempre repassados com simplicidade e carinho.

Às professoras da banca examinadora Dr^a. Maria Aparecida Cecílio e Dr^a. Lúcia Maria Gômes Corrêa Ferri pela contribuição para a melhoria desta pesquisa.

Também agradeço à professora Eva Dias de Freitas, pessoa empreendedora que oportunizou meu ingresso no Ensino Superior e incentivou essa caminhada rumo ao crescimento profissional.

Agradeço o carinho e apoio de minha irmã Elizabete Regina da Cruz e meus sobrinhos Ana Giúlia e Ícaro.

Aos amigos, colegas de trabalho e de mestrado, Ana Paula, Randall, Naime, Caroline, Grazielle, Suzete, Qelli, Diego, Janaina, Maria José, Débora e Jucilene.

As minhas amigas Té e Edinéia pelos momentos de descontração que tornam a vida mais leve.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

RESUMO

Análise do perfil empreendedor dos alunos concluintes do curso de administração de uma instituição de ensino superior privada: contribuições para o aprimoramento do projeto pedagógico do curso

O objetivo desta pesquisa foi analisar o perfil empreendedor dos alunos concluintes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada a fim de identificar a necessidade de aprimorar o Projeto Pedagógico de Curso e a atuação consequente de seu corpo docente na formação empreendedora dos alunos. A pesquisa teve como suporte metodológico a abordagem quanti-qualitativa, caracterizando-se como um estudo exploratório-descritivo. Para a coleta de dados quantitativos foram utilizados um questionário e um teste de tendência geral empreendedora (TEG) e, para a coleta de dados qualitativos, entrevista semiestruturada e análise documental. Os dados quantitativos foram coletados junto a 30 alunos concluintes e os dados qualitativos, junto a seis alunos e três professores do curso de Administração. A aplicação do teste de tendência empreendedora revelou que os estudantes se situaram próximos do parâmetro esperado nas dimensões “necessidade de realização” e “tendência a ter autonomia e independência”, abaixo do parâmetro nas dimensões “tendência a assumir riscos” e “tendência criativa” e apenas acima do parâmetro na dimensão “tendência a ter iniciativa e determinação”. Por meio da análise de documentos relativos ao curso de Administração, apenas foram constatadas referências breves sobre a formação empreendedora do estudante no objetivo geral do curso e no perfil profissiográfico do egresso, bem como a presença de uma disciplina sobre Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios na matriz curricular. Os professores entrevistados, em atitudes isoladas, informaram que promovem discussões sobre o tema, mas esse não é o procedimento padrão, pois não existe uma prática sistematizada prevista no projeto pedagógico do curso, nos planos de ensino e na prática docente. Os estudantes entrevistados manifestaram expectativa quanto à formação focada no empreendedorismo, contudo não perceberam instrumentos específicos no curso destinados ao desenvolvimento de características empreendedoras, tampouco um esforço integrador das disciplinas para despertá-los e estimulá-los a empreender seu próprio negócio. Concluiu-se que a estrutura do curso em questão deve ser reavaliada com a finalidade de promover a interdisciplinaridade e incrementar os conteúdos das disciplinas diretamente ligadas ao tema, além de introduzir outros relacionados ao assunto a fim de proporcionar aos estudantes o desenvolvimento das habilidades empreendedoras necessárias para aumentar sua chance de sucesso ao empreenderem seus próprios negócios.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Formação empreendedora. Curso de Administração.

ABSTRACT

Analysis of the entrepreneurial profile of students graduating in the Business Administration Course of a private institution of higher education: contributions to the improvement of the pedagogical project of the course

The purpose of this study was to analyze the entrepreneurial profile of students graduating in the Business Administration course of a Private Institution of Higher Education for identifying the need to improve the Pedagogical Project of the Course and consequent actions of its faculty in the formation of entrepreneurial students. The research has as methodological support the quali-quantitative or mixed approach, characterized as a descriptive exploratory study. For quantitative data collection, were utilized a questionnaire and a test of entrepreneurial tendency (TED), and for qualitative data collection, a semi-structured interview and document analysis. The questionnaire and the test were applied to 30 students graduating in Business administration and an interview was conducted with six of these students and another with three professors of the course. The application of the test of entrepreneurial tendency revealed that the students were classified near the expected parameter in the dimensions "need for achievement" and "tendency to have autonomy and independence", below the parameter in the dimensions "tendency to take risk" and "creative tendency" and only above the parameter in the dimension "tendency to take initiative and determination". Through the document analysis of the Administration Course, only brief mentions related to the entrepreneurial formation of students were found in the general objective of the course and in the professionographic profile of the graduating, and the presence of a discipline about Entrepreneurship and New Business Creation in the curriculum program. The professors interviewed, in an isolated attitude, informed that they promote discussions about the subject, but this is not a standard procedure, because it is not a systematized practice established in the course pedagogical project, in the teaching plans and in the teaching plans. The students interviewed manifested expectation related to the formation focused on entrepreneurship, but did not perceive specific instruments in the course destined to the development of entrepreneurial characteristics, neither an integrating effort of the disciplines for awakening and stimulating them to initiate their own business. It was concluded that the structure of the course under analysis should be reevaluated with the purpose of promoting interdisciplinarity and increasing the content of courses directly related to the subject in order to provide students the development of the needed entrepreneurial skills for increasing their success chance in undertaking their own business.

Keywords: Entrepreneurship. Entrepreneurial formation. entrepreneurial training. Business Administration course.

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 - Empreendedores iniciais segundo gênero Brasil, 2010 Taxas (%)	23
GRÁFICO 2 – Condições para empreender no Brasil segundo percepção dos especialistas – Brasil – Comparativo 2002 e 2010	25
GRÁFICO 3 – Idade dos estudantes	93
GRÁFICO 4 – Sexo dos estudantes	93
GRÁFICO 5 – Estado civil dos estudantes	94
GRÁFICO 6 – Procedência geográfica dos estudantes	94
GRÁFICO 7 – Rendimento médio mensal da família dos estudantes	95
GRÁFICO 8 – Atividade profissional do estudante	95
GRÁFICO 9 – Opção ao escolher o curso de administração	96
GRÁFICO 10 – Perspectiva futura daqui a 10 anos	96

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Ranking das dez principais razões para encerramento das atividades da empresa extinta	32
TABELA 2 - Comparação da resolução 01/93 e resolução 01/04	73
TABELA 3 - Resumo da evolução dos Cursos de Administração no Brasil	75
TABELA 4 - Comparação entre estudantes pesquisados e administradores participantes de Pesquisa Nacional sobre perfil do Administrador	97
TABELA 5 - Cálculo do valor de cada dimensão de tendência empreendedora	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas
BM - Banco Mundial
BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFA - Conselho Federal de Administração
CNI - Confederação Nacional das Indústrias
CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPC - Conceito Preliminar do Curso
CRA/BA - Conselho Regional de Administração da Bahia
DASP - Departamento Administrativo de Serviço Público
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAPE/FGV - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas
EAD - Educação à Distância
ENADE - Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes
ESAN - Escola Superior de Administração de Negócios
EUA - Estados Unidos da América
FEA/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FIES - Programa de Financiamento Estudantil
FMI - Fundo Monetário Internacional
GEM - Global Entrepreneurship Monitor
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
IDORT - Instituto de Racionalização do Trabalho
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
IES - Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MBA - Master of Business Administration
NDE - Núcleo Docente Estruturante
NFTE - Network For Training Entrepreneurship – Rede de Formação para o Empreendedorismo
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organizações das Nações Unidas
ONGs - Organizações Não Governamentais
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPP – Projeto Político-pedagógico
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SOFTEX - Sociedade Brasileira para Exportação de Software
TEA - Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial
TEG - Tendência Geral Empreendedora
TC - Trabalho de Curso
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contextualização da Região da Pesquisa.....	15
1.2 Contextualização do Problema.....	16
1.3 Problema	28
1.4 Objetivos	30
1.4.1 Objetivo geral	30
1.4.2 Objetivos específicos	31
1.5 Relevância do Problema.....	31
1.6 Organização do Pesquisa.....	36
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	37
2.1 Empreendedorismo: Origem, Conceito, Características e Tipos.....	37
2.1.1 Origem terminológica e evolução histórica do empreendedorismo	37
2.1.2 Conceito de empreendedorismo.....	41
2.1.3 Características empreendedoras.....	43
2.1.4 Tipos de empreendedores.....	47
2.2. Ensino Superior.....	49
2.2.1 Trajetória escolar do aluno até o ensino superior e a formação docente.....	64
2.3. Ensino de Administração no País.....	66
2.4 Gestão Educacional e o Projeto Pedagógico do Curso.....	78
2.4.1 Gestão educacional.....	78
2.4.2 Projeto político-pedagógico.....	83
2.5 Ensino do Empreendedorismo.....	87
3 METODOLOGIA.....	91
3.1 Introdução e Fundamentação Metodológica.....	91
3.2 Sujeitos da Pesquisa.....	92
3.3 Instrumentos.....	99
3.4 Coleta de Dados.....	100
3.5 Análise de Dados.....	101
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	103
4.1 Tendências Empreendedoras dos Alunos Pesquisados.....	103
4.2 O Curso de Administração da Faculdade e a Formação Empreendedora.....	105
4.2.1 Projeto pedagógico do curso e a formação empreendedora.....	105
4.2.2 Planos de ensino do curso e a formação empreendedora.....	113
4.3 Ações de Formação Empreendedora Realizadas pelo Corpo Docente.....	114
4.4 Contribuições do Curso para o Desenvolvimento de Habilidades Empreendedoras.....	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	117
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICES	
Apêndice A 1 - Questionário	131
Apêndice A 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	135
Apêndice B - Entrevista Semiestruturada (aluno).....	137

Apêndice C - Entrevista Semiestruturada (professor).....	138
ANEXOS	
Anexo A - Matriz Curricular.....	139
Anexo B - Plano de Ensino de Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios.....	142
Anexo C - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração.....	145

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da Região da Pesquisa

É na cidade de Iturama, localizada no Pontal do Triângulo Mineiro, que a Faculdade Privada oferece o curso de Administração, parte integrante desta pesquisa. Iturama é um município brasileiro do Estado de Minas Gerais, na Microrregião de Frutal. Tem uma população de 34.456 habitantes (IBGE, 2010) e área de 1.404,7 km². Localiza-se às margens do Rio Grande, a 750 km de Belo Horizonte e tem como limites ao Norte o município de União de Minas até a divisa com município de Limeira do Oeste; a Leste faz fronteira com o município de Campina Verde, ao Sul com o Estado de São Paulo e a Oeste com os municípios de Limeira do Oeste e Carneirinho, segundo dados do site Wikipédia (2012).

A economia da região é baseada na agricultura, pecuária, plantação de cana-de-açúcar, produção de álcool e prestação de serviços. Outro ponto importante a se observar na economia é a implantação do Porto Intermodal de Cargas, que une os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, possibilitando o escoamento de toda a produção da região diretamente no Porto de Santos.

A área Industrial da região é composta de indústrias de diferentes ramos, totalizando 190 indústrias que alavancam a economia municipal como, por exemplo: a Usina Coruripe, sendo a maior empregadora da cidade; o Frigorífico Friboi e a Usina de Biodiesel Triângulo.

A cidade possui uma área comercial diversificada constituída por uma ampla rede de supermercados, farmácias, clínicas médicas, bancos, hospitais, lojas de conveniência, onde se encontram várias redes, como: Eletrosom e Eletrozema lojas de eletrodomésticos, móveis e eletrônicos e lojas Pernambucanas: loja de roupas e eletrodomésticos.

A cidade de Iturama conta com três hospitais: um particular, um público e um segundo particular, que está em construção. Ela dispõe também de várias clínicas de todas as especialidades e ramos e de dois planos de saúde – Unimed e Bem Saúde.

Na cidade existem várias instituições públicas, estaduais e particulares e escolas de idioma, dança, teatro, balett, de diversos tipos de lutas e uma escola técnica, totalizando: 6 escolas estaduais, 4 escolas municipais, sendo uma agrícola,

2 escolas particulares, 2 escolas de idiomas e uma instituição de ensino superior privada, que mantém os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia.

Há uma diversidade de culturas e projetos culturais, sendo que, no dia 1º de Maio de todo ano, é realizada uma feira cultural na principal praça da cidade em homenagem ao dia do trabalho, na qual são apresentadas as culturas: artesanatos, peças de teatro, danças, apresentações e shows musicais, gastronomia e pinturas. Além disso, roupas e calçados, são expostos para comercialização.

1.2 Contextualização do Problema

A história da humanidade esteve condicionada à luta de classes, tendo como centralidade o trabalho enquanto elemento estruturante do processo de sociabilização humana (ANTUNES, 2000). Na antiguidade, essa luta travava-se entre homens livres e escravos; na Idade Média, entre senhores feudais e servos e, na Idade Moderna, entre burgueses e proletários (MARX; ENGELS, 2012).

Nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho dos escravos e dos servos gerava uma produção essencialmente de consumo. Em contrapartida, com o advento da Revolução Industrial e a consequente substituição da força de trabalho manual pela força das máquinas, o sistema feudal deu espaço ao sistema capitalista de produção e a força de trabalho passou a ser uma mercadoria negociável com os proprietários dos meios de produção.

Essa alteração do sistema produtivo gerou a mais-valia, ou seja, a acumulação do capital pelo capitalista e alienação e dominação do operário. Gomes et al. (2002, p. 48) relata que “a história do capitalismo é a história da transformação do trabalhador em força de trabalho e do assalariamento como condição de reprodução do trabalho e do capital [...] tendo como pano de fundo a luta de classe [...]”.

A trajetória do capitalismo é delineada de forma distinta entre as economias capitalistas centrais e as periféricas. Nas economias centrais, o capitalismo alia-se ao liberalismo econômico no final do século XVIII.

O ideário liberalista caracteriza-se pelas ideias de Adam Smith (2003), que explica a relação entre o bem-estar dos indivíduos e o funcionamento livre e ilimitado do mercado, sem a intervenção do Estado na economia.

Segundo Novelo (apud LAURELL, 1995), no final do século XIX e início do século XX, em decorrência das lutas sociais e políticas, instaurou-se a decadência do liberalismo e surgiu o Estado de Bem-Estar (Welfare State), ideário calcado nas ideias de Keynes e utilizado pelos sociais democratas como política econômica para gerir e regular a economia capitalista e seus decorrentes conflitos:

O estado social teve como novidade em relação ao anterior Estado liberal: 1) a redefinição das relações clássicas entre sociedade civil e política, a politização das relações civis por meio da intervenção do Estado na economia e das corporações na política econômica, e um processo de “civilização” das relações políticas; 2) a legalização da classe operária e de suas organizações, institucionalizando uma parte do conflito inter-classes. A sociedade deixa de ser pensada como somatório de indivíduos e implicitamente reconhece-se conformada por classe sociais, as organizações, representantes de interesses setoriais, além de serem legitimados, podem participar de pactos e relações que transcendem a democracia parlamentar. Os pactos corporativos assumem um papel central nas grandes decisões das políticas do Estado. Finalmente, assume-se que o conflito interclasses, em vez de ser abolido em nome de supostas homogeneidades liberais da natureza humana, deve ser canalizado através de instituições e regulado com normas especiais a serem constituídas: 3) em síntese, o Estado social é, em parte, investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos, mas também Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social (NOVELO apud LAURELL, 1995, p. 74,75)

O Estado de Bem-Estar procurou amenizar as consequências ruins do capitalismo, promovendo uma assistência básica à população. Entretanto, com a crise que se estabeleceu na economia da década de 1970, novos rumos foram delineados. Durante conferência em 1995, patrocinada pela Presidência da República, na qual os ministros explicaram aos parlamentares dos partidos aliados as emendas constitucionais que pretendiam enviar ao Congresso, o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, responsável pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), afirmou que a crise se caracterizava pelas seguintes razões:

A crise fiscal define-se pela perda do crédito público e por poupança pública negativa. A crise do modo de intervenção, pelo esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações, que foi bem-sucedido nos anos de 1930, 1940, 1950, mas que deixou de sê-lo há muito tempo. Crise do modo de intervenção que se expressa também no fracasso em criar um Estado do Bem-Estar no Brasil, nos moldes social-democratas europeus (BRESSER, 1995).

Tendo como pano de fundo a crise, instaurou-se, como alternativa para avigorar o sistema capitalista, a ideologia neoliberal nos governos de Margaret

Thatcher (Inglaterra) em 1979, Ronald Reagan (EUA) em 1980, Helmut Kohl (Alemanha) em 1982 e Yasuhiro Nakasone (Japão) no mesmo ano. Estes governos advogaram essa ideologia com base na não interferência do Estado na Economia, ou seja, o Estado mínimo e a transferência da responsabilidade para o setor privado. O neoliberalismo teve sua posição reforçada pela queda dos países do leste europeu, cujo marco foi a queda do muro de Berlim, em 1989, conforme Santos (1991).

A trajetória econômica do Brasil teve suas peculiaridades, especialmente pelas características de país colônia e escravagista. Considerando também as diferentes trajetórias entre economias centrais e periféricas, o Brasil, a partir de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, importou das economias centrais a ideologia neoliberal propostas por agências internacionais financiadoras (Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial - BM), na tentativa de driblar a crise estabelecida na década de 1980. Fundamentado neste ideário, o governo justificou a crise e terceirizou o Estado, especialmente em relação às questões sociais.

As ideias neoliberais foram defendidas pelos expoentes Milton Friedman e Friedrich A. Hayek e têm como características básicas:

[...] a identificação tácita do preceito da desigualdade individual com o preceito da desigualdade social, numa perspectiva individualista e que valoriza o espírito empreendedor, de competitividade, habilidades e aptidões particulares como única e legítima via de relacionamentos e “sucessos” no plano social — e que, ademais, encontram no princípio do respeito às singularidades ou diferenças individuais, sua salvaguarda ético-moral; a identificação e travestimento do princípio clássico de cidadania, enquanto conjunto de direitos e deveres democráticos, pelo estatuto e condição de consumidor ou cliente, segundo seu poder individual de compra de bens e serviços, aquisição de informações e de defesa jurídica de seus direitos; o favorecimento da desregulamentação dos mercados e o incremento de processos de privatização do aparato estatal, justificados pela necessidade de diminuição da presença do Estado na economia, visando-se, assim, limitar sua atuação a de mediador e provedor das necessidades sociais; a prevalência do monetarismo como princípio econômico-financeiro, que privilegia a esfera fiscal e de fluxos de capitais, em detrimento da produção industrial local; a aceitação incondicional da transnacionalização dos mercados produtivos e de capitais, denominada globalização, aceita e difundida como sinônimo da ampliação inexorável do mercado; a outorga das atividades sociais e assistenciais a organizações não-governamentais e o estímulo ao espírito assistencialista e voluntarista da chamada sociedade civil, dentre outros aspectos (ZORZAL, 2010, p. 15).

Como consequências principais dessa ideologia implementada no Brasil, elencam-se entre outros a privatização, o aumento da carga tributária e o crescimento da dívida pública.

Ainda considerando o contexto da sociedade capitalista burguesa mundializada, no que tange ao trabalho, Behring e Boschetti (2009, p. 50) afirmam “que o trabalho perde seu sentido como processo de humanização e passa a ser incorporado como atividade natural de produção para a troca, independentemente de seu contexto histórico”. Dessa forma, estabeleceu-se um contexto fértil para a necessidade da existência de indivíduos empreendedores, considerando as difíceis oportunidades de inserção aos postos formais de trabalho e sua configuração no sistema capitalista. Os empreendedores, especialmente aqueles que empreendem por necessidade, são os agentes responsáveis pelo surgimento e efetivação do processo de criação de unidades produtivas que promovem o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

A prática empreendedora estabelece oportunidades de geração de emprego e renda e permite o fluxo e a potencialização da economia. Assim, o empreendedor tem oportunidade de romper com a condição de futuro operário, e conseqüentemente, com o ciclo repetitivo, oportunizando também que os filhos do proletariado não continuem como seus pais neste sistema que, de acordo com Frigotto (apud GOMES et al., 2002, p. 26) “retalha, destrói, recria novas tarefas sob novas relações, assim como cria trabalhos parasitários, inúteis e atrofiadores”.

Evidencia-se tais condições de trabalhos repetitivos, enfadonhos, alienantes, particularmente após a implementação dos métodos criados por Taylor (taylorismo)¹ e sua teoria da Organização Racional do Trabalho (ORT), cujo maior interesse era a eficiência e conseqüente produtividade, relegando o operário a um complemento da máquina .

Maslow (2000) analisa o desenvolvimento das sociedades capitalistas comparando as diferenças estabelecidas entre o que o autor considera como grandes e boas sociedades e as sociedades em regressão e decadência a partir da

¹ Taylorismo é um sistema de organização industrial criado pelo engenheiro mecânico norte-americano Frederick Winslow Taylor, no início do século XX. A principal característica deste sistema é a aplicação de métodos científicos no trabalho e divisão de tarefas dentro de uma empresa com o objetivo de obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo e atividade (CHIAVENATO, 2008).

oportunidade de empreender, seja ela advinda de políticas públicas², oportunidade ou necessidade, nas quais sociedades dinâmicas refletem seu espírito empreendedor e inovador e sociedades decadentes retratam sua acomodação e conservadorismo.

A análise da importância do empreendedor para o desenvolvimento das sociedades vai além, considerando a expressividade da frase de Jeffry Timmons sobre o tema: “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX” (apud DORNELAS, 2008, p. 5). Nessa perspectiva, compreende-se a importância da pessoa empreendedora para o cenário econômico atual, pois para o autor, o empreendedorismo modificou o formato das relações econômicas, da mesma forma que a revolução industrial mudou a prática comercial da época.

O empreendedorismo é o motor da economia, criando emprego e prosperidade, afirma Dornelas (2008). Da mesma forma, reconhece Chiavenato (2008a, p. 4) a importância do empreendedor para a sociedade quando o define como a “energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias, quem fareja as oportunidades.”

Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico. Não são simples provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos em uma economia em mudança, transformação e crescimento. Continuamente milhares de pessoas adultas e de todas as classes sociais inauguram novos negócios por conta própria e agregam a liderança. É essa força vital que faz pulsar o coração da economia (CHIAVENATO, 2008a, p. 4).

Dolabela (2008, p. 11) relata um parecer da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Global Entrepreneurship Monitor (GEM)³ sobre a importância do empreendedor para a sociedade, “o pequeno empreendedor é um elemento tão importante do setor privado quanto uma corporação mundial”. A criação de empresas é o instrumento mais eficaz para a geração de empregos, o crescimento econômico, o desenvolvimento social e, conseqüentemente, para combater a

² Políticas Públicas são intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas, que sejam socialmente relevantes (GIOVANNI, 2008).

³ Global Entrepreneurship Monitor - GEM foi criado a partir de uma iniciativa do Babson College, nos Estados Unidos, e da London Business School, na Inglaterra com o objetivo de medir a atividade empreendedora dos países e observar seu relacionamento com o crescimento econômico. O GEM, no Brasil, tem como parceiros o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP-PR) do Paraná e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Suas atividades de pesquisa iniciaram-se em 1999 com 10 países e envolveram 59 economias de todos os continentes (SEBRAE, 2010).

pobreza em uma sociedade. Ainda, segundo Dolabela (2008), um dos coordenadores dos relatórios do GEM (SEBRAE, 2010), considera que a principal ação de qualquer governo para evitar a estagnação econômica e gerar a prosperidade de uma nação consiste em estimular e apoiar ações empreendedoras, por meio da criação de políticas públicas efetivas. Vale ressaltar que esta consideração do autor está vinculada às necessidades impostas pelo sistema capitalista segundo o ideário neoliberal ao estimular a competição e o individualismo.

O Relatório Executivo do GEM sobre pesquisa internacional realizada anualmente constata que o Brasil é o país que possui a maior taxa de empreendedores em estágio inicial (17,5%). Dornelas (2008), especialista em empreendedorismo, afirma que o Brasil finalmente tem dado a devida importância ao empreendedor, por meio de programas de apoio, cursos, entidades de classes, organizações não governamentais (ONGs), publicações, entre outros, proporcionando aos empreendedores maior preparo e acesso às informações.

Dessa forma, capacita-se o profissional em questão para melhor gerir os seus negócios, apesar da existência de alguns fatores que inibem a ousadia do empreendedor brasileiro, como a lacuna quando se trata de inovação e transferência de tecnologia.

Os resultados dessa pesquisa do GEM incluem comparações globais, relatórios nacionais e tópicos especiais baseados no ciclo de coleta de dados anuais. Mais de 300 acadêmicos e pesquisadores participam ativamente do projeto e, como membros do consórcio que realizam a pesquisa mundialmente, têm acesso à programação de entrevistas, procedimentos de coleta de dados e outros detalhes para análises sistemáticas.

O GEM considera que uma atividade empreendedora é traduzida pelo número de pessoas dentro da população adulta de um determinado país envolvida na criação de novos negócios. Nesta pesquisa, os dados foram obtidos por meio de pesquisa quantitativa com uma população na faixa etária entre 18 e 64 anos. A Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial (TEA) é a proporção de pessoas na faixa etária entre 18 e 64 anos envolvidas em atividades empreendedoras na condição de empreendedores de negócios nascentes ou empreendedores à frente de negócios novos com menos de 42 meses de existência.

Nesse contexto, alguns dados se revelam importantes para o Brasil. Inicialmente, como já citado, deve-se considerar a expressiva TEA de 17,5%, a

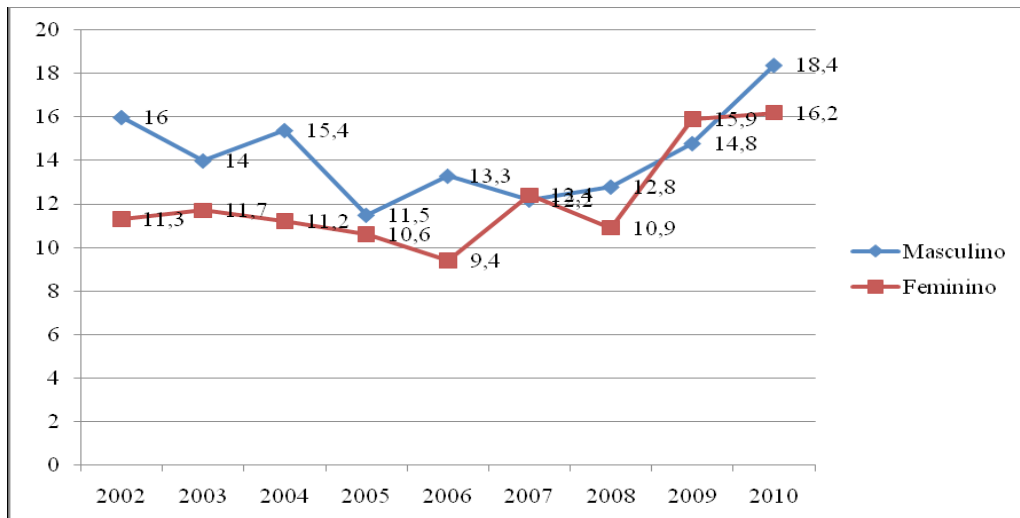
maior desde que a pesquisa do GEM foi realizada no país, demonstrando a tendência de crescimento da atividade empreendedora.

Segundo os dados dessa pesquisa, considerando a população adulta brasileira de 120 milhões de pessoas, 21,1 milhões de brasileiros estavam à frente de atividades empreendedoras no ano de 2010. Considerando-se os números absolutos e não percentuais, apenas a China possui mais empreendedores que o Brasil. A TEA chinesa de 14,4% (consideravelmente mais baixa que a brasileira) representa 131,7 milhões de adultos à frente de atividades empreendedoras no país. A análise global do relatório internacional indica que para as 50 economias que participaram da Pesquisa do GEM, em 2009 e 2010, a metade manteve ou aumentou a TEA de um ano para o outro (SEBRAE, 2010).

Esse crescimento pode ser observado num ambiente mais estável, com inflação controlada e crescimento econômico, ou seja, as condições macroeconômicas estão favorecendo o empreendedorismo no Brasil, especialmente quanto ao empreendedorismo por oportunidade, mas ainda precisa evoluir quanto às políticas governamentais e institucionais de apoio ao empreendedor.

Quanto ao gênero, a pesquisa revela que a mulher brasileira é historicamente uma das que mais empreende no mundo. Apenas em Gana as mulheres atingiram TEAs mais altas que os homens, entre todos os 50 países participantes da pesquisa em 2010. Nesse mesmo, ano no Brasil, entre os empreendedores iniciais, 50,7% são homens e 49,3% mulheres, mantendo o equilíbrio entre gêneros no empreendedorismo nacional. Entre os 21,1 milhões de empreendedores brasileiros, 10,7 milhões pertencem ao sexo masculino e 10,4 milhões ao feminino, de acordo com o Gráfico 1:

GRÁFICO 1 - Empreendedores iniciais segundo gênero, Brasil – 2010 – Taxas (%)



Fonte: Pesquisa GEM Brasil (2002, 2010).

Em relação à faixa etária, a pesquisa identifica que, a partir de 2008, os jovens de 18 a 24 anos ampliaram sua participação no universo empreendedor brasileiro. Em 2010, sem considerar a faixa etária mais empreendedora, de 25 a 34 anos, os jovens de 18 a 24 anos tiveram taxas superiores a dos brasileiros com 35 anos ou mais, demonstrando a juventude dos empreendedores em estágio inicial.

Mais da metade, ou seja, 56,9% dos empreendedores ainda não estão na faixa etária de 35 anos de idade. O Brasil e a Rússia são os únicos países do G20 em que a faixa de 18 a 24 anos é mais empreendedora que a de 35 a 44 anos, após a faixa etária mais empreendedora de ambos os países, que é dos 25 a 34 anos.

Ainda considerando o Relatório Executivo do GEM, ao avaliar-se o contexto educacional brasileiro, em termos quantitativos, a escolaridade da população tem se ampliado nos últimos anos, pois são observadas quedas no analfabetismo, aumento significativo na frequência escolar, menor êxodo de estudantes e mais tempo de estudo para a população.

A porcentagem de empreendedores com maior escolaridade tem aumentado nos últimos anos, vindo ao encontro do crescimento da escolaridade da população do país. Observa-se que a média do período de 2002 a 2010 revela claramente que, à medida que aumentam os anos de estudo da população, crescem as taxas de empreendedorismo.

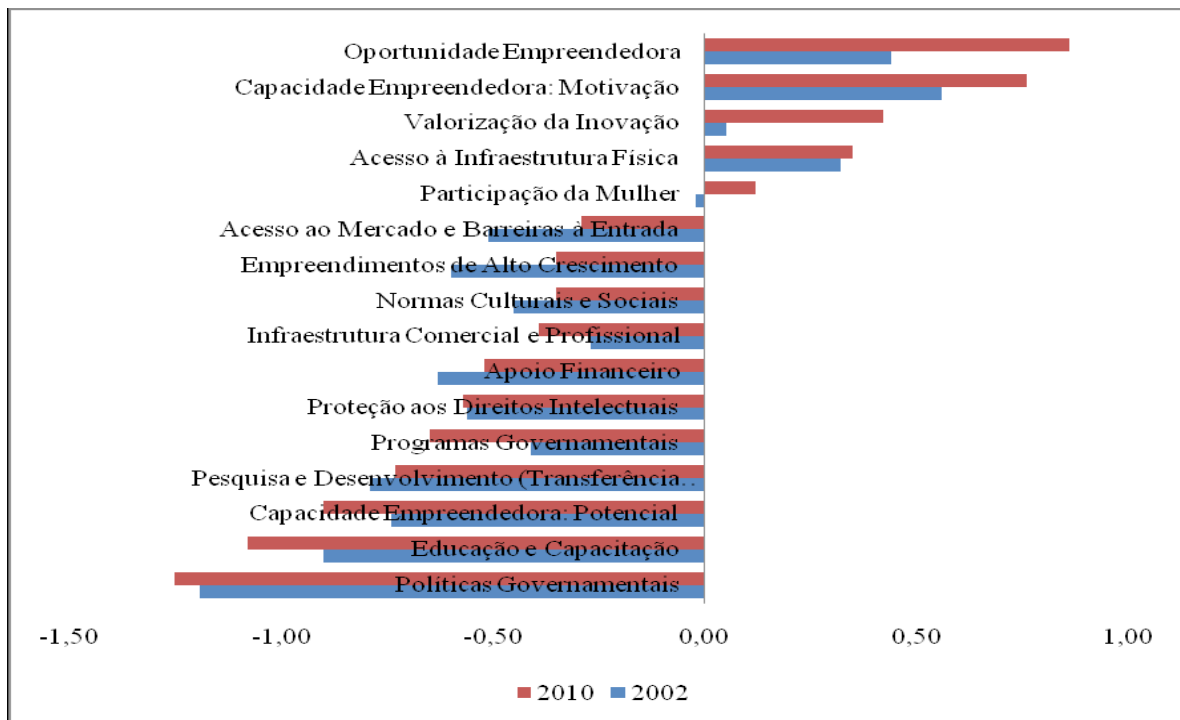
Considerando a renda familiar, a pesquisa evidencia que a TEA brasileira indica que entre os brasileiros de renda mais baixa, 6,1% são empreendedores. Esse índice vai a 15,1% entre os de renda média e 16% entre os de renda mais alta. Esses percentuais revelam que o Brasil segue a mesma tendência da maior parte dos países analisados na pesquisa em 2010, nos quais, na medida em que a renda cresce, a taxa de empreendedorismo também aumenta. Esse fato demonstra que a possibilidade de empreender por oportunidade⁴ é maior que empreender por necessidade.

A pesquisa também constata que as principais taxas de crescimento segundo os setores de atividades dos empreendimentos estão no atendimento ao consumidor final em empreendimentos orientados nessa direção. Os dados apontam 4 (quatro) atividades ocupando 63% dos setores. O comércio varejista permanece com a maior prioridade pelos empreendedores, com 25%. Alojamento e alimentação ocupam o 2º lugar no *ranking*, com 15% e as atividades imobiliárias e aluguéis com 13% e 10% respectivamente.

Como citado anteriormente, a pesquisa do GEM também investiga os aspectos positivos e negativos ao empreendedorismo nos países. Segundo os dados do Gráfico 2, comparando os anos de 2002 e 2010, é possível observar os aspectos mais favoráveis e desfavoráveis ao empreendedorismo no Brasil.

⁴ **O Empreendedor por necessidade** caracteriza-se por aquele que inicia um negócio porque está desempregado e precisa de algum jeito para pagar suas despesas. **O Empreendedor por oportunidade** é aquele que inicia um negócio porque viu uma necessidade não atendida, um nicho de mercado com poucos competidores ou outra boa chance de ganhar dinheiro montando um negócio, ou ainda pela insatisfação encontrada na organização em que atua pela falta de reconhecimento e possibilidade de crescimento e auto-realização (GEM, 2010).

GRÁFICO 2 – Condições para empreender no Brasil segundo percepção dos especialistas – Brasil – Comparativo 2002 e 2010



Fonte: Pesquisa GEM Brasil 2010.

Analisando o Gráfico 2, verifica-se que os aspectos mais desfavoráveis ao empreendedorismo estão ligados às políticas e programas de governo, bem como aos serviços educacionais, financeiros, de ciência e tecnologia e de regulação da competição no país. Nota-se que políticas e programas governamentais são desfavoráveis e, na percepção dos especialistas, tiveram uma baixa de 2002 a 2010.

Apesar dos entrevistados citarem como avanços a Lei Geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte aprovada em 2006 e a introdução de programas de apoio ao empreendedor nos últimos anos, há uma lacuna entre a necessidade e a oferta de programas do governo. Considera-se também uma distância entre as políticas e programas implementados e o empreendedor que, muitas vezes, não tem acesso aos mecanismos criados.

Ainda no contexto da economia brasileira, pode-se constatar uma política paternalista eleitoreira, em que os programas de governo possuem característica de transferência de renda e não de distribuição, ou uma justa partilha da riqueza socialmente produzida.

Apesar da parcela de brasileiros a se beneficiarem desses programas ter aumentado consideravelmente mais no governo Lula do que no governo

Fernando Henrique Cardoso, passando dos milhares para os milhões de brasileiros beneficiados por esses programas, como por exemplo, o Bolsa Família⁵, pode-se dizer que o assistencialismo é prioridade dos interesses políticos ao invés de proporcionar condições para diminuir a desigualdade social.

De acordo com Almeida (2001), num mundo globalizado, sem emprego e altamente competitivo, só haverá espaço para os que de forma consciente e crítica transformarem seu fazer em prazer.

Poucos alunos deixam a escola sonhando em ter uma grande empresa, a maioria sonha com um grande emprego. A educação escolar e familiar está formando um jovem incompleto, um cidadão com pouca auto-estima, sem projeto de vida, sem visão do futuro: um verdadeiro refém emocional de um Estado Paternalista (ALMEIDA, 2001, p. 17).

A pesquisa do GEM (2010) ainda constata que as condições oferecidas por políticas e programas governamentais, educação, capacidade empreendedora, legislação e proteção aos direitos intelectuais são percebidas como mais favoráveis em países como os Estados Unidos, Bélgica e Inglaterra quando comparadas com as condições oferecidas no Brasil.

Em desacordo, Dornelas (2008) afirma que o país finalmente tem dado a devida importância ao empreendedor, por meio de programas de apoio, cursos, entidades de classes, ONGs, publicações, entre outros, proporcionando aos empreendedores maior preparo e acesso às informações e, dessa forma, capacitando-os para melhor gerirem os seus negócios.

No entanto, Dornelas (2008) aponta cinco fatores que inibem a ousadia do empreendedor brasileiro:

1. Grande lacuna no Brasil quando se trata de inovação e transferência de tecnologia, ou seja, os empreendedores brasileiros não conseguem criar novos mercados. A grande maioria dos novos empreendimentos é cópia de negócios existentes e poucos apresentam novidades.
2. Falta de capacitação empreendedora, ou seja, os empreendedores brasileiros não estão preparados para identificar oportunidades, criar a empresa e gerenciá-la de maneira eficaz. Ele afirma, com razão, que muitas pessoas acreditam que pelo

⁵ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos, segundo o Ministério do Desenvolvimento (2012).

simples fato de terem conseguido montar uma empresa, são empreendedoras e isso nem sempre é verdade.

Os três fatores seguintes indicados por Dornelas (2008) são os mesmos apontados pela pesquisa do GEM (SEBRAE, 2010):

3. Falta de estrutura tributária e trabalhista mais adequada que incentive a criação de uma empresa formal.
4. A desburocratização para a criação da empresa.
5. Mais opções de linhas de crédito para capitalização das empresas.

O autor ainda relata que o empreendedorismo tem sido centro de políticas públicas na maioria dos países e elenca alguns exemplos mundiais sobre educação empreendedora, discutidos na conferência, “Educação Empreendedora na Europa” ocorrida em 2006:

- Bélgica: Programa *Cap Tem*, voltado para a educação fundamental, por meio do qual as crianças são estimuladas a terem ideias dentro e fora da sala de aula, a se organizarem em equipes e, ainda, a elaborarem o planejamento e implantação de projetos;
- Comunidade Européia: se comprometeram a realizar uma completa reforma nos currículos da educação secundária para incorporar o empreendedorismo de forma mais efetiva nos cursos, o que deve ser finalizado até 2013. Entre as atividades que serão desenvolvidas, incluem-se um período sabático para professores fazerem estágio em empresas, programas abrangentes de treinamento de professores, criação de redes de troca de experiência e discussão de casos de sucesso;
- Na educação superior, as recomendações são a sistematização da capacitação de professores para ensinar empreendedorismo de forma abrangente e não apenas com o foco na criação de empresas. O desenvolvimento de estudos de casos de empreendedores locais e regionais e o envolvimento de empreendedores da vida real na formatação e aplicação dos programas (professores e empreendedores ensinando na sala de aula e fora dela), etc. Além disso, destacam-se os programas de miniempresas, através dos quais os estudantes criam e gerenciam um negócio durante a graduação. Um exemplo usado como referência e indicado para ser seguido na Europa e em outros países é o do *NFTE – Network For Training Entrepreneurship* (rede de formação para o empreendedorismo), iniciado nos

Estados Unidos e voltado a ensinar empreendedorismo para jovens de comunidades carentes.

- Caso dos Estados Unidos: trata-se do maior exemplo de compromisso nacional com o empreendedorismo e o progresso econômico. Além de centenas de iniciativas dos governos locais e de organizações privadas para encorajar e apoiar o empreendedorismo nos Estados Unidos, o governo americano gasta centenas de milhões de dólares anualmente em programas de apoio ao empreendedorismo. Por causa do sucesso relativo desses programas, os mesmos são vistos como modelos por outros países que visam ao aumento do nível de sua atividade empresarial.
- Caso do Reino Unido: criou em 1999 a Agência de Serviços para Pequenas Empresas, nos moldes do SBA (Small Business Administration) americano. Iniciativa semelhante foi criada por outros países da Comunidade Européia. (DORNELAS, 2008, p. 7-8).

Para que se desenvolva um ambiente favorável aos negócios no Brasil, é imprescindível o estímulo ao espírito empreendedor das pessoas. Em um país onde uma considerável parcela dos empreendedores iniciais são jovens, como citado anteriormente na pesquisa do GEM (2010), “conhecer o perfil dos mesmos é de fundamental importância para a formulação e implantação de estratégias que estimulem a ação empreendedora” (ZOUAIN; OLIVEIRA; BARONE, 2007, p. 78).

Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas, particularmente nos cursos de graduação em Administração, têm papel fundamental na difusão da consciência da capacidade empreendedora e, conseqüentemente, na formação de jovens sonhadores, capazes de reconhecerem sua capacidade de empreender.

1.3 Problema

O ritmo das transformações de conceitos e uso de novas tecnologias ocorridas desde o século passado tem alterado o estilo de vida das pessoas (DOLABELA, 2008). Todas essas transformações decorrem de inovações criadas por pessoas empreendedoras, que possuem visão do futuro, questionam e que se arriscam para conquistar o novo.

O sistema capitalista de ideário neoliberal caracteriza-se por uma classe social dominante, representada pela minoria, que detém a concentração da renda e pela grande massa que vive na miséria, apesar dos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD,⁶ 2012) apontar para uma redução expressiva da pobreza no país. Nessa perspectiva, a prática empreendedora pode alterar a forma de fazer negócios e oportunizar uma melhor distribuição de renda e uma menor desigualdade social, além da realização profissional e pessoal.

Considerando que a formação empreendedora, no Brasil, não é uma prática nos ensinos fundamental e médio, cabe ao ensino superior essa preparação. Vale ressaltar que a orientação principal da formação nesse nível de ensino deve ser primeiramente crítica e reflexiva da sociedade em todos os seus aspectos: social, político, ético e econômico. Entretanto, hodiernamente, na sociedade capitalista de ideário neoliberal, a informação passou a ser o principal capital dentro do jogo econômico e, portanto, a capacitação para empreender deve ser uma possibilidade.

Nesse cenário, os cursos de graduação em Administração (cuja particularidade é a formação de pessoas para os negócios) devem promover a capacitação ao exercício profissional com as competências administrativas necessárias para a resolução de problemas e a formação de empreendedores capazes de criar células produtivas, possibilitando o desenvolvimento econômico e social menos desigual.

O Curso de Administração analisado nesta pesquisa tem como objetivo:

a formação de profissionais com capacidade de compreender o meio social, político, econômico e cultural em que se encontram inseridos, bem como a formação técnica, científica e **empreendedora**⁷, que o habilite a conhecer e intervir no campo da administração das organizações de forma ética, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e a melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade (FAMA, 2010, p. 11).

Diante do exposto, faz-se necessário responder ao seguinte questionamento: o curso de Administração, em questão, delineado pelo Projeto

⁶ O Brasil já cumpriu o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015: de 25,6% da população em 1990 para 4,8% em 2008. Mesmo assim, 8,9 milhões de brasileiros ainda tinham renda domiciliar inferior a US\$ 1,25 por dia até 2008. Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2012).

⁷ Grifo da autora.

Pedagógico do Curso⁸ e pelas práticas docentes, considerando o nível de tendência empreendedora dos alunos, tem conseguido atingir o objetivo de formar empreendedores? Tais pressupostos induzem a uma análise do perfil empreendedor do aluno e seu objetivo ao optar pelo curso de administração.

As indagações para a realização da presente pesquisa surgem de pontos passíveis de serem observados e mensuráveis no contexto da comunidade acadêmica. Acredita-se que tais pontos sejam relevantes para a melhoria da qualidade do processo ensino e aprendizagem do curso, bem como para a formação de profissionais capazes de enfrentarem o mercado com a qualificação necessária para optarem ou não por empreender seu próprio negócio.

São estas as questões da pesquisa:

1. Em que medida o projeto pedagógico do curso de administração e os planos de ensino de seus professores explicitam o objetivo de formação do espírito empreendedor?
2. Em que medida a prática docente dos professores de administração manifesta a intenção e a ação de formação do espírito empreendedor de seus alunos?
3. Qual é o nível de empreendedorismo manifestado pelos alunos do curso de Administração?
4. Qual a percepção dos alunos sobre a contribuição do curso para sua formação empreendedora?

Todos estes questionamentos, bem como o resultado desta pesquisa, poderão servir de subsídio para repensar o Projeto Pedagógico do Curso em análise, oportunizando uma construção e aplicabilidade participativa e democrática que atendam aos anseios de todos os envolvidos neste processo.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o perfil empreendedor dos alunos concluintes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada a fim de identificar a

⁸ Projeto Pedagógico do Curso é a nomenclatura adotada nesta dissertação para projeto-político pedagógico, quando se tratar do documento do curso, atendendo a denominação contida nas Diretrizes Curriculares do Curso de Administração (Anexo C). Assim como é denominado também no curso de Administração, objeto desta pesquisa.

necessidade de aprimorar o Projeto Pedagógico do Curso e a atuação consequente de seu corpo docente na formação empreendedora dos alunos.

1.4.2 Objetivos específicos

- Identificar as características empreendedoras dos alunos concluintes do curso de Administração, a partir do perfil empreendedor destes;
- Analisar as propostas e ações empreendedoras que estão presentes no projeto pedagógico do curso de administração e nos planos de ensino de seus docentes;
- Verificar se o corpo docente do curso está trabalhando ações empreendedoras para alcançar o objetivo de desenvolver tais habilidades;
- Verificar, segundo a percepção dos alunos concluintes, qual foi a contribuição do curso para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras.

1.5 Relevância do Problema

Observando as informações do último Boletim de Estatística de Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2010), pode-se considerar a economia brasileira composta por Micro e Pequenas Empresas. Esses números representam um percentual de 99,2% do total de empresas formais. Essas micro e pequenas empresas representam 57,2% dos empregos totais e 26,0% da massa salarial. Em função do aumento expressivo do número de empregos, a massa salarial apresentou incremento real de 57,3% nas microempresas e 37,9% nas pequenas.

Para melhor compreensão da classificação das empresas por porte, podem ser observados os descritores do Boletim Estatístico apresentado a seguir:

- Microempresa: na indústria, até 19 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, até 09 pessoas ocupadas;
- Pequena empresa: na indústria, de 20 a 99 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, de 10 a 49 pessoas ocupadas;

- Média empresa: na indústria, de 100 a 499 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, de 50 a 99 pessoas ocupadas;
- Grande empresa: na indústria, acima de 500 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, acima de 100 pessoas ocupadas.

Outra informação não menos importante para esta pesquisa diz respeito às atividades econômicas de unidades produtivas que não são avaliadas pelas bases estatísticas disponíveis, ou são apenas parcialmente. A importância desses dados pode ser mensurada em termos de geração de emprego e renda. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza levantamentos sobre as atividades empreendedoras informais urbanas no Brasil, por meio da Pesquisa da Economia Informal Urbana.

O número total de pessoas ocupadas em todos os empreendimentos alcançou 13.860.868. O crescimento no número de empreendimentos informais entre o período da pesquisa, em 2010, foi de 9,1% e o de pessoas ocupadas, 7,7%. Do total de empreendedores, 11,6% tinham constituição jurídica formal. Segundo o local de funcionamento das empresas, 27,2% desenvolviam atividades nos próprios domicílios, 65,1% somente fora do domicílio e 7,6% realizavam atividades nas duas situações.

Quanto ao índice de mortalidade das empresas, em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2010), observa-se que essas taxas no Brasil ainda são muito altas, o que confirma a falta de investimento em preparo para empreender, evidenciadas a seguir:

- 49,9% das empresas encerraram as atividades com até 2 anos de existência;
- 56,4% com até 3 anos;
- 59,9% com até 4 anos.

Com base nesses dados expressivos, foi realizada uma pesquisa, que consta também neste Boletim, para identificar as principais razões para o encerramento das atividades da empresa extinta, segundo as opiniões espontâneas de proprietários no Brasil, contidas na Tabela 1.

TABELA 1- Ranking das dez principais razões para encerramento das atividades da empresa extinta

Razões	Empresas Extintas	
	Nº de citações	Percentual
Falta de capital de giro	51	24,1%
Impostos altos / tributos	34	16,0%
Falta de clientes	17	8,0%
Concorrência	15	7,1%
Baixo lucro	13	6,1%
Dificuldade financeira	13	6,1%
Desinteresse na continuação do negócio	13	6,1%
Maus pagadores/inadimplência	13	6,1%
Problemas familiares	8	3,8%
Má localização da empresa	8	3,8%

Fonte: Boletim "Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil", SEBRAE (2010).

Analisando os números da Tabela 1, pode-se concluir que as ínfimas políticas sociais de incentivo ao setor retratam empreendedores com pouco ou nenhum preparo gerencial e, eventualmente, até com baixo nível de instrução acadêmica.

Outra questão importante a ser observada é a alta taxa de tributos praticada no país, o que dificulta ainda mais a sobrevivência dos empreendimentos. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o Brasil é, sem dúvidas, uma das nações que possui as mais altas taxas tributárias de todo o mundo⁹. “Atualmente, o cidadão do país trabalha praticamente dobrado para pagar tributos em relação às pessoas que atuavam na década de 1970, época na qual a ditadura militar atuava incomensuravelmente” (IBPT, 2012).

Adicionalmente, observam-se as dificuldades como falta de clientes, concorrência, baixo lucro, dificuldade financeira e má localização da empresa. Fica evidente que empreendedores apresentam, independentemente de sua qualificação, uma visão unilateral de negócios, isto é, ou eles estão mais voltados para o desenvolvimento do produto ou estão mais voltados para a inserção destes no mercado.

Dados da Tabela 1 demonstram, ainda, a ausência de elaboração de um plano de negócios. O planejamento por meio da ferramenta de um plano de

⁹ No Brasil mais de 40,5% do ganho bruto dos contribuintes são voltados aos governos de todas as esferas (federal, estadual e municipal), ou aproximadamente R\$ 500 bilhões. Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT, 2012).

negócios possibilitaria uma simulação de funcionamento futuro da empresa em aspectos como: viabilidade de mercado, análise de concorrência, avaliação do diferencial competitivo, elaboração de um planejamento operacional, financeiro, tributário e fiscal, além de identificar a melhor localização e identificação do público alvo, o que iria direcionar as ações com maior possibilidade de sucesso no empreendimento.

Quanto à questão “problemas na família”, apresentada na pesquisa, considera-se que normalmente o empreendedor, seu fundador, incute na empresa valores familiares e desenvolve uma cultura de organização familiar, sem qualificação profissional do membro ou membros dirigentes da empresa. Assim, é comum a existência de empresas com um empreendedor tecnicamente despreparado, criando uma grande possibilidade para encurtamento do tempo de vida da empresa.

Apesar de Dolabela (2008) afirmar que existe um esforço em difundir o empreendedorismo no Brasil, ainda há pouca atenção para a questão do treinamento e formação de empreendedores, especialmente por meio dos cursos de graduação em Administração, embora exista incentivo da ideologia neoliberal nesse sentido.

No contexto acadêmico, o assunto ainda é pouco explorado. Existem poucos cursos de administração com esse foco, apesar de algumas matrizes curriculares contemplarem a disciplina específica de Empreendedorismo. Além disso, o empreendedorismo não integra a formação do aluno nos níveis fundamental e médio, como é prática em outros países, especialmente nos Estados Unidos, país em que o neoliberalismo foi implementado em 1980.

Analisar o perfil empreendedor dos alunos do curso de Administração da Faculdade em pauta, com a finalidade de melhoria do Projeto Pedagógico é, em outras palavras, uma retroalimentação de informações para checar o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais. Em vista disto, implantar a ideia do empreendedorismo hoje é criar muitas oportunidades de negócios, disponibilizando recursos para inovações de empreendedores de sucesso.

Não é finalidade desta pesquisa qualificar o desenvolvimento do espírito empreendedor como via única para o êxito profissional e pessoal, mas como uma possibilidade de expressão do sujeito, considerando todas as alternativas e tendências individuais.

Além desta consideração, o presente estudo analisa a importância da formação empreendedora não por compartilhar com as prerrogativas neoliberais individualistas, mas apenas por considerar a escolha do aluno pelo curso de Administração e, dessa forma, tentar desenvolver todas as possibilidades que implicam nessa escolha: trabalhar numa grande, média ou pequena empresa, prestar um concurso, entrar para a docência ou ter seu próprio negócio, entre outras possibilidades, considerando a sociedade capitalista em que vive, ou ainda participar de uma educação empreendedora de caráter social, conforme postula Lima (2008, p. 2),

Cabe o desafio de enfrentar a proposta de educação e formação empreendedora a partir da formulação de alternativas econômicas concretas de caráter não capitalista, fundamentada nos princípios da economia solidária, propondo uma educação autogestionária e estabelecendo novas práticas educativas baseadas em ações solidárias e de ajuda mútua.

Apesar de o presente estudo ter como objetivo a análise da formação empreendedora, em nenhum momento questiona-se em dar prioridade a essa formação em detrimento das outras mencionadas no objetivo geral do curso. A formação generalista que se pretende oferecer ao ingresso no curso pode ser observada na constituição da matriz curricular¹⁰, na qual estão presentes também disciplinas do núcleo de formação básica como as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Ética Profissional, entre outras, que possuem caráter de formação geral.

Ressalta-se também a importância do planejamento educacional realizado de forma democrática e participativa, considerando especialmente os alunos, suas aspirações e necessidades perante o mercado de trabalho, seu perfil, bem como o grau de satisfação dos mesmos com o curso realizado a fim de levantar sugestões de melhoria do mesmo.

Conhecer a realidade é imprescindível para que se possa transformá-la. Neste sentido, faz-se necessário investigar se o curso de Administração em questão tem conseguido atingir o seu objetivo de formar empreendedores, considerando o nível de tendência empreendedora dos alunos.

¹⁰ Vide anexo A

1.6 Organização da Pesquisa

A presente pesquisa foi organizada em quatro partes. No primeiro momento, foram abordados a contextualização da região e do problema da pesquisa, bem como as consequências sociais dessa configuração. Nessa parte, ainda, justificou-se a importância do tema empreendedorismo para a economia e para o indivíduo enquanto possibilidade de realização pessoal e profissional, explicitando o tema, o problema e os objetivos desse estudo.

Na segunda parte, foi trabalhado o aporte teórico da pesquisa, por meio da revisão de literatura, no que tange ao empreendedorismo, à trajetória do ensino superior no Brasil e do ensino de Administração, à Gestão Educacional, além da abordagem de outros assuntos correlatos necessários para a compreensão global da pesquisa.

Na terceira parte da pesquisa, apresentou-se a metodologia utilizada e, finalmente, na quarta parte foram elencadas a análise dos resultados, considerações finais, bem como as recomendações pertinentes para o repensar do Projeto Pedagógico do Curso de Administração.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Empreendedorismo: Origem, Conceito, Características e Tipos

O objetivo deste aporte teórico é buscar uma perspectiva histórica e conceitual como embasamento e suporte para a pesquisa em questão.

2.1.1 Origem terminológica e evolução histórica do empreendedorismo

A palavra empreender, segundo Cunha (2004, p. 293) origina-se do latim medieval, antes do século XV, *imprehendere*, e tem como significado “empresa laboriosa e difícil”, ou ainda, “pôr em execução”. Dornelas (2008, p. 14) associa a palavra empreendedor “àquele que incentivava brigas” e relata que sua origem terminológica é francesa, *entrepreneur*.

Filion (apud DOLABELA, 2008 p. 58) destaca que o termo empreendedor “muda de acordo com o país e a época”. No final do século XVII, empreender era a firme resolução de fazer qualquer coisa. No século XIX e início do século XX, o termo designava os grandes capitães da indústria.

A transformação histórica do uso do termo empreendedorismo remonta à Idade Média, época em que o empreendedor era considerado aquele que gerenciava grandes projetos de produção, situação em que o empreendedor não assumia grandes riscos, pois apenas gerenciava os projetos, utilizando recursos, geralmente provenientes de governos (DORNELAS, 2008).

Somente no século XVII, é que se constata a relação entre assumir riscos e o empreendedor, situação em que este estabelecia um contrato com o governo para prestar algum serviço ou fornecer algum produto, ficando o lucro ou o prejuízo por conta exclusiva do responsável pelo empreendimento.

Segundo Drucker (2008), o termo empreendedor foi cunhado pela primeira vez em 1800, pelo economista francês Jean Baptista Say, que conceituou o empreendedor como o indivíduo capaz de mover recursos econômicos de uma área de produtividade baixa para outra de maior produtividade e retorno.

Opondo-se a essa opinião, Hashimoto (2006) e Chiavenato (2008b) afirmam que o termo foi registrado por Richard Cantillon, em 1755, para explicar a

receptividade ao risco de comprar algo por um determinado preço e vendê-lo em um regime de incerteza.

Dornelas (2008) também concorda que o termo foi criado por Cantillon, tendo sido esse um dos primeiros a diferenciar o empreendedor (o que assumia riscos) do capitalista (aquele que fornecia o capital). Entretanto, somente no século XVIII, estabeleceu-se essa diferenciação.

Nos séculos seguintes (XIX e XX), o termo empreendedor passa a ser confundido com gerente ou administrador. No entanto, Dornelas (2008, p. 15) explica a diferença entre esses termos: “Todo empreendedor deve ser um bom administrador para obter o sucesso, no entanto, nem todo bom administrador é um empreendedor. O empreendedor tem algo mais, algumas características e atitudes que o diferenciam do administrador tradicional.”

Considerando o conflito de informações sobre a origem do empreendedorismo e quem foi o responsável por introduzir a palavra, há que se considerar o consenso sobre o dimensionamento do termo em 1911, por Joseph Schumpeter que, segundo Aidar (2007), foi um dos mais importantes economistas do século XX. Esse economista define o empreendedor como o que revoluciona o processo “criativo-destrutivo” do capitalismo, por meio do desenvolvimento de nova tecnologia ou do aprimoramento de uma antiga.

Sem dúvida, o termo empreendedorismo teve como berço o sistema capitalista, mas, na prática, não é um tema novo ou mero modismo, visto que existe desde a primeira ação inovadora realizada pelo homem, pois desde as civilizações primitivas o homem tem transformado seu modo de produção empreendendo novas formas de satisfazer sua necessidade de subsistência. Na sociedade contemporânea, as necessidades humanas são providas pelas organizações.

Pode-se considerar que a curiosidade, a criatividade, a não acomodação são implícitas à natureza empreendedora humana e que o ato de empreender não é um fenômeno apenas econômico, mas social, pois sua prática modifica a vida em sociedade, enfim, não é individual, mas coletivo. Segundo Dolabela (2006), a comunidade tem o empreendedor que merece, pois cabe a ela criar o ambiente propício do seu desenvolvimento. Boava e Macedo (2006) destacam na etimologia da palavra empreendedorismo, que o seu sufixo “ismo” designa movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos.

No Brasil, o empreendedorismo pode ser registrado a partir do século XIX com os empreendimentos do consagrado Visconde de Mauá, considerado um ícone dos capitalistas brasileiros neste período. Na primeira metade do século XX, outro nome pode ser considerado expoente do empreendedorismo, Francisco Matarazzo, que desenvolveu um império econômico, por meio de uma grande diversidade de negócios. “Seu império alcançou tal proporção que suas empresas chegaram a faturar o equivalente à arrecadação do Estado de São Paulo” (AIDAR, 2007, p. 7).

Ainda segundo o autor (2007), na segunda metade século XX, outros ícones brasileiros do empreendedorismo brasileiro podem ser citados, Jorge Gerdau Johannpeter, José Ermírio de Moraes, Abílio Diniz, Comandante Rolim Amaro, Samuel Klein, entre outros empreendedores do país. Outros exemplos podem ser observados na criação de empresas *pontocom* que mesmo sem inovação tecnológica, muitos novos negócios continuam a surgir, oferecendo novas formas de serviço e/ou produtos tradicionais no mercado.

Dornelas (2008), Dolabela (2008) e Aidar (2007) ressaltam que o empreendedorismo no Brasil começou a ganhar força na década de 1990. Alguns aspectos econômicos constituíram campo fértil para a expansão desse importante fenômeno para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista, especialmente a Reforma do Aparelho do Estado em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso e a implementação dos ideais neoliberais, como privatizações, valorização do individualismo, competitividade, desregulamentação de mercados, entre outros.

Com a abertura da economia e conseqüente entrada de produtos importados, os preços ficaram mais acessíveis, uma condição importante para o país voltar a crescer, mas trouxe problemas. Alguns setores não conseguiam competir com os importados, como foi o caso dos setores de brinquedos e de confecções, por exemplo.

Para ajustar o passo com o resto do mundo, empresas de todos os tamanhos e setores tiveram que se modernizar para poder competir e voltar a crescer. Os empresários precisaram transformar seu padrão estratégico de administrar seus negócios e acompanhar novos planejamentos, impostos por empreendedores capacitados, com experiências inovadoras em diversas áreas, desde matéria-prima até o produto final, a economia voltou a crescer.

Referindo-se ao mesmo período, Dornelas (2008) relata que o empreendedorismo começou a tomar forma com a criação de entidades como o SEBRAE, que hoje é um dos órgãos mais conhecidos de apoio ao empreendedor e a SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software), uma entidade que pode ser confundida com o histórico do empreendedorismo no Brasil.

Ações históricas e algumas mais recentes desenvolvidas começaram a apontar para essa direção. Seguem alguns exemplos:

1. Os programas Softex e Genesis (Geração de Novas Empresas de *Software*, Informação e Serviços), criados na década de 1990 e que até há pouco tempo apoiavam atividades de empreendedorismo em *software*, estimulando o ensino da disciplina em universidades e a geração de novas empresas de *software* (*start-ups*). O programa Softex foi reformulado e continua em atividade. Informações podem ser obtidas em www.softex.br.
2. O programa Brasil Empreendedor, do Governo Federal, que foi dirigido à capacitação de mais de 6 milhões de empreendedores em todo o país, destinando recursos financeiros a esses empreendedores, totalizando um investimento de R\$8 bilhões. Este programa vigorou de 1999 até 2002 e realizou mais de 5 milhões de operações de crédito.
3. Ações voltadas à capacitação do empreendedor, como os programas Empretec e Jovem Empreendedor do SEBRAE, que são líderes em procura por parte dos empreendedores e com ótima avaliação.
4. Os diversos cursos e programas sendo criados nas universidades brasileiras para o ensino do empreendedorismo. É o caso de Santa Catarina, com o programa Engenheiro Empreendedor, que tinha como objetivo capacitar alunos de graduação em engenharia de todo o país. Destaca-se também o programa Ensino Universitário de Empreendedorismo, da CNI (Confederação Nacional das Indústrias) e IEL (Instituto Euvaldo Lodi), de difusão do empreendedorismo nas escolas de ensino superior do país, presente em mais de duzentas instituições brasileiras, envolvendo mais de 1.000 professores em 22 estados do país.
5. Deve ser considerado, ainda, um evento pontual que depois se dissipou, mas que também contribuiu para a disseminação do empreendedorismo: a explosão do movimento de criação de empresas *pontocom* no país nos anos de 1999 e 2000, motivando o surgimento de várias empresas *start-up* de Internet, desenvolvidas por jovens empreendedores.

6. O enorme crescimento do movimento de incubadoras de empresas no Brasil, o que merece especial destaque: dados da ANPROTEC¹¹ mostraram que em 2008, mais de 400 incubadoras de empresas encontravam-se em atividade no país.

7. Mais recentemente, programas de criação por várias escolas de novos negócios, focados em empreendedorismo social e empreendedorismo corporativo. Existem ainda programas específicos criados por escolas de administração de empresas e de tecnologia para formação de empreendedores, incluindo cursos de MBA¹², cursos de curta e média duração, e ensino a distância (EAD).

8. O crescente movimento das franquias no Brasil também pode ser considerado um exemplo de desenvolvimento do empreendedorismo nacional. Segundo a Associação Brasileira de Franchising, em 2007 havia mais de 1.200 redes de franquias constituídas no país, com cerca de 65.000 unidades franqueadas, o que correspondeu a 46 bilhões de faturamento consolidado do setor (DORNELAS, 2008, p. 11,12).

2.1.2 Conceito de empreendedorismo

A literatura sobre empreendedorismo é extensa e o termo é definido de várias formas. Hashimoto (2006, p.1) diz que a “quantidade de publicações nacionais e estrangeiras que abordam o assunto mostra que pouco se tem a agregar à definição”. Leite (2002) corrobora, porém acredita que as definições possuem focos diferenciados.

Dornelas (2008) classifica os conceitos de empreendedorismo a partir de autores considerados precursores e contemporâneos. Os precursores possuem uma visão empreendedora voltada para a questão econômica, como Richard Cantillon, Jean Batista Say e Joseph Schumpeter. Cantillon emprega o termo empreendedorismo para explicar a receptividade ao risco de comprar algo por um determinado preço e vendê-lo em um regime de incerteza. Esse conceito descreve bem uma das características do empreendedor, que é a capacidade de assumir riscos.

¹¹ Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas.

¹² Master of Business Administration.

Say conceitua como empreendedor o indivíduo capaz de mover recursos econômicos de uma área de produtividade baixa para outra de maior produtividade e retorno (apud DRUCKER, 2008). Nessa definição, observa-se como preponderante a característica empreendedora de êxito, sucesso.

Schumpeter define o empreendedor como o indivíduo que revoluciona o processo “criativo-destrutivo” do capitalismo, por meio do desenvolvimento de nova tecnologia ou do aprimoramento de uma antiga – o real papel da inovação. Esses indivíduos são os agentes de mudança na economia (apud AIDAR, 2007).

Essas definições foram elaboradas por economistas e têm em comum características empreendedoras como assumir riscos, alcançar êxito e obter sucesso. Observa-se também que o foco destes conceitos está no resultado das ações empreendedoras e não no empreendedor.

Quanto aos conceitos sobre empreendedorismo dos autores contemporâneos, elencados por Dornelas (2008): Fortin, Babson College, Timmons e Fillion. Para Fortin, o empreendedorismo está relacionado às características pessoais que tem a capacidade de transformar um sonho, um problema ou uma oportunidade de negócios numa empresa viável.

Para o Babson College, o empreendedorismo é uma forma de pensar e agir que é obcecada pela oportunidade, holística na abordagem e apoiada na liderança, com o propósito de criação de riqueza. Segundo Timmons, o empreendedor é alguém capaz de identificar, agarrar e aproveitar uma oportunidade, buscando e gerenciando recursos para transformar a oportunidade em negócios de sucesso. Fillion conceitua empreendedor como uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões.

Fernando Dolabela (1999, p. 61) descreve como empreendedor “alguém que é capaz de desenvolver uma visão, mas não só, deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores, convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação confortável no futuro”. Além de energia e perseverança, a paixão é necessária para construir algo a partir do nada e continuar em frente, apesar de obstáculos, armadilhas e solidão.

Nessa linha de conceitos, pode-se observar que o foco está voltado para a ênfase no empreendedor como indivíduo, analisando sua personalidade, seu passado, motivações, ambiente e seus valores.

Outras definições do termo empreendedorismo foram desenvolvidas com abordagens diferentes, especialmente no que tange a suas habilidades gerenciais e administrativas levando em consideração também a forma como conseguem atingir seus objetivos. Tais definições são elencadas abaixo:

a. Para Dornellas (2008), empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que transformam ideias em oportunidades, destroem a ordem econômica pela introdução de novos produtos e serviços e pela criação de novas formas de organização.

b. De acordo com Walter (2007), outra forma de considerar a importância da formação empreendedora é a consciência hodierna de que as empresas buscam não apenas administradores, mas líderes que tenham soluções criativas e visão de futuro.

c. Para Bom Ângelo (2003), empreendedorismo é a criação de valor por pessoas e organizações trabalhando juntas para implementar uma ideia, por meio da aplicação de criatividade, capacidade de transformar e o desejo de tomar aquilo que comumente se chamaria de risco. As características empreendedoras destacadas nestas definições são a criatividade, a persistência e a capacidade de enfrentar o risco.

A partir de uma análise dos conceitos apresentados acima, deduz-se, independente de classificações, que alguns teóricos focam suas teorias em uma ou outra característica empreendedora. Detecta-se, principalmente, que o empreendedorismo tem como objetivo principal gerar novas oportunidades através da criatividade, inovação, perseverança e planejamento, entretanto, correndo risco, de forma a transformar um sonho em realidade. Nesta perspectiva confirma-se a importância do empreendedor para o crescimento econômico, pessoal e social.

2.1.3 Características empreendedoras

Na tentativa de se identificar um empreendedor, é necessário o envolvimento de uma análise de suas características pessoais. A partir da concepção de vários autores, é possível identificar a riqueza de características empreendedoras, elencadas a seguir.

Bom Ângelo (2003) relata que apesar de poucas pessoas reunirem todos os atributos necessários, não estão descredenciadas para enfrentar o desafio de empreender. Para simplificar, o autor destaca três características:

1. Vontade e habilidade para criar algo absolutamente inédito e que possa melhorar as condições de vida da família, da empresa, da comunidade local ou da raça humana;
2. Capacidade de encontrar novas utilidades para velhas idéias. O objeto dessa ação de reciclagem deve resultar em benefício coletivo;
3. Talento para melhorar a eficiência de um sistema, processo ou produto, tornando-o mais econômico, acessível e tecnicamente superior (BOM ÂNGELO, 2003, p. 51).

O SEBRAE, por meio de um programa que tem como objetivo aprimorar as características empreendedoras, denominado de EMPRETEC, define as seguintes características presentes em empresários/empreendedores bem sucedidos:

- Busca de oportunidade e iniciativa: capacidade de se antecipar aos fatos e de criar novas oportunidades de negócios, desenvolver novos produtos e serviços, propor soluções inovadoras;
- Correr riscos calculados: disposição de assumir desafios ou riscos moderados e responder pessoalmente por eles;
- Exigência de qualidade e eficiência: decisão de fazer sempre mais e melhor, buscando satisfazer ou superar as expectativas de prazos e padrões de qualidade;
- Comprometimento: faz sacrifício pessoal ou despense esforço extraordinário para completar uma tarefa. Colabora com os subordinados e até mesmo assume o lugar deles para terminar um trabalho. Esmera-se para manter os clientes satisfeitos e coloca a boa vontade a longo prazo acima do lucro a curto prazo;
- Busca de Informações: busca pessoalmente obter informações sobre clientes, fornecedores ou concorrentes. Investiga pessoalmente como fabricar um produto ou prestar um serviço. Consulta especialistas para obter assessoria técnica ou comercial;

- Planejamento e monitoramento sistemáticos: planeja dividindo tarefas de grande porte em sub-tarefas com prazos definidos. Revisa constantemente seus planos, considerando resultados obtidos e mudanças circunstanciais. Mantém registros financeiros e os utiliza para tomar decisões;
- Persuasão e rede de contatos: utiliza estratégias para influenciar ou persuadir os outros. Utiliza pessoas como agentes para atingir seus objetivos. Atua para desenvolver e manter relações comerciais;
- Independência e autoconfiança: busca autonomia em relação a normas e procedimentos. Mantém seus pontos de vista mesmo diante da oposição ou de resultados desanimadores. Expressa confiança na sua própria capacidade de completar tarefa difícil ou de enfrentar desafios.

Já Leite (2002) em seu livro define como principais características do empreendedorismo:

- Aceitação moderada de risco como função da capacidade de decisão;
- Atividade instrumental vigorosa e/ou original;
- Conhecimento dos resultados das decisões;
- Dinheiro como medida dos resultados;
- Previsão de possibilidades futuras;
- Aptidões de organizações;
- Interesse em ocupações empreendedoras como função de seu prestígio e risco.

Fialho et al. (2007, p. 6) expressam a característica empreendedora de uma forma poética:

O que caracteriza o empreendedor é o uso que este faz da inteligência astuciosa em suas particularidades, presente de Prometeu, o fogo que roubou dos deuses e nos deu para que, através da prática empreendedora, pudéssemos construir o nosso próprio Olimpo.

De acordo com Chaves (2012), o empreendedorismo está baseado no fato de que o ponto central não é considerar ser ou não ser empreendedor, pois no seu entender existe um *continuum* de pessoas com diferentes graduações de empreendedorismo. Nessa linha iremos pautar a pesquisa em questão.

Considera-se que o nível de características empreendedoras nas pessoas pode ser identificado e que o empreendedorismo não é inato, como se

acreditava até alguns anos atrás. Na concepção de Dornelas (2008), ele pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa.

Com base nessa perspectiva teórica, Caird (1998) desenvolveu um teste com uma metodologia própria que analisa as características empreendedoras em cinco dimensões, identificando em seu estudo que os empreendedores de maior sucesso têm altos *scores*, em cada uma delas. Tais características são:

1. Tendência a assumir riscos, refletida por qualidades como: atuação mesmo com informações incompletas, julgamento quando dados incompletos são suficientes, valorização com precisão de suas próprias capacidades, ambição em um nível adequado, avaliação de custos e benefícios correta, fixação de objetivos desafiadores, mas que podem ser realizados;
2. Tendência criativa, manifestada pelas qualidades de imaginação e inovação, tendência de sonhar acordado, versatilidade e curiosidade, geração de muitas idéias, intuição, gosto por novos desafios, novidade e mudança;
3. Necessidade de realização, representada por algumas qualidades como: visão futura, autossuficiência, postura mais otimista do que pessimista, orientação para as tarefas e para os resultados, incansabilidade e energia, confiança em si mesmo, persistência e determinação, além de dedicação para concluir uma tarefa;
4. Necessidade de autonomia/independência, representada pelas qualidades de realização por intermédio de atividades pouco convencionais, preferência por trabalhar sozinho, necessidade de priorizar os seus objetivos pessoais e expressar o que pensa, preferência por tomar decisões ao invés de receber ordens, não se render à pressão do grupo de trabalho;
5. Tendência a ter iniciativa e determinação, representados pela tendência de possuir as seguintes qualidades: aproveitamento de oportunidades, não aceitação de predestinação, atuação no sentido de controlar seu próprio destino, autoconfiança, equilíbrio entre resultado e esforço e considerável determinação.

Vários autores, na tentativa de explicar as razões que levam a pessoa a empreender, buscaram respostas nos traços pessoais e nas atitudes do empreendedor. Durante muitos anos, os traços de personalidade de uma pessoa é que definiam se ela possuía características e condições para empreender, o que levava à conclusão de inferir se uma pessoa era ou não era empreendedora, ou

seja, nascia ou não com o privilégio de ter sucesso com o seu próprio negócio (DOLABELA, 2008). No entanto, estudos mais avançados concluíram que a personalidade empreendedora reflete as características do período e do lugar onde são desenvolvidas, ou seja, o sujeito é fruto do meio.

Assim sendo, baseado em pesquisas realizadas por Dolabela (2008), pode-se estabelecer uma correlação entre empreendedorismo e educação para o empreendedorismo, pois ninguém nasce sabendo ou com o privilégio de ser empreendedor. Qualquer pessoa pode aprender a empreender, bastando apenas desenvolver as características ideais. No entanto, apesar de poder ser aprendido, o empreendedorismo por necessidade torna-se pouco desenvolvido num ambiente desfavorável, como em uma sociedade economicamente estável, com grande volume de vagas de emprego disponíveis, pela racionalidade em separar trabalho e sonho e pela falta de necessidade de empreender para sobreviver.

2.1.4 Tipos de empreendedores

De acordo com os conceitos promovidos pelo GEM (2010), pode-se classificar os empreendedores em dois tipos: empreendedores por necessidade e empreendedores por oportunidade. O empreendedor por necessidade se caracteriza por iniciar um negócio porque está desempregado e precisa encontrar uma maneira para pagar suas despesas. O empreendedor por oportunidade é aquele que inicia um negócio porque viu uma lacuna não atendida, um nicho de mercado com poucos competidores ou outra boa chance de ganhar dinheiro montando um negócio, ou ainda pela insatisfação encontrada na organização em que trabalha pela falta de reconhecimento e possibilidade de crescimento e auto-realização.

A maioria dos autores considera que tornar-se um empreendedor é uma possibilidade que existe para todas as pessoas. Dornelas (2008) enfatiza que uma das grandes mentiras no mundo dos negócios está presente na tese de que empreendedores nascem feitos, não podem ser formados, pois considera que os diversos fatores “situacionais” é que fazem a diferença.

Hashimoto (2006, p. 2, 3) descreve um estudo realizado por Cunningham e Lischeron na tentativa de posicionar o tema empreendedorismo sob diferentes perspectivas, considerando escolas de pensamento.

- A escola bibliográfica: estuda a história de vida de grandes empreendedores, mostrando que os traços empreendedores são inatos e não podem ser desenvolvidos. É a intuição que diferencia os empreendedores das demais pessoas, sobretudo o seu “sexto sentido” para identificar e aproveitar uma oportunidade. A pessoa simplesmente nasce empreendedora.
- A escola psicológica: estuda as características comportamentais e de personalidade dos empreendedores. Nesta escola, assume-se que o empreendedor desenvolve uma série de atitudes, crenças e valores que moldam sua personalidade em torno de três áreas: valores pessoais, propensão ao risco e necessidade de realização.
- A escola clássica: o empreendedor tem como principal característica a inovação. Segundo essa escola, o empreendedor é aquele que cria algo. Descoberta, inovação, criatividade são os temas de estudo desta escola. A base desta linha de estudos é o trabalho do economista Joseph Schumpeter.
- A escola da administração: segundo essa escola, o empreendedor é uma pessoa que organiza e administra um negócio, assume os riscos de prejuízo e o lucro inerentes a ele, planejando, supervisionando, controlando e direcionando o empreendimento. A importância do plano de negócios, como instrumento de planejamento e estruturação de ideias, nasce desta escola.
- A escola da liderança: para essa escola, o empreendedor é um líder que mobiliza as pessoas em torno de objetivos e propósitos. Essa escola parte do pressuposto de que nenhum empreendedor obtém resultado individualmente. É preciso, acima de tudo, que ele saiba montar sua equipe, motivá-la e desenvolvê-la para construir coisas em conjunto.
- A escola corporativa, afirma que as habilidades empreendedoras podem ser úteis em organizações complexas, para ações de foco bastante específico, como abrir um mercado, expandir serviços ou desenvolver produtos. Seu foco de estudo é a organização e o seu desenvolvimento. Essa escola ganhou relevância a partir da necessidade e das dificuldades das organizações em desenvolver os empreendedores internos ou o clima empreendedor.

O estudo de Hashimoto (2006) leva à conclusão de que o perfil do empreendedor não é inato, exceto na escola bibliográfica, por compactuar com a possibilidade de desenvolvimento das características empreendedoras. No entanto,

sobre as outras teorias citadas, pode-se também verificar que o meio social e as condições de vida da pessoa, família, especialmente a escola e o restante do meio podem criar condições que irão favorecer o desenvolvimento de características empreendedoras.

Como consequência da revisão bibliográfica realizada, compreende-se que o empreendedor deve desenvolver características comportamentais e de personalidade com valores pessoais como comprometimento, responsabilidade, ética, capacidade de assumir risco e necessidade de realização. Deve-se ter iniciativa de criação e inovação dentro de uma perspectiva de planejamento, organização, liderança e controle.

2.2 Ensino Superior

É muita gente ingrata reclamando de barriga d'água cheia. São maus cidadãos. É essa gente analfabeta interessada em denegrir a boa imagem da nossa nação. És tu Brasil, ó pátria amada, idolatrada por quem tem acesso fácil a todos os teus, enquanto o resto se agarra no rosário, e sofre e reza à espera de um Deus que não vem (Hebert Vianna).

A atual configuração do ensino superior brasileiro, delineada a partir da última década do século XX, caracteriza-se por um aumento expressivo da demanda por vagas e de instituições particulares, em sua maioria, cobiçosas por lucro, velada pela estagnação das universidades públicas que não conseguem absorver a demanda no país. Tal incapacidade relaciona-se diretamente com a falta de investimento destinado a esse setor, consequência do ideário neoliberal. Pires (2004) descreve mais acuradamente esse contexto:

O redesenho institucional do sistema de ensino superior (assim entendido o conjunto de unidades ofertantes, públicas e privadas a legislação e os órgãos planejadores e gestores) ocorreu num contexto que combinou a crise fiscal do Estado brasileiro do final do século XX com a avidez por retornos rápidos e fáceis de empresários/entidades sagazes, sob a persistência de um discurso liberalizante que toma a educação como simples prestação de serviços, oferecida num quase-mercado (mercado controlado por agências públicas criadas para assegurar certas características ao "produto", que seriam ameaçadas pela lógica estritamente mercantil de maximização de resultados por parte dos produtores/fornecedores).

Outros condicionantes desse cenário atual do ensino superior é que sua clientela deixa de constituir-se exclusivamente pela elite e pela presença da classe média alta nas instituições privadas. Martins (2002) relata que na década de 90, estudantes de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Considerando tanto o setor privado quanto o público, a proporção de estudantes de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassava os 60%, o que comprova não serem apenas os menos favorecidos os alunos das instituições privadas.

Considerando o contexto de sociedade capitalista neoliberal e suas transformações em todas as dimensões, causadas pela transformação do modelo de desenvolvimento industrial para o modelo de desenvolvimento informacional, faz-se necessário, na denominada “*era do conhecimento*” relacionar a vantagem competitiva à capacidade de democratizar o acesso ao ensino. Essa democratização precisa dar-se especialmente no nível superior, segundo Penin (2006), formando profissionais e líderes, criando e disseminando novos conhecimentos, papel vital no desenvolvimento dos países capitalistas.

Vale ressaltar a concepção equivocada do senso comum em acreditar que a escola tem o papel de transformar a sociedade ou de redimi-la. Cabe lembrar que a crença de que a escola pode redimir a sociedade vem desde a Revolução Industrial, conforme explica Saviane (2005, p. 54).

Esse ensino tradicional que ainda predomina hoje nas escolas se constituiu após a revolução industrial e se implantou nos chamados sistemas nacionais de ensino, configurando amplas redes oficiais, criadas a partir de meados do século passado, no momento em que, consolidado o poder burguês, acionasse a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como um instrumento de consolidação da ordem democrática.

Reforçando essa perspectiva, Ravitch (2012) considera que essa concepção possa ser advinda da publicação de um livro em 2000, pela conservadora Fundação Heritage, de Washington DC, intitulado Sem Desculpas [No Excuses]. Neste livro, Samuel Casey Carter identificou 21 escolas em regiões de alto índice de pobreza com bons resultados nos testes. Essa pesquisa subsidiou o discurso de figuras influentes na vida pública que decretaram que a reforma escolar é chave para sanar a pobreza.

Contraopondo essa tese, Gerhardt (2011) explana que a escola não é lugar de modificação das estruturas sociais, mas de reprodução da sociedade, tanto de forma positiva, quanto negativa. No entanto, a escola deve observar a realidade social de forma crítica e assim não repetir seus erros. A concepção Freiriana alerta para essa questão,

Freire nos mostrou que nenhum projeto educacional tem importância num contexto de opressão e desigualdade, numa composição histórica que não oferece aos grupos menos favorecidos qualquer espécie de ruptura, sequer de reflexão sobre sua própria condição. Antes de tudo é preciso romper com a corrente de violência que discrimina e despreza os mais pobres, julgando-os como pessoas menores, sem valor. Antes de tudo é fundamental modificar o arcabouço secular em que nos colocamos e repetimos inadvertidamente, muitas vezes com as melhores intenções. Sem essas mudanças, nada faz diferença (GERHARDT, 2011).

É nessa perspectiva de reprodução das desigualdades sociais que se apresenta a educação no Brasil. Barbosa (2009, p. 17) alerta que “no caso brasileiro existem estudos que comprovam o papel central da educação na produção das desigualdades sociais”. No entanto, apesar de Freire (1979) ter considerado a inoperância da escola no contexto de opressão e desigualdade, ele também afirmou que sem a educação a sociedade também não muda, pois a educação muda as pessoas e é essa mudança que transforma o mundo.

Nessa concepção de educação redentora da humanidade, está implícita a educação como preparadora de mão-de-obra para o sistema capitalista, que idealiza a reprodução de classes sociais. Evangelista (2002) considera, nessa discussão dois princípios de base do Fórum Mundial Educacional em 2002, inicialmente considerando “a educação como um direito universal, próprio da condição humana e não uma mercadoria” e em seguida que “a educação não pode ser ‘prioritariamente’ instrumento de desenvolvimento econômico e social e preparadora para o mercado de trabalho, conquanto não possa perder de vista que o trabalho é essencial a homens e mulheres”.

A trajetória do ensino superior público brasileiro teve seu início, segundo Colossi (1998, p. 37) no século XIX com a vinda da família real:

Algumas datas ilustram também a trajetória da Educação Superior no Brasil. Em 1827 foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda. Em 1889, a República nasce com 14 Escolas Superiores. A Universidade de Manaus criada em 1909, mostrou a força do ciclo da Borracha. Da mesma forma, em 1912 foi criada a Universidade do Paraná,

com o ciclo do café. Em 1937 foi criada a Universidade de São Paulo e em, 1961 a Universidade de Brasília.

Observa-se a relação direta entre o desenvolvimento econômico do país e a expansão do ensino, ou seja, a transformação da educação está condicionada à transformação da economia e suas demandas de mão-de-obra especializada. De acordo com Gerhardt (2011, p. 5) “o que se construiu não foi uma escola voltada para a reflexão da sociedade sobre si mesma, mas para o trabalho técnico de produção em série para arregimentar os operários que produzirão a riqueza de que nunca usufruirão”. Romanelli (2009, p. 24) reforça essa tese.

[...] a função da escola foi a de ajudar a manter privilégios de classes, apresentando-se ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho. Ao mesmo tempo que ela deu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, ela se manteve insuficiente e precária, em todos os seus níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter “status”. Completa o quadro a predominância do ensino do tipo acadêmico – mais próprio para “ilustração” – sobre o ensino técnico e, no nível superior a predominância de escolas que preparavam para as carreiras liberais.

Alguns marcos nos contextos econômico, social e político que foram importantes na trajetória do ensino superior no Brasil são apresentados a seguir, respeitando a cronologia de acontecimentos e não a relevância dos mesmos.

Na primeira República (1889-1930), ocorreu a Reforma Benjamim Constant que teve como princípios a liberdade e laicidade do ensino (SANTOS, 2003). Essa reforma no que tange ao ensino superior previu uma reestruturação do ensino politécnico, de direito, de medicina e militar.

Em seguida, ocorreu a Reforma Rivadavia Corrêa em 1911, que retomou a orientação positivista, pois as reformas promovidas até então oscilavam entre a influência humanista clássica e a realista ou científica (SANTOS, 2003). Essa reforma ficou conhecida como a reforma que desoficializou o ensino brasileiro, princípio caro ao liberalismo que, na época, começava a influenciar a educação brasileira ao lado do credo positivista, ambos em competição com a doutrina católica.

Na segunda República (1930-1945), foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, época em que a realidade econômica brasileira passou

a exigir uma mão-de-obra especializada, portanto, era necessário investir na educação profissionalizante. Período em que foram criados o Conselho Nacional de Educação, os Conselhos Estaduais de Educação e o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil. Ainda foi criado o Decreto 19.852, de 11 de abril, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (ROMANELLI, 2009).

No Estado Novo, período compreendido entre 1937 a 1945, o governo de Getúlio Vargas, em consequência do golpe, outorgou em 10 de novembro uma nova constituição. Santos (2003) descreve que, no ensino superior, essa constituição dispõe uma orientação político-educacional para o mundo capitalista, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Romanelli (2009, p. 153) criticou essa política do Estado com a implantação do ensino profissionalizante como escola para os pobres, separada da escola para os remediados e ricos.

Não observou que oficializando o ensino profissional, como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos; estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola.

No período seguinte, entre 1946 e 1950, no governo de Euríco Gaspar Dutra com a adoção da quarta Constituição do país, cujo texto é caracterizado pelo discurso liberal e democrático que responsabilizou a União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, como afirmou Romanelli (2009, p. 171).

Os princípios liberais da Carta de 1946, que asseguravam direitos e garantias individuais alienáveis, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direitos e liberdade individuais, com a intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos, a Constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime.

No ano de 1951, com o retorno de Getúlio, foram criados o Conselho Nacional de Pesquisa – CNP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A educação passou a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura.

Em 1955, Juscelino Kubistschek com o programa de fazer o Brasil crescer 50 anos em 5, aprovou a Instrução 113 da SUMOC¹³, instrumento responsável pela alienação da economia nacional, pois se reconhecia às empresas estrangeiras a concessão de favores cambiais para a transferência de seus países de origem (SANTOS, 2003, p. 152).

Com a construção de Brasília, foi criada a Universidade de Brasília e aprovada a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB)¹⁴. Segundo Souza (2003, p. 166), “sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo às reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros”.

Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação que substituiu o Conselho Nacional de Educação. Foram criados também os Conselhos Estaduais de Educação e o Plano Nacional de Educação.

Em 1964, com o golpe militar, foram frustradas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram subversistas. Foram estabelecidos acordos entre vários grupos de especialistas brasileiros e norte americanos – MEC-USAID¹⁵. Em decorrência de uma campanha contrária, especialmente pela União Nacional do Estudantes (UNE) muitos educadores passaram a ser perseguidos, exilados e mortos em função de posicionamentos ideológicos (SANTOS, 2003).

No final da década de 60 realizou-se no ensino superior a Reforma¹⁶ de 1968, que incorporou várias características da concepção universitária norte-americana, a saber:

- a. Vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho;
- b. Estímulo às parcerias entre universidade e setor produtivo;

¹³ Superintendência da Moeda e do Crédito, autoridade monetária anterior a criação do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br).

¹⁴ Promulgada pela Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961.

¹⁵ United States Agency International for Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

¹⁶ Instituída pela Lei Federal 5540/68.

- c. Instituição do vestibular unificado, do ciclo básico ou primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração, do regime de créditos e matrícula por disciplinas, todas essas medidas visando uma maior racionalização para as universidades;
- d. Fim da cátedra e incorporação do sistema departamental;
- e. Criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva;
- f. Expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino;
- g. A ideia moderna de extensão universitária;
- h. Ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma. (PAULA, 2009).

Com essa alteração

Queiroz e Queiroz (2003) ressaltam que devido a essa alteração, na década de 1970, o setor privado começou paulatinamente uma nova configuração no que diz respeito à natureza institucional dos estabelecimentos que o compõem.

Em 1971, no período mais cruel da ditadura civil, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁷, cuja característica mais forte foi novamente dar à formação educacional um cunho profissionalizante.

Com o fim do Regime Militar, a eleição indireta de Tancredo Neves, seu falecimento e a posse de José Sarney, estabeleceu-se um contexto de crença de que as questões sobre educação poderiam ser refletidas e comentadas de forma democrática e aberta. Essa discussão já não mais analisava os aspectos pedagógicos da educação, mas tinha um caráter político. Paula (2009) alerta que essa reflexão teve a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes a escola, a sala de aula, a didática e a dinâmica escolar em si mesma.

Nos anos 80, o ensino superior enfrentou dificuldades de se expandir, mas, a partir dos anos 90, a oferta de vagas começou a aumentar, segundo relata Sampaio (2000, p. 31),

O ensino superior brasileiro, num intervalo de três décadas e meia, experimentou significativas mudanças em sua configuração e

¹⁷ Instituída pela Lei Federal 5.692/71.

funcionamento. No início dos anos de 1960, o sistema contava com aproximadamente uma centena de instituições, a maioria delas de pequeno porte, localizadas predominantemente nos centros urbanos, voltadas para atividades de transmissão do conhecimento e contando com um corpo docente com escassa profissionalização acadêmica. Esses estabelecimentos, vocacionados, fundamentalmente, para a reprodução de quadros da elite nacional, e, em geral, cultivando um *ethos* e uma mística institucional, abrigavam pouco mais de 100 mil estudantes, com predominância do gênero masculino. Tal quadro contrasta fortemente com a complexa rede de estabelecimentos públicos e privados que se constituiu ao longo desses anos. Segundo os dados do Censo da Educação Superior de 1999, o sistema abrangia 1097 estabelecimentos, absorvia 2,4 milhões de alunos de graduação [...] No bojo desse processo de mudanças, houve a incorporação de um público mais diferenciado socialmente, o que aumentou bastante o contingente de estudantes do gênero feminino e daqueles já integrados no mercado de trabalho, bem como um acentuado movimento de interiorização e regionalização da oferta de ensino superior.

Nessa década, com a forte crise econômica do país, observa-se um reflexo negativo no ensino superior, com baixa taxa de inscritos no vestibular, em decorrência, entre outros fatores, da retenção e evasão de alunos no segundo grau.

Segundo Martins (2002), cerca de 11% das vagas oferecidas nos cursos superiores não foram preenchidas. Essa crise econômica refletiu até 1985, permanecendo a diminuição de matrículas no ensino superior, segundo Queiroz e Queiroz (2003). Nesse período, iniciou-se a interiorização e o crescimento das Universidades Privadas.

Considerando essa crise como um dos grandes problemas a serem enfrentados pela Nova República, houve uma proposta de reformulação. Segundo Paula e Sinder (2001) foi criada a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior¹⁸. Seu Relatório, pautado no sucesso do modelo neoliberal, tomou como parâmetro a universidade de resultados, ressaltando:

Existe uma convicção generalizada de que o ensino superior não está ajustado à realidade brasileira [...] primeiro, na formação de profissionais inadequados, em quantidade e qualidade, às demandas do mercado de trabalho; segundo, no fato da pesquisa acadêmica ser abstrata e desvinculada das necessidades das regiões em que as instituições de ensino estão localizadas; terceiro, na quase inexistência de trabalhos de extensão e outros serviços prestados às comunidades locais. (PAULA; SINDER, 2001, p.18).

¹⁸ Criada pelo Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985.

Em 1988, o Projeto de Lei da nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, ano da promulgação da Nova Constituição da República Federal do Brasil, que ampliou a autonomia das Instituições de Ensino Superior.

Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi instituída a nova LDB¹⁹ e o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa nova lei tinha como propósito promover uma reforma educacional nacional. Os três eixos da política neoliberal para reforma Universitária, que trazem em si as recomendações dos organismos internacionais do capital (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio – OMC) são:

1. Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão);
2. Autonomia Universitária; e
3. Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência (Brasil, Ministério da Educação, 2012).

Essas três estratégias estabelecidas na reforma universitária concretizam o projeto neoliberal para a desoneração do Estado e o incentivo à privatização também no setor educacional.

No período de 1995 a 2002, foi extinto o Conselho Federal de Educação e criado o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Essa mudança tornou o Conselho menos burocrático e mais político. Foi nesse período também que se fortaleceu a prática do Estado avaliador e, no lugar do extinto provão instituiu-se o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), além de outras avaliações destinadas aos demais níveis educacionais, sem nenhum respeito às diferenças regionais de um país continental.

A partir de 1995, o governo com o propósito de incentivar o crescimento do ensino superior privado no Brasil para atender uma demanda não cumprida pela universidade pública, por falta de investimento e pela intencionalidade da política neoliberal, verificou estatisticamente a expansão do ensino superior privado que ocorreu de forma acelerada e diversificada, considerando o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

[...] formulado em 1995 pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (BRASIL/MARE), abriu mais um precedente para a privatização das universidades públicas. Luiz Carlos Bresser Pereira, quando foi Ministro

¹⁹ Instituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

do MARE, propôs a transformação das instituições de serviços do Estado, como é considerado o caso das universidades federais, em "organizações sociais públicas não-estatais". Esta categoria foi concebida para contemplar as instituições que desempenham as chamadas "atividades competitivas." Aplicou-se a concepção da eficiência gerencial pela competitividade máxima. O mecanismo proposto foi o Contrato de Gestão, que conduziria à captação de recursos privados como forma de reduzir os investimentos públicos no ensino superior (PAULA, 2009).

No discurso neoliberal, há uma desvalorização do público e uma valorização do privado. Isso se justifica como uma forma de isentar o governo de suas atribuições, transferindo suas responsabilidades de investimentos em todos os setores, inclusive na educação para o setor privado. Nessa circunstância, o Estado descentraliza e mercantiliza a oferta da educação, considerando os alunos como consumidores e manifesta sua porção centralizadora quando atua como Regulador.

A redução da contribuição direta do Estado no financiamento da educação defendida pelos neoliberais exprime essa visão.

Em 1997, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação²⁰ foram instituídas, com os seguintes princípios:

- Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a Integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudo a serem ministradas;
- Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino e aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo vários tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- Estimular práticas de formação independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;

²⁰ Pelo Parecer CES/CNE N.º 776/97.

- Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridos fora do ambiente escolar, inclusive as que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
- Fornecer articulação entre a teoria e a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Incluir orientação para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas (BRASIL, Ministério da Educação, 2012).

Em 2001, novas orientações para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação²¹ foram instauradas:

- A definição da duração da carga horária e tempo de Integralização dos cursos será objeto de um parecer ou resolução específica da Câmara de Educação Superior.
- Os tópicos de estudo que comporão os currículos com carga horária pré determinada não poderão ultrapassar a 50% da carga horária do curso;
- As Diretrizes devem contemplar: perfil do formando / egresso / profissional conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado. Competência/ habilidades/ atitudes - Habilitações e ênfase na prática. Conteúdos curriculares. Organização do curso. Estágios e atividades complementares. Acompanhamento e avaliação (BRASIL, Ministério da Educação, 2012).

Vale ressaltar que a universidade no Brasil desenvolveu-se na primeira metade do século XX, sob a influência dos modelos francês e alemão. Segundo Paula (2009), o modelo francês influenciou a Universidade do Rio de Janeiro e o modelo alemão, a Universidade de São Paulo.

Isto porque o modelo napoleônico de universidade, caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal, vai marcar profundamente a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Não houve, como em São Paulo, a preocupação de introduzir a pesquisa como uma das principais finalidades da universidade, nem com a constituição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - entendida como coração da universidade,

²¹ Parecer CNE/CES N.º 583/2001.

como centro integrador e catalisador da idéia de universidade, responsável pela ciência livre e desinteressada - características do modelo universitário alemão do século XIX, que influenciou a organização da USP.

Considera-se, diante do exposto, uma influência para a formação da Universidade no país. De um lado, o modelo alemão para a formação de uma Universidade plena, autônoma, com liberdade de fundamentar o ensino por meio da pesquisa, calcada na ciência com a formação integral e humanista do homem e, de outro, o modelo francês, de formação meramente profissional, voltada para o mercado de trabalho. O que se pode constatar é que, no Brasil, o modelo francês de Universidade prepondera sobre o primeiro, especialmente nas instituições de ensino superior privadas.

O país em 2009 teve um dos índices mais altos de privatização da educação superior na América Latina e no mundo – cerca de 90% das instituições brasileiras de ensino superior são privadas, sendo responsáveis por 70% das matrículas neste nível de ensino.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2010), o Brasil, em 2009, possuía 900 instituições de ensino superior. Pouco mais de uma centena é constituída como universidade. As demais são estabelecimentos isolados de ensino superior ou federações de escolas integradas. Em 10 anos, o Brasil praticamente triplicou a sua base de alunos na Educação Superior, saindo de 2,4 milhões de matrículas em 1999 e chegando a 6 milhões em 2009, com um crescimento médio anual de 9,6%.

Apesar de os dados comprovarem o crescimento expressivo do ensino superior no Brasil, considerando os países emergentes, que se destacaram na economia durante os últimos anos e denominados, no mercado financeiro, pela sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil possui o nível mais baixo na formação superior. Simons (2010) relata que essa diferença é significativa, pois em 2006 na Índia graduaram-se 14 milhões de estudantes, na China em 2008 este número superou os 20 milhões, na Rússia em 2009 foram 9 milhões e no Brasil 6 milhões em 2009. Observa-se que no Brasil não é prioridade e nem há interesse em formar o cidadão crítico e reflexivo, apenas a formação técnica para atender a demanda de desenvolvimento econômico do país.

Com o objetivo de cumprimento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE), o Ministério da Educação aumentou o número de vagas no ensino

superior por meio de algumas medidas. Frigotto (2011) assinala que na primeira década do século XXI, houve um impulso à criação de novas Universidades públicas e programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que criou mais de 700 mil vagas para jovens.

Outro programa criado pelo governo federal foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Outro mecanismo de acesso à universidade criado pelo governo federal foi o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), serviço pago pelos estudantes com empréstimos do Estado, desde que esses indivíduos assumam a responsabilidade de pagar a dívida quando começarem a colher os frutos da valorização do seu capital humano.

Embora as políticas do governo federal tenham estimulado o crescimento do ensino superior de graduação, o principal motor desse foi o setor privado, que cresceu numa velocidade praticamente o dobro daquela observada no setor público. Destaque também para a Educação a Distância (EAD), cujos dados passaram a ser contabilizados pelo INEP/MEC em 2001, com pouco mais de 5 mil alunos matriculados, chegando a mais de 800 mil alunos em 2009, o que corresponde a 14,1% da base total de alunos. Observa-se que é crescente a taxa de ensino superior brasileiro, mas a mesma ainda é baixa em termos comparativos mundiais.

Outra questão que deve ser ponderada é o crescimento de estudantes pardos e negros nas Universidades, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD:

A diferença entre brancos, pardos e pretos no ensino superior ainda é grande. Enquanto dois terços da população jovem branca (62,6%) frequenta as universidades e faculdades do país, apenas um terço dos pretos e pardos estão na mesma situação. Nos últimos dez anos, porém, essas minorias cresceram mais proporcionalmente, do que os brancos. Em 1999, apenas 7,5% dos estudantes pretos de 18 a 24 anos de idade estavam matriculados em cursos de graduação ou pós no Brasil. Hoje, são 28,2%. Os pardos também eram pouco representados no ensino superior: 8% em 1999. E saltaram para 31,8% em 2009 (LEITE, 2010, p.16).

Diante dessa transformação do setor marcada pela implantação do modelo neoliberal e pela globalização de mercados, a educação deixou de ser dever do Estado, lacuna preenchida pela privatização do ensino superior. O Estado passou

a ser financiador, regulador, interventor e avaliador, via Ministério da Educação, segundo a política idealizada por organizações internacionais do capital.

Como consequência desse pragmatismo norte-americano, as pessoas e as organizações estão sendo cada vez mais influenciadas numa tentativa de atender às necessidades dessa sociedade consumista. Paula (2009) descreve a nova roupagem do ensino superior no Brasil, condicionado pela ideologia neoliberal.

No contexto neoliberal, marcado pela razão instrumental mercadológica do capital, a concepção norte-americana, com seu conteúdo pragmático e utilitário, torna-se hegemônica nas instituições de educação superior brasileiras. Há um processo crescente de "*macdonaldização*" do ensino, sobretudo no âmbito das instituições privadas, com a proliferação de cursos que, no passado, não possuíam o menor *status* acadêmico, havendo uma banalização e um aligeiramento da formação em nível superior para atender as demandas de mercado e dos "clientes" que procuram um título universitário.

Giuliani (2006) considerou que o marketing para a educação é um conjunto de serviços vendido para o consumo dos alunos, o que caracteriza uma troca. As aplicações das técnicas e dos conceitos em um planejamento educacional se fazem necessárias para melhorar as trocas no ambiente das IES²². Esse movimento, sem precedentes no setor educacional, obrigou essas instituições a se relacionar com as necessidades do mercado (COLOMBO et al., 2005).

Constata-se por meio da formação empreendedora uma possibilidade de romper com a geração de mão-de-obra para o mercado de trabalho e, sobretudo com a possibilidade de realização integral do ser humano, desenvolvendo também seu potencial criativo e não apenas profissionalizante.

Há a necessidade de inovação das IES, praticando uma gestão educacional compartilhada com os colegiados, núcleos docentes estruturantes de forma empreendedora, inspirada numa metodologia de ensino inter e transdisciplinar, cuja finalidade seja liberar a criticidade, potencializar as habilidades pré-existentes e desenvolver outras necessárias ao espírito empreendedor, pois como afirma Chagas (1999, p. 12),

Liberados em seu espírito empreendedor e estimulados por essa concepção, os jovens não aceitaram posturas conformistas e exercerão sua criatividade nas organizações que saibam mobilizar suas aptidões. Ou

²² Instituições de Ensino Superior.

lançar-se-ão eles próprios à aventura de criar unidades produtivas, unindo suas capacidades empreendedoras ao risco empresarial de mercado.

Segundo Dornelas (2008), proporcionar aos indivíduos educação específica voltada ao empreendedorismo é uma atividade que vem sendo realizada por entidades, escolas e universidades brasileiras, no que se refere à compreensão do perfil empreendedor, quem é esse indivíduo e como ele se comporta. Em relação ao acesso ao empreendedorismo, o autor ainda defende que qualquer indivíduo pode aprender o que é ser um empreendedor de sucesso, o que vem sendo uma realidade em muitas universidades que possuem cursos de extensão, pós-graduação e MBA's²³ com ênfase específica em empreendedorismo.

Os cursos voltados para a formação empreendedora surgiram a partir de 1947, nos Estados Unidos da América - EUA, idealizados pela escola de Administração de Harvard, com o objetivo de qualificar ex-combatentes da segunda Guerra Mundial para o mercado de trabalho, mas principalmente para a geração do autoemprego (DORNELAS, 2008).

De acordo com o SEBRAE (2010), o mais novo desafio das universidades, centros universitários e faculdades é inserir o ensino do empreendedorismo como parte de praticamente todos os cursos superiores oferecidos, quer dizer, uma aparente universalização do ensino do empreendedorismo não se restringindo a cursos específicos de gestão, apesar das evidências afirmarem que existe tal restrição.

Especialmente num cenário de reorganização das relações de trabalho, de acordo com Fialho et al (2007), a estabilidade baseada na legislação trabalhista, resultado do vínculo empregatício entre empregador e empregado, está cedendo espaço à estabilidade baseada no conceito de empregabilidade. Especialmente os cursos de Administração, defrontam-se com a necessidade de preparar os alunos para atuarem de forma efetiva na sociedade como agentes empreendedores numa economia de mudanças provocadas principalmente pela globalização de mercados no contexto capitalista.

O ensino superior deveria ser um espaço reservado à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, no sentido de não apenas qualificar tecnicamente o aluno para subsistir numa realidade de sistema econômico

²³ Master Business Administration

capitalista, mas por meio da pesquisa desenvolver a análise crítica dos fatos históricos para entender a própria realidade e assim alterá-la.

Assim, torna-se de essencial o desenvolvimento de projetos extensionistas com o objetivo de promover consciência e mudanças do *status quo* do ser humano em relação ao planeta para que o homem tenha consciência de sua condição predatória decorrente do consumismo e uso indevido dos recursos.

Enfim, devem ser valorizados projetos que desenvolvam a possibilidade de criar, inovar, simplificar a vida cotidiana, como por exemplo, a utilização de recursos sustentáveis como a energia solar e eólica, produtos ecologicamente corretos, reciclagem, aproveitamento de resíduos, entre outras ações importantes para a sobrevivência do planeta terra.

2.2.1 Trajetória escolar do aluno até o ensino superior e a formação docente

Uma reflexão importante no contexto de formação educacional em nível superior diz respeito a trajetória dos alunos até esse nível de ensino, ou seja, deve-se levar em consideração a formação do aluno no ensino fundamental e médio e a formação profissional do professor desses níveis de ensino.

Essa análise pode encontrar eco na influência ideológica exercida sobre a educação, haja vista que o discurso neoliberal considera relevante apenas o crescimento econômico, enquanto o verdadeiro desenvolvimento, de acordo com Furtado (1982), é um processo social e cultural e apenas secundariamente um processo econômico.

No Brasil, o planejamento educacional foi feito sob a ótica do currículo dividido em disciplina, que muito quer ensinar, mas o resultado é a padronização e ajuste do ser humano ao sistema capitalista.

A partir de meados da década de 1990, a educação no país se fundamenta nas prerrogativas neoliberais, por meio do relatório da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO,²⁴ elaborado por Jacques Delors, “Educação: um tesouro a descobrir”, em 1996, baseado em quatro pilares, “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser”:

²⁴ Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas.

Os quatro pilares apresentados aparecem impregnados de subjetividade, enfatizando as diferenças individuais como saudáveis e necessárias, sendo a chave para o indivíduo achar seu lugar em nossa sociedade; retira-se da aprendizagem o conteúdo que fica reduzido a informações, instrumentalização das ações posteriores, emergindo um saber imediato e utilitário, além da inclusão do princípio básico da flexibilidade, capaz de torná-lo um sujeito adaptável ao mercado (ARCE, 2001, p. 261).

Essa standardização da educação voltada ao preparo para o mercado de trabalho é reforçada por Arroyo (apud GOMES, 2002, p. 81) quando reflete que “a construção do educativo nas sociedades ocidentais passa por um movimento de separação da instrução e da educação [...] processo de configuração moderna [...] inseparável do movimento social que reduz a educação à escolarização”.

O autor retrata a indiferença da burguesia nos últimos séculos quanto à escolarização do povo, apesar de ser fundamental à lógica capitalista.

A burguesia esclarecida não mostrou nos últimos séculos ter medo da escolarização do povo, nem entusiasmo [...] fez com que a luta pela escola se situasse no reino natural das necessidades elementares, não mais no reino humano dos fins, dos valores, da produção-formação do homem, como era na concepção socrática, cristã e humanista, espaço do cultivo do espírito, das letras, da cultura, dos homens cultos e cultivados. O mundo letrado, onde a burguesia e seus intelectuais se propõem introduzir o povo via escola, não é mais o mundo das letras das artes liberais e da cultura; é apenas o mundo natural da sobrevivência (ARROYO apud GOMES et al., 2002, p. 81).

Quanto à formação docente no Brasil, Arce (2001, p. 262-263) relata a realidade no contexto neoliberal:

Professores estes que não necessitam de longos programas iniciais de formação. Aprender fazendo, em serviço, é suficiente para sua formação, sendo que, para tanto, a educação à distância por meio de rádio ou TV é fundamental e eficaz. Manipular manuais e livros e dominar algumas habilidades técnicas, além de ser capaz de refletir sobre a sua ação, são suficientes, pois este profissional, como os demais, também deve ser flexível e, se possível, ater-se a outras ocupações no mercado de trabalho, não reduzindo-se somente a ser professor. Afinal, com o desenvolvimento tecnológico a figura do professor não é tão indispensável, 'o sendo apenas para os que não dominam os processos de reflexão e de aprendizagem'.

Nesse contexto, o professor não necessita ser um intelectual com uma base teórica e prática fundamentada em princípios filosóficos, históricos, metodológicos. Seus atributos pessoais passam a ser valorizados em detrimento da formação profissional. Retira-se definitivamente do professor o conhecimento, pois

anula a dicotomia existente entre teoria e prática, eliminando a teoria no momento em que esta se reduz a meras informações (ARCE, 2001).

O autor ainda argumenta que apesar da nova LDB afirmar que a formação do professor para a educação básica deve ser feita no ensino superior, não determina que essa formação seja somente em universidades, mas permite que seja realizada também em institutos superiores de educação, que deverão se dedicar somente à capacitação docente, sendo o ensino dissociado da pesquisa e extensão, além de oportunizarem que profissionais de outras áreas possam, por meio de uma complementação, tornarem-se professores.

2.3 Ensino de Administração no País

O ensino de Administração no Brasil, segundo o Conselho Federal de Administração (2011) é muito recente, especialmente se comparado aos EUA, onde os primeiros cursos iniciaram-se no final do século XIX, com a criação da Wharton School, em 1881. Em 1952 iniciava-se o ensino de Administração no Brasil, período em que nos EUA formavam em torno de 50 mil bacharéis, 4 mil mestres e 100 doutores por ano, em Administração.

Na década de quarenta, o Brasil agrário iniciava o processo de industrialização e com essa alteração estrutural da economia acentuava-se a necessidade de mão-de-obra especializada e, conseqüentemente, a profissionalização da Administração.

Conforme afirma Covre (1981), o surgimento da Administração no Brasil está relacionado com o caráter de especialização e uso crescente da técnica, tornando imprescindível a presença de profissionais para as diferentes funções de planejar, organizar, liderar e controlar as atividades empresariais. Ou seja, o curso de Administração surgiu no Brasil, assim como em outros países, com o objetivo de atender à demanda de desenvolvimento no país, especialmente no que tange ao preparo do profissional para trabalhar na grande empresa.

O ensino de Administração está relacionado ao processo de desenvolvimento do país. Esse processo foi marcado por dois momentos históricos distintos. O primeiro, pelos governos de Getúlio Vargas, representativo do projeto autônomo de caráter nacionalista. O segundo, pelo governo de Juscelino Kubitschek, evidenciado pelo projeto de desenvolvimento associado e caracterizado pelo tipo de abertura econômica de caráter institucionalista (CFA, 2011).

Historicamente o curso de Administração no Brasil, conforme o Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA/BA, 2011), evoluiu a partir de alguns marcos. Em 1931, foi criado o Instituto de Racionalização do Trabalho (IDORT), em decorrência da crise de 1929. Em 1938, criou-se o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), com o objetivo de modernizar a burocracia estatal e formar técnicos capacitados para gerir a máquina estatal.

Importante figura para a valorização do profissional administrador foi o mineiro Belmiro Siqueira que ocupou vários cargos no DASP. Sua dedicação à Administração o consagrou Patrono dos administradores, título que lhe foi outorgado post-mortem em 1988 (GONÇALVES, 2012).

Somente em 1941, surgiu em São Paulo o primeiro curso na Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) e em 1946, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), que ministrava cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis, nos quais eram apresentadas algumas matérias ligadas à Administração. Em 1952, foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), no Rio de Janeiro, com a aprovação do DASP.

É importante ressaltar que a criação da FGV deu-se em momento de deslocamento da influência do modelo Europeu para o Americano e foi nessa universidade que surgiram os primeiros institutos de investigação sobre dados econômicos no país, com o propósito de fornecer resultados para as atividades dos setores estatal e privado. O objetivo da FGV era formar profissionais para atender ao setor produtivo baseado no paradigma norte-americano.

Em 1948, representantes desta instituição visitaram 25 universidades americanas que tinham cursos de Administração Pública, com o intuito de conhecer diferentes formas de organização. Isso favoreceu a realização de encontros entre representantes da FGV e professores norte-americanos visando a criação de uma escola voltada ao treinamento de especialistas em Administração Pública (MARTINS, 1989, p. 63).

Em 1952, como resultado desse estreitamento com as escolas de Administração Pública Americanas, a FGV, com o apoio da ONU e da UNESCO, criou a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE). O convênio com esses organismos internacionais previa a manutenção de professores

estrangeiros e bolsas de estudo no exterior. Stork (1983, p. 57) comenta a influência norte-americana no ensino de Administração no país.

Nesse contexto para verdade irrefutável, dada a origem das preocupações administrativas no Brasil, que o passado imperfeito da administração brasileira é o passado mais que perfeito da administração dos Estados Unidos. De fato, afora a influência britânica na administração nacional, tudo o mais vem dos EUA: os livros e as técnicas; os professores; as bolsas de estudos em pós-graduação [...] Dessa sorte, a administração apresenta-se no Brasil, como a mais norte-americana de nossas disciplinas.

Após a criação da EBAPE, a FGV criou a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, a EAESP, com o auxílio do governo federal e da iniciativa privada, estrategicamente situada na cidade de São Paulo por se caracterizar como capital econômica do país.

Para dar início às atividades, a FGV firmou acordo com a USAID, cuja atuação foi até 1965, o que permitiu destaque nacional dessa instituição. Por meio desse convênio, evidenciou-se a influência norte-americana no currículo e bibliografia dos cursos de graduação em Administração, surgindo o primeiro currículo especializado nessa área, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de gestão. Esse currículo foi uma referência para os outros cursos que surgiram no país, segundo o Conselho Federal de Administração (CFA, 2011).

A partir da década de 60, a FGV passou a oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*. Posteriormente, iniciou a oferta dos cursos de mestrado e, dessa forma, tornou-se um centro de formação de professores para outras instituições.

Outra grande referência para o ensino de Administração no país é a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, pela aglutinação de diversas faculdades existentes. Em 1946, surgiu a Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP). A criação da FEA deveu-se ao surto da industrialização no país, com objetivo de formar administradores profissionais para empresas públicas e privadas.

Nos primeiros 20 anos, a FEA não oferecia especificamente o curso de Administração, apenas o de Economia e Ciências Contábeis, apesar de ambos elencarem em seus currículos um conjunto de disciplinas de cunho administrativo.

Foi somente em 1963 que se criou o curso de Administração de Empresas e Administração Pública (CFA, 2012).

Observa-se que a criação e evolução do ensino de Administração deram-se, inicialmente, nas instituições universitárias públicas, com o ensino sendo desenvolvido e apoiado na pesquisa. Essas escolas se transformaram em modelo de ensino de Administração no Brasil, sendo exemplos a FGV e a FEA/USP. No final da década de 60, o crescimento do ensino superior em Administração passou a depender do ensino privado no país, segundo Martins (1989).

A retrospectiva histórica do curso de Administração, em todas as suas nuances, econômica, política e social, revelou uma tendência de formação do profissional voltada para o interesse da grande empresa de origem estrangeira, mesmo porque o modelo norte-americano, que orientou a formação dos cursos de administração no Brasil, tem como foco essa formação. Observa-se, pois, uma lacuna na formação do administrador, haja vista que não apenas a indústria demandava por esse profissional, mas também as micro e pequenas empresas, empresas familiares que compunham o cenário econômico do país. Tais decisões de cunho político que trataram com indiferença o espírito empreendedor do brasileiro se fazem presentes no currículo do curso de Administração no século XXI.

A profissão de Administrador, como profissão regulamentada, surgiu com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o que veio ampliar um vasto campo de trabalho para a profissão de Administrador. Essa Lei em seu artigo 3º, afirma:

Que o exercício da profissão de Técnico em Administração é privativo dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresas, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (CFA, 2011).

O currículo do curso de Administração em sua trajetória passou por quatro momentos marcados pelos currículos mínimos aprovados em 1966 e 1993, culminando com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Administração, homologadas em 2004 e em 2005 pelo Ministério da Educação.

Ressalta-se que as alterações produzidas em 1993, nos currículos mínimos aprovados em 1966, representaram um significativo avanço face a

excessiva rigidez dos primeiros currículos. Tal avanço foi ampliado e consolidado com as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas em 2004 e 2005, trazendo ao ensino superior de Administração inegável e necessário avanço (CRA/BA, 2011).

No primeiro momento, após a regulamentação da profissão, o Conselho Federal de Educação fixou o currículo mínimo do curso de Administração. Nesse currículo foram agrupadas as matérias de cultura geral, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e condições institucionais em que se inseria o fenômeno administrativo, matérias instrumentais, oferecendo os modelos e técnicas de natureza conceitual ou operacional e matérias de formação profissional.

De acordo com o Parecer nº 307/66, o currículo mínimo do curso de Administração, que habilita ao exercício da profissão de Técnico de Administração, seria constituído das seguintes matérias:

- Matemática
- Estatística
- Contabilidade
- Teoria Econômica
- Economia Brasileira
- Psicologia Aplicada à Administração
- Sociologia Aplicada à Administração
- Instituições de Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa)
- Legislação Social
- Legislação Tributária
- Teoria Geral da Administração
- Administração Financeira e Orçamento
- Administração de Pessoal
- Administração de Material (CFA, 2012).

Além desse elenco de matérias, tornavam-se obrigatórias as disciplinas de Direito Administrativo, ou Administração de Produção e Administração de Vendas, segundo a opção do aluno. Os alunos também tinham de realizar um estágio supervisionado de seis meses para obter o diploma.

A partir dessa regulamentação, procurou-se instituir órgãos que controlassem o exercício da profissão. Foram criados, então, os Conselhos Regionais de Administração (CRAs). A função desses Conselhos era fiscalizar o

desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais. Só poderiam exercer a profissão aqueles que fossem registrados nos CRAs. Esses Conselhos passariam a ter um forte controle sobre as condições de acesso à profissão. Atualmente, segundo dados do CFA, (2012) existem no país 27 Conselhos Regionais, ou seja, em todos os Estados, incluindo o Distrito Federal, além do Conselho Federal de Administração, cuja sede é em Brasília/DF.

O segundo momento marcante na trajetória do curso de Administração no Brasil ocorreu em 1993, quando foi estabelecido novo currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação através da resolução nº 2/93 de 4 de outubro de 1993. Nessa resolução, foi fixado o currículo mínimo e a duração do curso de graduação, dividindo o curso em disciplinas de formação básica instrumental, disciplinas de formação profissional e disciplinas eletivas e complementares além do estágio supervisionado de acordo com o seguinte:

1. Formação Básica e Instrumental: Economia, Direito, Matemática, Estatística, Contabilidade, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Informática, total de no mínimo 720 h/a²⁵ (24%);
2. Formação Profissional: Teorias Administrativas, Administração Mercadológica, Administração da Produção, Administração de Recursos Humanos, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração de Sistemas de Informação e Organização Sistema e Métodos, total de no mínimo 1020 h/a (34%);
3. Disciplinas Eletivas e Complementares: total de no mínimo 960 h/a (32%)
4. Estágio Supervisionado: total de no mínimo 300 h/a (10%).

Segundo essa resolução, o curso teria um mínimo de 3.000 h/a sendo integralizado em no mínimo 4 e no máximo 7 anos. Além da habilitação geral, poderiam ser criadas habilitações específicas que constariam no verso do diploma. Além disso, diplomados de outros cursos poderiam obter graduação em administração com um mínimo de 1350 h/a (CFA/BA, 2012).

O terceiro momento ocorreu em 2004, com a publicação da Resolução CNE/CES nº 1 de 2 de fevereiro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Administração. Essa Resolução foi revogada logo em seguida pela Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005. A

²⁵ Hora aula.

retificação no texto das DCNs dos cursos de Administração foi resultado do trabalho do Conselho Federal de Administração (CFA) e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) junto ao Ministério da Educação (MEC), no sentido de melhorar a qualidade do ensino e evitar a descaracterização dos cursos da área oferecidos. Basicamente, foram realizados os seguintes ajustes:

- As linhas de formação específica nas diversas áreas da Administração não poderão mais constituir uma extensão ao nome do curso, nem se caracterizarem como uma habilitação, devendo apenas constar no projeto pedagógico. O nome do curso deverá ser Bacharelado em Administração;
- A expressão Trabalho de Conclusão de Curso - TCC também foi alterada para Trabalho de Curso - TC (CRA/PA, 2012).

O quarto momento da trajetória do curso de Administração no país refere-se à publicação da Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005, que instituiu novas DCNs para os cursos de Administração que abrangem os seguintes aspectos do curso conforme seu artigo 2º:

A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividades, como trabalho de curso – TC, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico (BRASIL, Ministério da Educação, 2005, p. 1)

De acordo com essa resolução, os conteúdos curriculares ficam divididos em:

1. Conteúdos de Formação Básica: estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, éticos e profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis;
2. Conteúdos de Formação Profissional: teoria da administração e das organizações, e a da administração de recursos humanos, mercados e marketing, materiais, produção, logística, financeira e orçamentária, sistemas de informação, planejamento estratégico e serviços;
3. Conteúdos de Estudos Quantitativos e sua Tecnologias: pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias para definição e utilização de estratégias;

4. Conteúdos de Estudos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar.

Martins (1989) faz uma comparação da evolução de parâmetros para o curso de Administração comparando a resolução nº 2/1993 e resolução CNE/CES nº 1/2004.

TABELA 2 - Comparação da resolução 02/93 e resolução 01/04

Resolução 02/1993	Resolução 01/2004
Normativo	Referencial
Rígido	Flexível
Engessado	Diversificado
Matérias Curriculares	Conteúdos Curriculares

Fonte: XV ENANGRAD, Florianópolis, SC, 2004

Essa comparação expressa uma evolução inegável para a qualidade dos cursos de Administração no país, pois passa a ser uma referência a ser implementada com a flexibilidade necessária para atender às especificidades regionais, além da formação generalista que os conteúdos curriculares expressam.

A flexibilidade na formação do administrador pode ser observada nas competências e habilidades descritas no artigo 4º dessa resolução:

- I - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- II - Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- III - Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- IV - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim

expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

- V - Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- VI - Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- VII - Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;
- VIII - Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais (BRASIL, Ministério da Educação, 2005, p. 1)

Apesar das orientações contidas nas DCNs dos cursos de Administração especificarem algumas características pertinentes ao perfil empreendedor, tais como iniciativa, criatividade e determinação, o documento não menciona a orientação para um perfil profissiográfico empreendedor do seu próprio negócio, ressaltando apenas a capacidade de intraempreender em organizações estabelecidas.

Considerando a expressividade do número de pessoas que procuram o curso de Administração, atualmente, se a orientação para o empreendedorismo fosse evidente nas DCNs, o gestor de curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante poderiam desenvolver ações orientadas e eficazes na formação empreendedora do aluno.

O curso de Administração no Brasil teve uma evolução significativa a partir da década de 1970 e salto espantoso em 2002, conforme a Tabela 3:

TABELA 3 - Resumo do desenvolvimento dos Cursos de Administração no Brasil

Ano	IES	Matrículas	Concluintes
Antes de 1960	2	N/I	N/I
1960	31	N/I	N/I
1970	164	66.829	5.276
1980	247	134.742	21.746
1990	320	174.330	22.394
2000	821	338.789	35.658
2002	1.158	493.104	54.656
2003	1.710	576.305	64.792

Fonte: MEC/INEP/DAES (CRA/BA, 2012)

IES: Instituições de Ensino Superior

N/I: Não Informado

Além do expressivo aumento nas matrículas nos cursos de Administração, atualmente é o mais procurado no país, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2009 (BRASIL, Ministério da Educação, 2010), o curso de Administração teve 1.102.579, do total de matrículas, que chegaram a 5,95 milhões. Em 2008 e 2007, o curso também liderou o ranking.

O Conselho Federal de Administração realizou uma pesquisa com o objetivo de traçar o perfil do profissional administrador no país em 2006 (CFA, 2006). Essa pesquisa constatou a inexpressividade de administradores empreendedores, pois a maioria ocupa cargo de gerência, entre outras características:

- É do sexo masculino, casado e sem dependentes;
- Está na faixa etária de até 30 anos;
- É egresso de universidades particulares;
- Concluiu o curso de Administração entre 2000 e 2005;
- Possui especialização em alguma área de Administração;
- Trabalha nos setores de serviços, da indústria e em órgãos públicos;
- Atua nas áreas de Administração Geral e Finanças;
- Ocupa cargos de gerência.

Quanto ao Gênero, a pesquisa revelou que o número de mulheres administradoras vem crescendo nos últimos anos. Em 1994, seu percentual apurado em relação aos homens foi de 21%; em 1998, de 25%; na pesquisa de 2003, de 29,98%; e 2006, atingiu 32,60%. Em 12 anos o percentual de indivíduos do sexo feminino teve um acréscimo de 57%.

Em relação ao tempo de formado, a pesquisa constatou um aumento verificado no percentual de respondentes que se formaram após o ano 2000 até 2005, o que pode ser explicado pelo fato de, na pesquisa de 2003, as respostas terem considerado apenas 3 anos, visto que a sua fase quantitativa ocorreu antes que o ano seguinte se completasse. Esse incremento deve ser visto com naturalidade porque, a cada ano, mais recém-formados deixam as IES e como isso tem acontecido em progressão geométrica, cada vez mais o grupo de recém-formados será maior do que nas pesquisas anteriores.

Considerando a natureza das IES, pode ser observado que as instituições de natureza privada prevalecem como formadoras de Administradores.

Outro ponto constatado na pesquisa diz respeito ao domínio de outro idioma, já que do total de respondentes 58,31% declararam dominar pelo menos um idioma estrangeiro (do total, 77,82% citaram o inglês e 35,39%, o espanhol), entretanto, 41,69% declararam não dominar qualquer outro idioma.

No que tange à empregabilidade, foi constatado que o índice dos que declararam possuir carteira profissional assinada manteve-se estável comparativamente ao da pesquisa anterior (68,09% em 2003 e 67,87% em 2006). Houve pequeno acréscimo (1,37%) dos que se declararam desempregados (4,89% em 2003 e 6,27% em 2006), ainda assim muito aquém dos indicadores relativos à massa de trabalhadores em geral.

A renda individual do Administrador foi declarada, pelos entrevistados, na faixa entre 5,1 e 10,0 salários-mínimos. No entanto, considerando-se os pontos médios das faixas e o número de respondentes em cada uma, a renda média aproximada do Administrador apurada foi de 11,51 salários-mínimos. Portanto, a pesquisa/2006 sinaliza que o Administrador tem renda média individual aproximada de 11,51 salários mínimos, o equivalente, em maio/2006, a R\$ 4.028,00 (quatro mil e vinte e oito reais).

Na identificação da área funcional, o somatório das grandes áreas funcionais (Administração Geral, Financeira, Vendas e Recursos Humanos) ultrapassou 65% do total de respondentes, sendo que a primeira manteve alto o índice de alocação de Administradores. Percebe-se também uma tendência de curva decrescente nas outras áreas desse conjunto, inclusive na de Recursos Humanos, o que merece algumas reflexões para a verificação de suas causas.

Em relação aos cargos ocupados, apesar de não terem sido oferecidas as mesmas opções nas quatro pesquisas, verifica-se que os Administradores têm sido bem aceitos como Gerentes e que o percentual dos que exercem o cargo de Presidente mantém-se em nível significativo. O cargo de Analista mostra forte tendência de ocupação.

Observando a pesquisa sobre o perfil do administrador no Brasil, em 2006, pelo CFA, consta-se a ausência do administrador empreendedor. Esse dado pode ser explicado pela preocupação histórica das instituições de ensino superior em formar excelentes profissionais voltados para a grande empresa, atendendo culturalmente às expectativas dos alunos que ingressavam no curso.

Somente com a crise econômica (crise dos empregos) no Brasil, a partir da década de 1980, e a implantação da ideologia neoliberal, teve início um movimento tímido em torno do empreendedorismo, porém sem nenhum respaldo do governo para a capacitação de pessoas para o empreendimento. Nesse cenário de falta de oportunidade de um emprego formal, identificou-se a necessidade no ensino superior de formar um profissional não apenas qualificado tecnicamente para atuar numa área específica da empresa como empregado, mas que tivesse iniciativa, capacidade de assumir riscos, criatividade e inovação para empreender seu próprio negócio.

Em decorrência desse cenário, alguns cursos de Administração (não foi uma ação generalizada) introduziram em seu currículo disciplinas específicas voltadas para o assunto, como Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios, Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Jogos de Empresas, entre outras. Adequação curricular necessária para atender à nova demanda social.

Ressalta-se que a formação pautada pela DCN deve ser adequada à realidade brasileira, considerando a regionalidade, sem perder de vista o macro ambiente globalizado, adaptando o corpo teórico do curso para as novas formas produtivas, bem como atendendo às expectativas do aluno, ator principal desse contexto.

Teixeira (1983) adverte que é urgente a construção de instituições que inspirem ideais libertários, solidários e que respeitem as diferenças, além de promoverem a consciência crítica com espaço para a expressão coletiva e discussão sobre repensar a organização social, econômica e política e não

simplesmente oferecer uma formação que atenda às prerrogativas do capitalismo burguês.

2.4 Gestão Educacional e o Projeto Político Pedagógico

2.4.1 Gestão educacional

A gestão educacional teve e tem como paradigma a gestão empresarial. No entanto, a natureza e função dessas instituições são diferentes: a organização empresarial objetiva o lucro, a instituição educacional visa o humano, pois o aluno não é objeto, mas sujeito do processo educativo. Nessa perspectiva, a educação não deveria ser mercantilizada, mas o contexto neoliberal hegemônico²⁶ exerce influência na educação engessando-a conforme seus preceitos. A educação tornou-se refém do sistema neoliberal no que tange à preparação de mão-de-obra qualificada para servir aos propósitos do capitalismo.

Esse controle clarifica-se no Brasil em 2004, com a intervenção do Estado no ensino superior, por meio do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Os resultados das avaliações do SINAES²⁷ subsidiam os processos de regulação e supervisão da educação superior que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, credenciamento e reconhecimento de IES. Instaura-se no cenário educacional superior o Estado Avaliador/Regulador, tendo como subsídio a mercantilização do ensino, ou seja, a adequação da escola e da universidade aos mecanismos e a lógica de mercado.

²⁶ Hegemonia, segundo Corrêa (*apud* RODRIGUES, 2005, p. 8), relaciona hegemonia e domínio, isto é, o predomínio da coerção sobre a persuasão, da força sobre a direção, da submissão sobre a legitimação e o consenso, da dimensão política sobre a cultural. Outro significado mais comum na tradição marxista, e que prevalece mais atualmente, é diametralmente oposto porque relaciona hegemonia e liderança com consentimento. Considera hegemonia como capacidade de direção intelectual e moral, política e cultural de uma classe ou grupo social sobre as outras classes, grupos sociais ou frações de classe social.

²⁷ O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno de três eixos: 1) A Avaliação das Instituições de Ensino Superior, 2) Avaliação de Curso de Graduação (ACG) e 3) Avaliação do desempenho dos estudantes – ENADE, regulamentado pela Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004. Possui também instrumentos complementares: auto-avaliação e instrumentos de informação do Censo da Educação Superior, Cadastro Nacional de Docentes. As teorias expressas na legislação que regulamenta o SINAES consideram que os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País (BRASIL, Ministério da Educação, 2012).

A evolução teórica da gestão educacional, segundo Abdalla (2006) e Fullan (2000), não foi acompanhada em sua prática. Despontaram no campo organizacional muitas teorias brilhantes baseadas na democracia, participação, cooperação e valorização integral do ser humano, mas, na prática, a gestão baseia-se em paradigmas ultrapassados caracterizados pela centralização, autocracia, mecanicismo e hierarquia, que atingem as expectativas do aluno-consumidor, resultados esses desejados pelo Estado Avaliador e à ideologia neoliberal dominante.

A trajetória da ciência da Administração tem seu berço na abordagem Clássica, desenhada especialmente pelos conceitos de Taylor, Ford e Fayol, além da teoria da Burocracia Weberiana.

Esse enfoque clássico ou ainda denominado de escola da eficiência caracteriza-se pela valorização dos aspectos técnicos em detrimento da valorização do humano, pelo mecanicismo, autocracia e principalmente pela divisão do trabalho e parcelamento das tarefas: o planejamento nesse contexto organizacional fica a cargo das gerências e a execução, pura e simplesmente a cargo dos operários. Essa estratégia organizacional, delineada por Frederick Winslow Taylor, separa claramente o pensar do fazer, robotizando o trabalho humano.

A teoria tradicional de organização é caracterizada pelo elitismo, tratamento inadequado do poder, falta de perspectiva histórica, incapacidade para explicar a transformação social e tácita aceitação do *status quo*. Essas características bloqueiam o desenvolvimento da práxis que representa “a reconstrução livre e criativa dos arranjos sociais” (BENSON, 1983, p. 100).

Pode-se considerar que esse modelo de gestão teve e ainda tem orientado de forma significativa as organizações, de modo danoso às instituições educacionais, especialmente quanto à fragmentação exagerada do conhecimento, por meio de programas e disciplinas, resultado do processo de fragmentação do trabalho (modelo taylorista/fordista).

É importante ressaltar que, no campo educacional, esse modelo é imposto pelo Estado. De forma centralizada, no que tange ao planejamento educacional em todos os níveis, instituído pelo MEC e Secretarias de Educação e de forma descentralizada quando transfere para a escola a responsabilidade no cumprimento de metas. Situação em que a delegação se dá apenas na autonomia operacional do gestor escolar e dos professores (operários do Estado), sem

liberdade desses participarem do planejamento, respeitando a capacidade de pensar, criar, criticar e muito menos as especificidades regionais de um país continental como o Brasil.

Segundo Ribeiro (2005) os protagonistas da administração mecanicista fundamentaram suas concepções na lógica econômica e na racionalidade dos métodos científicos, considerando a empresa uma máquina rígida, estática e compartimentada, além de procurar sempre o desempenho máximo. O resultado dessa abordagem é uma administração desumana e opressiva, numa tendência de valorização do gestor e subvalorização do empregado, cuja motivação pautava apenas no incentivo pecuniário, devido a visão parcial e incompleta da natureza humana.

Em seguida, surgiu no contexto organizacional a abordagem humanista. Silva (2001), Chiavenato (2003), Motta (2002), Maximiano (2008) e Caravantes (2003) a caracterizam pela oposição à racionalidade da Escola Clássica. Essa escola tem como principal característica a tentativa de humanizar e democratizar a administração. Surgiu em 1932, nos EUA, como consequência de uma experiência realizada por uma equipe de pesquisadores, liderada pelo professor de psicologia industrial da Universidade de Harvard, Elton Mayo a pedido do Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA.

Segundo Motta (2002), a ideia principal da Escola das Relações Humanas foi aumentar a produtividade por meio da redução de conflitos internos, considerando os padrões de relações sociais no contexto organizacional, sendo que as interações entre os pares controlavam o resultado do trabalho. A partir desses estudos, foram identificadas, no contexto organizacional, a existência e a relevância dos grupos informais e suas lideranças. Assim, a concepção de liderança emerge como uma dimensão importante da gestão, substituindo a supervisão rígida determinada no taylorismo.

Com o advento da Teoria das Relações Humanas, uma nova linguagem passou a dominar o repertório administrativo: motivação, liderança, comunicação, organização informal, dinâmica de grupo (MAXIMIANO, 2008). Os antigos conceitos clássicos de autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, departamentalização e princípios gerais da Administração passaram a ser duramente contestados. Decorrente dessas transformações uma nova concepção sobre a natureza do homem foi delineada, o *homem social* em contraposição ao

homo economicus da Escola Clássica (CHIAVENATO, 2003). Essa nova perspectiva de gestão passou a atender às necessidades sociais dos empregados que no entendimento dos teóricos levariam a uma maior produtividade.

Essa roupagem, de cunho humanista, teve efeitos sobre a gestão escolar e sobre a concepção de programas pedagógicos, promovendo uma cooperação mais ampla na atividade pedagógica. Pode também ser considerada uma forma de controle sobre os grupos informais no contexto organizacional. A forma de poder que o administrador poderia exercer sobre os subalternos seria denominada democrática o que possibilitaria ao subordinado opinar sobre o aperfeiçoamento do próprio trabalho, bem como estaria sujeito a um controle por resultados e não mais por uma supervisão cerrada.

Para Ganzeli (2005), essa abordagem sintetiza-se pela busca da eficácia e, ao se tratar da instituição educacional, a eficácia refere-se ao nível de desempenho administrativo e está relacionada ao desempenho pedagógico alcançado pela escola. Além disso,

Os protagonistas de uma administração eficaz adotam uma orientação essencialmente pedagógica em seus esforços conceituais e analíticos e, à luz dessa orientação pedagógica predominante, incentivam a eficiência para lograr eficazmente os objetivos específicos das instituições educacionais. (GANZELI, 1995, p. 47).

Seguindo essa tendência de humanização no contexto organizacional, surgiram as teorias comportamentais, tendo como expoentes Maslow, Herzberg, McGregor e Rensis Likert. Todos esses autores, no desenvolvimento das teorias administrativas, tiveram como tema central a motivação humana. Silva (2001), Chiavenato (2003), Motta (2002) e Maximiano (2008) descrevem o modelo teórico de Abraham Maslow sobre as necessidades humanas, compreendendo cinco níveis hierárquicos: necessidades fisiológicas; de segurança, social, estima e auto-realização.

Na sequência histórica da Administração, desenvolveu-se a Abordagem Sistêmica, Silva (2001), Chiavenato (2003), Motta (2002), Maximiano (2008) e Caravantes (2003) relatam que esse enfoque é uma construção conceitual de um conjunto de teorias administrativas surgidas após a Segunda Guerra Mundial. Essa abordagem concebe a organização como um sistema orgânico, influenciada

direta e indiretamente pelo seu entorno, considerando as variáveis do ambiente de tarefa (clientes, fornecedores, concorrentes e agências reguladoras) e do ambiente geral (sociais, políticas, econômicas, ecológicas e tecnológicas).

Ganzeli (1995) ressalta que, nas décadas de 60 e 70, no contexto da administração pública, esse paradigma subsidiou a elaboração e implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), valorizando o pensamento tecnocrático e a esfera econômica em detrimento da social. As reformas educacionais nesse período sofreram grande influência do Banco Mundial, prevalecendo a teoria do Capital Humano²⁸ nas orientações práticas na educação. Essas mudanças transformaram as relações de trabalho e orientaram a finalidade da educação para a economia e o mundo globalizado (GANZELI, 2002, p. 16).

A administração relevante ou participativa resulta de conceitos recentes e atuais no campo da teoria organizacional e administrativa, preocupadas com as características culturais e com os valores éticos, valores estes definem o desenvolvimento humano sustentável e a qualidade de vida na educação e na sociedade [...] o foco desta corrente participativa está justamente no atendimento às expectativas daqueles que sofrem os efeitos da organização [...] a administração relevante (participativa) ocupa-se, a partir da compreensão da cultura presente na unidade escolar, em organizar um conjunto de ações que valorizem o bem-estar de todos os envolvidos.

O autor ainda considera que o reconhecimento da existência de vários sistemas de valores no âmbito da escola pressupõe a prática da gestão participativa. Nesse viés administrativo, o termo relevância constitui o critério cultural²⁹ empregado como forma de medir o desempenho administrativo em termos de importância, significação, pertinência e valor.

Analisando a perspectiva histórica da gestão educacional, pode-se compreender que o envolvimento dos elementos internos e externos que compõem o ambiente organizacional é o melhor caminho para uma administração participativa, no sentido de satisfazer as obrigações legais, bem como aquelas de caráter social relacionadas a problemas e tendências que estão surgindo, mesmo que afetem indiretamente a organização.

²⁸ Capital humano é o conjunto de conhecimentos, competências e atributos de personalidade consagrados na capacidade de realizar trabalho de modo a produzir valor econômico. São os atributos adquiridos por um trabalhador por meio da educação e experiência (PAIVA, 2001).

²⁹ Compreende-se cultura organizacional como a soma de valores, costumes, tradições e significados que tornam única uma organização (MONTANA; CHARNOV, 2003).

O modelo de gestão participativa e democrática não é o que tem sido vivenciado pelas instituições educacionais. A realidade tem se caracterizado pela sobrecarga, pelo isolamento, por competências não utilizadas e pela limitação do papel do professor, segundo Fullan e Hargreaves (2000).

Abdalla (2006) reforça que os principais problemas enfrentados pelo professor são: a gestão autoritária, o projeto pedagógico de gaveta, a organização e articulação do currículo, a falta de compromisso da escola com o desenvolvimento profissional dos seus professores e a desvalorização da categoria pelo governo, expressa em baixos salários.

Esse quadro pode ser alterado a partir da forma participativa de gestar uma organização que priorize um projeto político-pedagógico globalizador e interdisciplinar, resultado de uma forma democrática de organização. Senge (1990) propôs em sua obra “As Organizações que Aprendem: a quinta disciplina,” a gestão compartilhada, de forma que todos os agentes organizacionais possam participar do processo de planejamento e não apenas da execução. Outras características não menos importantes são: o domínio pessoal, os modelos mentais, a aprendizagem em equipe, a missão compartilhada, o pensamento sistêmico.

Todas essas ações conduzem a organização a aprender e reinventar os processos continuamente, a partir de uma orientação compartilhada pelo coletivo da escola. Especialmente, o pensamento sistêmico, pois parte do conceito de feedback³⁰ que revela informações valiosas de como se autoavaliar e aprender constantemente com a possibilidade de se reinventar continuamente.

2.4.2 Projeto político-pedagógico

O processo educativo apresenta-se de forma concreta a partir do Projeto Político-pedagógico (PPP). Esse é o instrumento que orienta o processo ensino e aprendizagem e, por consequência, expressa em seu conteúdo a prática pedagógica das instituições e dos cursos, dando direção à gestão e às atividades educacionais (BAFFI, 2003). Vale ressaltar que a configuração do PPP do curso está diretamente relacionada ao modelo de gestão implícito e explícito de uma unidade educacional.

³⁰ Retorno de informações.

Um PPP de qualidade deve apresentar de forma bem elaborada dois momentos, a concepção e a execução. Na concepção do PPP, deve-se levar em consideração uma forma de organização do trabalho pedagógico que minimize os efeitos da divisão e fragmentação do trabalho, bem como o controle hierárquico, pois não se trata de arranjar formalmente a escola, mas sim de considerar a qualidade do processo vivido, de acordo com Veiga (2011). Na concepção algumas características devem ser observadas:

- a. Ser um processo participativo de decisões;
- b. Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho que desvele os conflitos e as contradições;
- c. Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos os projetos comum e coletivo;
- d. Conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e. Explicitar o compromisso com a formação do cidadão (VEIGA, 2011, p.11).

É importante ressaltar que, a partir de 2010, a construção coletiva do PPP passou a ser realizada, conforme revela a normatização do Ministério da Educação, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE)³¹.

Além da construção conjunta, o PPP deve ter como orientação as Diretrizes Curriculares Nacionais e uma gestão sistêmica que analisa a formação profissional voltada para o ambiente externo, contexto em que o egresso do curso irá atuar sem perder de vista a vocação regional e as expectativas dos alunos.

Essa participação demanda professores que deveriam ser incentivados a melhorar sempre, além de serem contratados em regime de trabalho parcial ou integral³² e não apenas no regime horista, ou seja, aquele contratado apenas para

³¹ NDE é órgão consultivo e deliberativo, responsável pela concepção, consolidação, revisão, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico de cada curso. Segundo o Parecer CONAES nº 4 de 17 de julho de 2010 (CONAES, 2010).

³² **Docentes em tempo integral:** O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Dec. 5.773/2006, Art.69). **Docentes em tempo parcial:** Docentes contratados com doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos (BRASIL, Ministério da Educação, 2012)

ministrar aulas, sem participação nas atividades de planejamento, pesquisa e extensão.

Outra ação da instituição de ensino no sentido de aprimorar o trabalho dos docentes é a capacitação continuada e valorização de práticas interdisciplinares. O PPP elaborado coletivamente denota uma multiplicidade de formas de compreender e explicar o espaço escolar e, dessa forma, torna-se relevante para todos, pois viabiliza um maior grau de comprometimento na concretização das atividades da unidade escolar.

No que tange ao momento da execução, também são sugeridas algumas características específicas:

- a. Nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b. É exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c. Implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d. É construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível. (VEIGA, 2011, p. 14)

Ressalta Gandin (1994) que esse tipo de planejamento assume um caráter de proposta de futuro, em que está contido um ideal do campo de ação da instituição que propõe a integração entre o esquema operacional e o estratégico, organizando-os num todo. O que Paulo Freire (1979) chama de processo “ação-reflexão”. Niskier (2001) alerta que, na educação, a colheita é demorada, portanto faz-se necessário pensar em soluções estratégicas, cujo foco em primeiro lugar, seja a garantia da qualidade.

Ainda sobre a importância do planejamento participativo Dalmas (1994, p. 28) afirma:

A vivência de uma metodologia participativa, na qual as relações solidárias de convivência pontificam, provoca, mesmo que lentamente, a concretização de uma nova ordem social, iniciando pela parcela menor, que é a escola. É preciso propiciar à pessoa a possibilidade de poder vivenciar uma nova dimensão da vida social, na qual não participe apenas da execução, mas também dos rumos da instituição escolar. Em outras

palavras, presença ativa e criativa na elaboração, execução e avaliação, isto é, na decisão e no fazer do planejamento.

Desse modo observa-se que o foco do PPP não deve estar apenas na elaboração e execução, mas também na avaliação dos resultados. Isso porque, a partir do processo de retroalimentação de informações, é possível a verificação, pelos sujeitos envolvidos no processo educacional, da construção de um planejamento flexível e crítico, que tire lições do ocorrido para que seja possível atingir o objetivo do processo educativo. Dessa forma, é possível que haja uma conexão entre o planejar, executar e acompanhar, ou seja, onde estamos, onde pretendemos chegar e de que forma chegaremos ao objetivo proposto.

Veiga (2011, p. 19, 20) orienta que o PPP deve ter alguns pressupostos norteadores, pressupostos filosófico-sociológicos, epistemológico e didático-metodológico.

Os pressupostos filosófico-sociológicos consideram a educação como compromisso político do Poder Público para com a população, com vistas à formação do cidadão participativo para um determinado tipo de sociedade [...] Os pressupostos epistemológicos levam em conta que o conhecimento é construído e transformado coletivamente. Nesse sentido, o processo de produção do conhecimento deve pautar-se, sobretudo, na socialização e na democratização do saber [...] Quanto aos pressupostos didático-metodológicos, entende-se que a sistematização do processo ensino-aprendizagem precisa favorecer o aluno na elaboração crítica dos conteúdos, por meio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa que valorizem as relações solidárias e democráticas.

Tais pressupostos assumem importância fundamental no processo de construção do PPP.

Por meio dos pressupostos filosófico-sociológicos busca-se um posicionamento, uma visão de sociedade e de homem e dessa forma, tendo como referências a missão, visão e valores institucionais. São definidos os objetivos do curso, o perfil profissional, as habilidades e competências que se deseja formar, denotando não apenas uma formação técnica, mas, sobretudo uma formação humanista, cidadã, reflexiva e crítica da realidade. Não perdendo de vista o aluno como centro desse processo.

No que tange aos pressupostos epistemológicos, avalia-se de que forma será a construção do conhecimento. Será pautada numa perspectiva interdisciplinar e globalizadora ou fragmentada e compartimentada?

Finalmente, os pressupostos didático-metodológicos que definem as mediações, conteúdos, metodologia e recursos serão utilizados no processo educativo, tendo em vista a relação entre ensino, pesquisa e extensão.

A busca constante por um PPP atual, inovador, atento à diversidade cultural, econômica e social do país, sem perder de vista a sociedade globalizada, deve ser premissa básica de uma gestão participativa e democrática na construção da identidade de um curso superior.

Considera-se também a permanente avaliação e reavaliação desse fio condutor do processo educativo, que não deve estar, portanto, pronto e acabado, mas devidamente alterado em observância aos atos legais oriundos dos órgãos reguladores do ensino superior e à realidade diferenciada dos sujeitos envolvidos.

2.5 Ensino do Empreendedorismo

Dolabela (2003) afirma que o ensino pode ser o meio pelo qual é possível consolidar mudanças culturais. A cultura empreendedora pode ser disseminada por meio de ações dentro e fora da universidade. Justifica-se essa tese, não por ser o empreendedorismo um traço da personalidade, mas um comportamento que pode ser aprendido. O autor distingue o ensino do empreendedorismo para adultos e crianças. Para os adultos é necessário libertá-los de uma forma estandardizada de pensar e, para as crianças, trata-se de abrir espaço para o não aprisionamento a valores sociais não empreendedores e a mitos que deseducam.

A diferença entre ensino na escola tradicional e no ensino empreendedor é exposta de forma muito clara por Casson (apud LOBOSCO, 1982, p. 3).

A essência do empreendedorismo é a diferença de opinião, enquanto a ênfase da educação formal é a conformidade das opiniões. Existe uma tendência na educação formal de propor somente questões cujas respostas são precisas e evitar questões para as quais não existe solução definitiva. Empreendedorismo está relacionado com situações as quais não podem ser facilmente definidas e, frequentemente, nem mesmo podem ser categorizadas porque não há situações precedentes similares.

No ensino tradicional o professor é o centro do processo e o aluno, um receptor passivo que não aprende a pensar e a criar, mas apenas a reproduzir o conhecimento sem nenhuma reflexão nem criticidade a respeito dos conteúdos que lhe são ministrados. Na forma empreendedora de ensinar, o professor passa a ser um facilitador do ensino e aprendizagem e o aluno, aquele que imagina, cria e encontra soluções.

Dolabela (2003) em seu livro *Pedagogia Empreendedora*, descreveu a metodologia de ensino de empreendedorismo dirigida à educação básica, que vai desde a educação infantil até o nível médio (4 a 17 anos). O autor propõe que a escola forme empreendedores, não com o objetivo de que esses alunos possam futuramente abrir seus negócios, mas que sejam estimulados a ter autoconfiança, perseverança e tenacidade, conscientizando-os da sua condição de cidadão.

Segundo informações do site de Fernando Dolabela, essa metodologia foi testada em 2002, em 93 cidades, envolvendo mais de 8 mil professores e 224 mil alunos, com repercussão em uma população de 2,5 milhões de habitantes, em vários estados do Brasil. Em 2003 a *Pedagogia Empreendedora* foi implementada em 86 cidades do Paraná, selecionadas pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em um projeto do SEBRAE-PR.³³

É importante ressaltar que o objetivo dessa metodologia, segundo o autor, é construir novos valores em uma sociedade desigual, apesar da diversidade cultural, mas com espantosa diferença na distribuição de renda, poder e conhecimento. O empreendedorismo não deve focar apenas o fazer empresarial para o crescimento econômico que gera a concentração de renda, reproduzindo assim padrões socioeconômicos geradores de miséria. Trata-se do desenvolvimento do empreendedorismo que promove a realização pessoal e social. Quando apoiado no desenvolvimento da criatividade e inovação, ele libera o potencial humano como um todo e com condições de escolher o caminho profissional e pessoal (DOLABELA, 2003).

O autor descreve a importância da metodologia empreendedora a partir da convicção de que apenas as pessoas que olham o mundo de forma diferente é que conseguem identificar oportunidades e essa perspectiva inovadora é aprendida na escola empreendedora.

³³ Fonte: <http://www.starta.com.br/#pedagogia>.

Alguns elementos dessa metodologia:

- Utiliza o professor da própria instituição, que conhece a cultura da casa, dos alunos e do meio ambiente onde cada unidade está inserida;
- Dinamiza conhecimentos dominados pelo professor, é voltada para a prática, sendo de fácil implementação;
- Não se trata de uma receita, um passo a passo. A metodologia é recriada pelo professor na sua aplicação, respeitando a cultura da comunidade, dos alunos, da instituição, do próprio professor;
- Permite a rápida disseminação da cultura empreendedora, sendo concebida para ser aplicada em larga escala, com alta dispersão geográfica;
- Não cria a necessidade de formação de especialistas;
- Não gera dependência da escola a consultores externos;
- Integra professores de áreas diferentes;
- Baixíssimo custo, não duplica meios e esforços;
- A comunidade participa intensamente, como educadora e educanda;
- Considera a escola como umas das referências de comunidade;
- Apoia-se na construção do futuro pela comunidade;
- Tem como alvo a construção de um empreendedorismo capaz de gerar e distribuir, renda, conhecimento e poder (DOLABELA, 2003).

Apesar de não ser o foco em questão, por nesta pesquisa se tratar do ensino do empreendedorismo para adultos, há que se destacar a importância do assunto para que as pessoas desde a tenra idade acreditem na capacidade de criar, inovar, empreender seus próprios sonhos para não serem reféns de uma ideologia de classes.

Outra metodologia proposta por Vesper (apud LOBOSCO, 1987) aponta que a prática do ensino do empreendedorismo é universal e atraente, mas apresenta poucos resultados tangíveis. O autor propõe novos modelos conceituais:

- a. Incluir o agir como experiência didática, além do falar, ler e escrever;
- b. Incentivar o contato com empreendedores;
- c. Ter medições de resultados ligados a projetos que resultem em novos negócios;
- d. Criar uma escola empreendedora;
- e. Não limitar as experiências empreendedoras ao calendário escolar;

- f. Ao avaliar a instituição de ensino, contemplar a produção em projetos e subprojetos de criação de empresas.

Propostas semelhantes são elucidadas em pesquisa sobre empreendedorismo tecida por Guimarães (2002), que identifica algumas metodologias de ensino mais comumente utilizadas pelos professores de cursos voltados ao empreendedorismo. As três metodologias mais utilizadas foram:

1. Depoimentos de empreendedores;
2. Estudos de caso;
3. Desenvolvimento de projetos e desenvolvimento de planos de negócios.

Essas metodologias levam a intuir que o papel do professor torna-se mais árduo, pois é necessário estimular a capacidade de criar, inovar, realizar-se como ser humano. Utilizando estratégias educacionais que estimulem e criem contextos de discussão motivadores e interessantes, baseadas em vivências diárias, em artigos, pesquisas, visitas técnicas, palestras com empreendedores locais, entre outras possibilidades pensadas pelo professor (GUIMARÃES, 2002).

Estimular a educação empreendedora é fator primordial para o desenvolvimento econômico e social de um país, afirma Zahra (2012, p 15), chefe do departamento Robert E. Buuck de empreendedorismo da Universidade de Minnesota:

Não adianta ter independência política se não houver independência econômica. Promover o diálogo entre a política e a economia gera a criação de empregos, contribui para a qualidade de vida e proporciona o desenvolvimento da indústria nacional.

A forma de lançar e dar direção à ideia da formação empreendedora de forma efetiva não deve ser apenas mediante a inclusão de disciplinas com conteúdos relacionados e com foco em empreendedorismo. Deve haver uma conscientização da forma e conteúdo das disciplinas contidas na matriz curricular conectando essas com o objetivo do curso de forma interdisciplinar para que o aluno seja capaz de superar a sua condição atual de forma crítica.

3 METODOLOGIA

3.1 Introdução e Fundamentação Metodológica

A presente pesquisa teve como suporte metodológico a abordagem quanti-qualitativa ou mixta (CRESWELL, 2003), caracterizando-se como um estudo exploratório-descritivo, o que possibilita ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema, pois permite identificar, sistematizar e aprofundar o estudo sobre a realidade específica, ampliando conhecimentos (TRIVIÑOS, 1987).

A escolha pela abordagem mixta deve-se a orientação de diversos autores que recomendam trabalhar com diferentes métodos. Apesar das diferenças entre as abordagens quantitativas e qualitativas, de acordo com Neves (1996), essas visões não são excludentes, ao contrário, elas se complementam e podem contribuir para um entendimento holístico do fenômeno estudado. De forma complementar, justifica Santos Filho (2007, p. 42, 43):

A pesquisa quantitativa busca explicar as causas das mudanças nos fatos sociais [...] a pesquisa qualitativa rejeita a possibilidade de descobertas de leis sociais e está mais preocupada com a compreensão ou interpretação do fenômeno social.

Complementa Santos Filho (2007) que o relevante não é considerar a dicotomia entre o quantitativo e qualitativo, mas superar as aparentes contradições epistemológicas, metodológicas e operacionais entre essas abordagens para que se possa realizar uma investigação sistemática, abrangente e comprometida, tanto com os princípios científicos quanto com a realidade investigada.

Reafirmando essa posição, lembram Laville & Dionne (1999) que o relevante é que a abordagem escolhida esteja a serviço do objeto da pesquisa. A opção pelas duas abordagens nesta pesquisa foi justificada pelo objetivo de investigar parâmetros complementares e diversificados sobre a análise da formação empreendedora, considerando o perfil empreendedor do aluno, bem como seu objetivo ao optar pelo curso de Administração. Demo (2001, p. 8 e 9) reforça esta escolha:

Todo fenômeno qualitativo é dotado também e naturalmente de faces quantitativas e vice-versa [...] entre quantidade e qualidade não existe dicotomia, pois são faces diferenciadas do mesmo fenômeno [...] assim, toda pesquisa qualitativa só tem a ganhar se cuidar também de suas ilações quantitativas, ou melhor dizendo, se souber aliar-se favoravelmente a métodos quantitativos.

A tradição dominante da pesquisa lógico-experimental considera o quantificável por meio do uso de técnicas estatísticas e gera índices que ao longo do tempo podem ser comparados. Esses resultados definem um histórico sobre determinado assunto. Como complemento desse método faz-se necessário, em favor de uma análise complexa e não linear da realidade, considerar as especificidades da pesquisa qualitativa.

Segundo Santos Filho (2007), a pesquisa qualitativa tem como propósito a compreensão, explanação e especificação do fenômeno social e tem como foco o processo de construção do significado.

A primeira fase dessa pesquisa foi descritiva, utilizando-se o método de pesquisa de campo para identificar o perfil demográfico e socioeconômico dos alunos, seu objetivo ao optar pelo curso e suas características empreendedoras. O estudo descritivo procura traçar, com precisão, os fatos e fenômenos de determinada realidade (OLIVEIRA, 1997).

Na segunda fase da pesquisa, utilizou-se o método exploratório-qualitativo, com o uso de entrevistas semiestruturadas para identificar o nível de entendimento dos alunos e professores quanto à formação empreendedora.

Foram utilizados também como suporte para o presente estudo os procedimentos da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica a partir de material publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet.

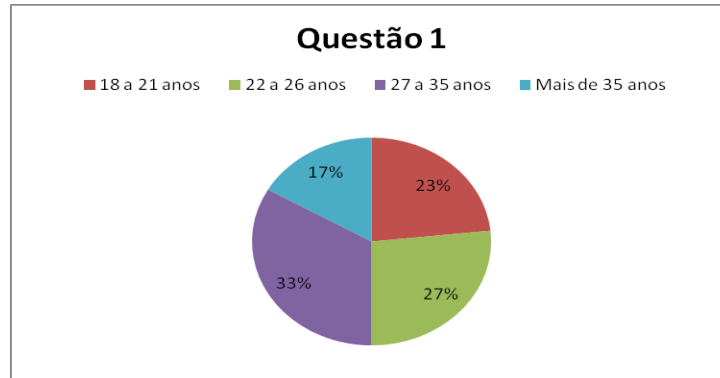
3.2 Sujeitos da Pesquisa

Na pesquisa quantitativa, a população de sujeitos foi constituída pelos 30 estudantes concluintes do curso de Administração de uma instituição privada. Nesta fase da pesquisa, o objetivo foi identificar o perfil demográfico e as tendências empreendedoras dos estudantes.

O perfil dos 30 estudantes pesquisados, de maneira sucinta, se caracteriza da seguinte forma:

- *Idade dos estudantes*

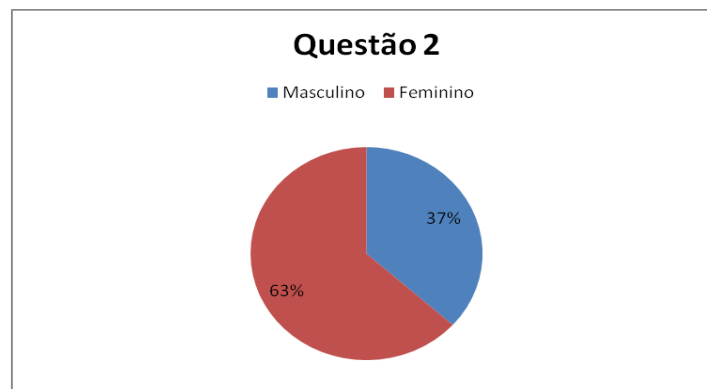
GRÁFICO 3



Neste aspecto, 33% dos estudantes estão na faixa etária entre os 27 a 35 anos, representando o maior percentual.

- *Sexo dos estudantes*

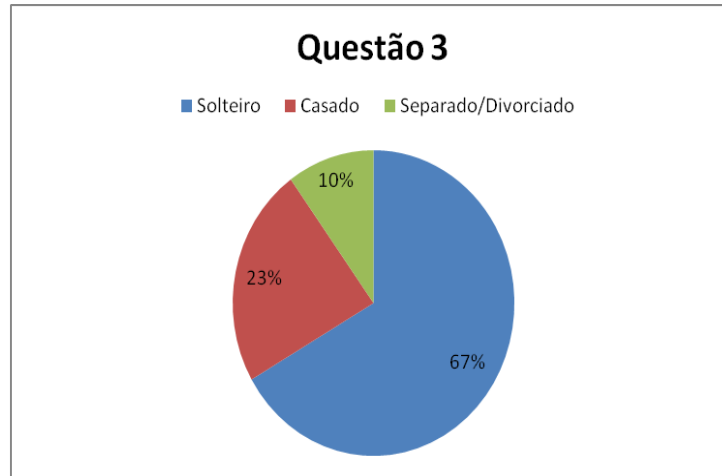
GRÁFICO 4



Em relação à variável sexo, a população pesquisada é composta por 63% do sexo feminino.

- *Estado civil dos estudantes*

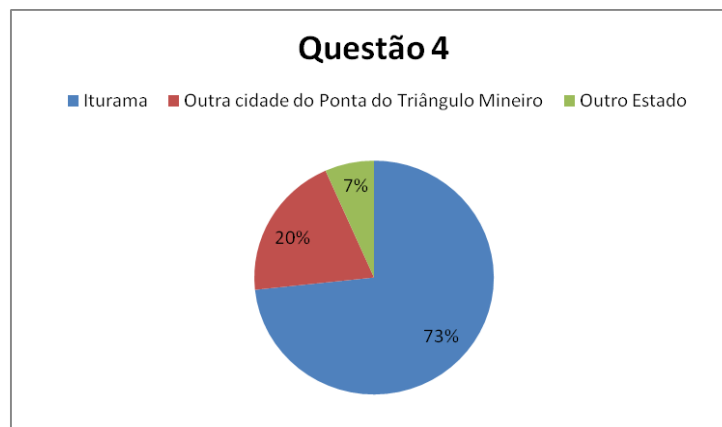
GRÁFICO 5



Nesta variável, a população base da pesquisa se caracteriza por 67% de pessoas solteiras.

- *Procedência geográfica dos estudantes*

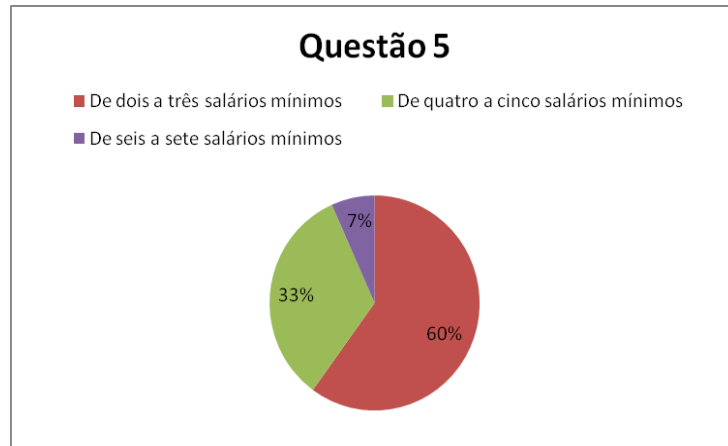
GRÁFICO 6



Como resultado desta questão constatou-se que 73% dos estudantes residem na cidade onde está localizada a faculdade que oferta o curso de Administração.

- *Rendimento médio mensal da família do estudante*

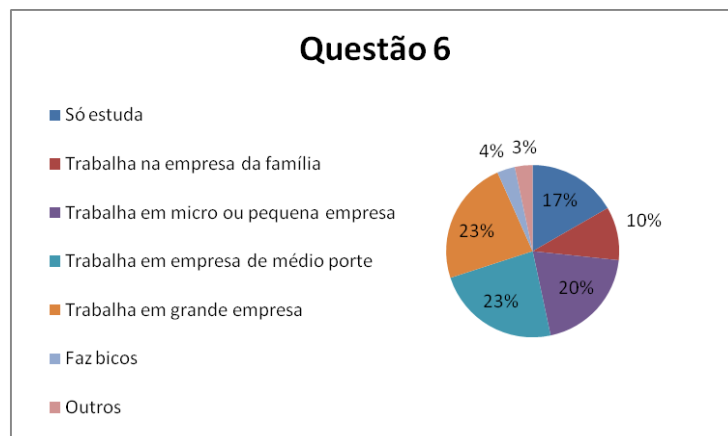
GRÁFICO 7



Nesta questão, o resultado foi que a renda de 60% dos pesquisados gira em torno de 2 a 3 salários mínimos.

- *Atividade profissional do estudante*

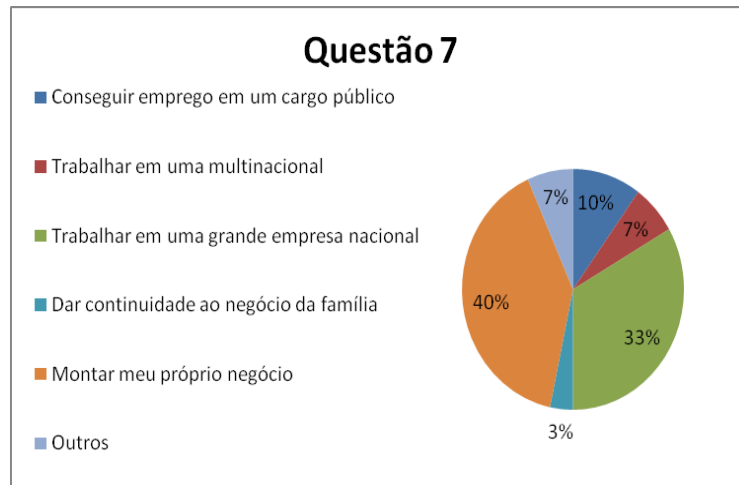
GRÁFICO 8



Quanto à atividade profissional dos pesquisados, o resultado foi que 23% trabalham em grandes empresas, 23% em empresas de médio porte e 20%, em microempresas, 17% só estuda, 10% trabalha na empresa da família e um percentual insignificante, em outras atividades.

- *Objetivo ao escolher o curso de administração*

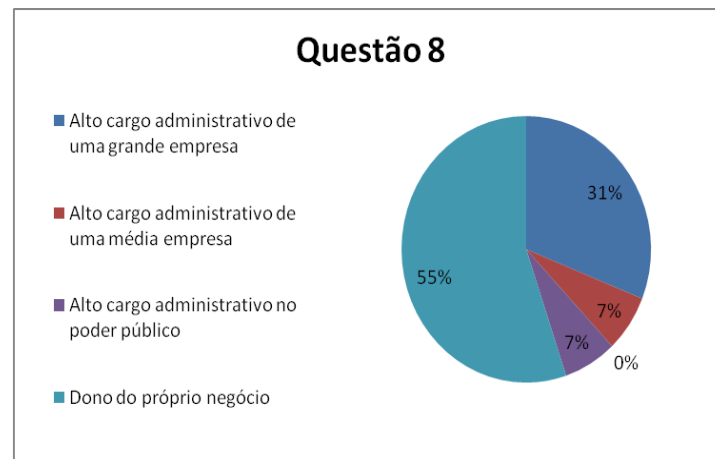
GRÁFICO 9



Em relação a escolha do curso, 40% dos estudantes o escolheram com o objetivo de montar seu próprio negócio, 33% para trabalhar em uma grande empresa, 10% trabalhar em uma pequena empresa, 7% trabalhar em uma multinacional, 7% outros e 3% dar continuidade aos negócios da família.

- *Perspectiva futura daqui a 10 anos*

GRÁFICO 10



Nessa questão, observa-se que 55% responderam *ter seu próprio negócio*, 31% *alto cargo administrativo de uma grande empresa*, 7% *alto cargo administrativo de uma média empresa* e 7% *alto cargo administrativo no poder público*. Constata-se certa confusão por partes de alguns respondentes, pois,

quando indagados sobre o motivo por que optaram pelo curso de Administração, apenas 40% deles manifestaram o desejo de ter seu próprio negócio.

Diante dos resultados da pesquisa sobre o perfil demográfico dos estudantes pesquisados, podem ser constadas algumas diferenças entre o perfil dos estudantes concluintes do curso de Administração, identificado nesta pesquisa, e o perfil dos administradores identificado em pesquisa nacional, realizada pelo Conselho Federal de Administração em 2006 (CFA, 2006):

TABELA 4 - Comparação entre estudantes pesquisados e administradores participantes de Pesquisa Nacional sobre perfil do Administrador

Variáveis pesquisadas	Perfil dos alunos pesquisados	Perfil nacional do Administrador
Sexo	63% do sexo feminino	Majoria do sexo masculino
Faixa etária	33% entre 27 a 35	Majoria está na faixa até 30 anos
Estado civil	67% são solteiros	Majoria de casados
Renda	De 2 a 3 salários mínimos	5,1 a 10,0 salários-mínimos

Fonte: A autora e Pesquisa Nacional sobre Perfil do Administrador (CFA, 2006)

Um dado expressivo a ser considerado nesta comparação diz respeito à variável sexo, que comprova a tendência de crescimento da população feminina nos cursos de Administração, verificada na 4ª edição da pesquisa nacional, realizada pelo Conselho Federal de Administração (CFA, 2006), para identificar o perfil do Administrador no Brasil.

A pesquisa revelou que o número de mulheres administradoras vem crescendo nos últimos anos. Em 1994, seu percentual apurado em relação aos homens foi de 21%; em 1998, de 25%; na pesquisa de 2003, de 29,98%; e, em 2006, atingiu 32,60%. Em 12 anos, portanto, o percentual de indivíduos do sexo feminino teve um acréscimo de 57%.

Considerando a variável faixa etária observa-se que a idade dos alunos pesquisados está na mesma faixa da tendência nacional, conforme Tabela 4.

Em relação ao estado civil houve uma divergência, haja vista que a grande maioria dos alunos pesquisados é composta por pessoas solteiras, contudo a maioria que compõe o perfil nacional é de casados.

Quanto à renda do Administrador, há uma desproporção acentuada entre os estudantes pesquisados e a média nacional em 2006, o que pode ser considerado esperado, pois os estudantes ainda estão em fase de conclusão do curso.

Da pesquisa qualitativa participaram seis estudantes e três professores. Os estudantes foram escolhidos dentre os que apresentaram maiores pontuações nas tendências empreendedoras (os três com melhor desempenho) e os que obtiverem menores pontuações nestas tendências (os três com menor desempenho). Os seis estudantes representam 20% da população de sujeitos envolvidos na pesquisa. Participaram da pesquisa os três professores que lecionam disciplinas diretamente relacionadas ao conteúdo de empreendedorismo.

Segundo informações contidas no PPC (2011), os professores do curso apresentam uma diversidade no tempo de trabalho na Instituição, variando entre 1 até 10 anos de trabalho. Os professores que ministram disciplinas específicas do curso possuem graduação em Administração, os demais possuem graduação nas áreas específicas de suas disciplinas, por exemplo, professores que ministram disciplinas na área do Direito, Matemática, Filosofia, Sociologia, Contabilidade, Psicologia, entre outras.

Da totalidade de 20 professores que trabalharam no curso, no ano letivo de 2011, 11 são especialistas, 8 são mestres³⁴ e apenas 1 é doutor. Quanto à carga horária semanal, a maioria é horista. Ministram aulas para o curso de Administração de 1 até 3 disciplinas semanalmente. Essa breve descrição demonstra que existe uma diversificação grande do perfil dos professores, referente ao tempo de trabalho na Instituição, à graduação, ao nível de pós-graduação, à carga horária semanal e à quantidade de disciplinas que lecionam no curso.

A condição de horista da maioria dos professores corrobora o pensar e o agir estanques desse profissional em seu mundo de especialista. Tal situação não oportuniza a troca de informações, com a possibilidade do trabalho interdisciplinar a partir da convivência e troca de experiência, muito menos a possibilidade de fortalecer o ensino por meio do desenvolvimento da pesquisa e extensão.

Outro elemento que pode ser observado a partir da condição de horistas dos professores, apesar do caráter democrático de gestão do curso, diz

³⁴ Apenas 1 professor é mestre em Administração, 1 em Gestão Ambiental, 1 em Agronegócios, 1 em Geografia, 1 em Sociologia, 1 em Odontologia, 1 em Física, 1 em Fisioterapia e 1 doutor em literatura (PPP, 2011, p. 40).

respeito à falta de dinamismo, proatividade, criatividade e empreendedorismo dos professores. O comportamento do corpo docente está mais susceptível a cumprir ordens, seguir o plano de ensino do que empreender novas possibilidades junto aos alunos.

3.3 Instrumentos

Na fase da pesquisa quantitativa foi aplicado o Teste de Tendência Geral Empreendedora – TEG (Apêndice A1), elaborado por Sally Caird (1998) da Durham University Business School, acrescido de questões sobre o perfil demográfico dos estudantes, seu objetivo ao optar pelo curso e sua perspectiva de trabalho após a conclusão do curso.

Segundo a autora do teste, o TEG visa traçar o perfil empreendedor do pesquisado. O instrumento validado possui 54 questões, divididas em 5 dimensões (Caird,1998):

1. Tendência a assumir riscos, refletida por qualidades como: atuação mesmo com informações incompletas, julgamento quando dados incompletos são suficientes, valorização com precisão de suas próprias capacidades, ambição em um nível adequado, avaliação de custos e benefícios correta, fixação de objetivos desafiadores, mas que podem ser realizados;
2. Tendência criativa, manifestada pelas qualidades de imaginação e inovação, tendência de sonhar acordado, versatilidade e curiosidade, geração de muitas ideias, intuição, gosto por novos desafios, novidade e mudança;
3. Necessidade de realização, representada por algumas qualidades como: visão futura, auto-suficiência, postura mais otimista do que pessimista, orientação para as tarefas e para os resultados, incansabilidade e energia, confiança em si mesmo, persistência e determinação, além de dedicação para concluir uma tarefa;
4. Necessidade de autonomia/independência, representada pelas qualidades de realização por intermédio de atividades pouco convencionais, preferência por trabalhar sozinho, necessidade de priorizar os seus objetivos pessoais e expressar o que pensa, preferência por tomar

decisões ao invés de receber ordens, não se render à pressão do grupo de trabalho;

5. Tendência a ter iniciativa e determinação, representados pela tendência de possuir as qualidades de aproveitamento de oportunidades, não aceitação de predestinação, atuação no sentido de controlar seu próprio destino, autoconfiança, equilíbrio entre resultado e esforço e considerável determinação.

Na pesquisa qualitativa, efetivada após a aplicação e tabulação do teste de Tendência Geral Empreendedora (TEG), foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) junto aos 6 estudantes que demonstraram maior e menor desempenho no teste de tendências empreendedoras, ou seja, a 20% dos concluintes. Foram também entrevistados (Apêndice C) 3 professores do curso envolvidos diretamente com a formação empreendedora do estudante do curso de Administração.

Além das entrevistas semiestruturadas, na fase da pesquisa qualitativa, foi também realizada análise documental do Projeto Político Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Regulamento de Estágio Supervisionado, Estatuto da Empresa Júnior. Também foram objeto de análise os planos de ensino do curso de administração relacionados aos conteúdos de formação profissional que, direta ou indiretamente, estão relacionados à formação empreendedora dos estudantes, tendo em vista o objetivo geral do curso pesquisado.

3.4 Coleta de Dados

Na fase da pesquisa quantitativa, foi realizada a coleta de dados a partir da aplicação de um pequeno questionário para identificar o perfil dos estudantes concluintes do curso de Administração e do Teste de Tendência Geral Empreendedora (TEG), de Sally Caird (1998). Esses instrumentos foram aplicados na população de 30 estudantes concluintes do curso de Administração a fim de identificar suas características empreendedoras. Os estudantes responderam ao teste na própria sala de aula da faculdade, estando presente o pesquisador para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas à interpretação das questões.

Na fase da pesquisa qualitativa, foram entrevistados 6 estudantes e 3 professores, com o objetivo de verificar qual foi a contribuição do curso de

administração para o desenvolvimento das habilidades empreendedoras, segundo a percepção de estudantes e docentes do curso de administração. Com a autorização dos participantes, as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra.

No segundo momento da fase de coleta de dados na pesquisa qualitativa, foi realizada a análise de conteúdo do Projeto Pedagógico Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Regulamento de Estágio Supervisionado, Estatuto da Empresa Júnior e dos planos de ensino do curso de administração relacionados aos conteúdos de formação profissional. O objetivo foi verificar a presença de propostas e ações empreendedoras em tais documentos.

3.5 Análise de Dados

Na pesquisa quantitativa, o cálculo da pontuação no teste de Tendência Geral Empreendedora (TEG), segundo a autora Sally Caird (1998), realizou-se da seguinte forma: para as questões ímpares soma-se um ponto para cada discordância assinalado e para as questões pares soma-se um ponto para cada concordância. A autora do instrumento estabeleceu uma pontuação máxima e um parâmetro para cada uma das 5 dimensões, determinando a tendência empreendedora.

Ficar no parâmetro ou acima dele indica que os respondentes possuem as características empreendedoras elencadas em cada dimensão. Ficar abaixo do parâmetro significa não ter desenvolvida a tendência empreendedora relativa à dimensão. Para melhor entendimento, são elencadas a seguir as 5 dimensões, estabelecendo a pontuação máxima e o parâmetro, conforme proposto por Sally Caird (1998):

- A dimensão 1 afere a tendência em assumir riscos calculados dos respondentes, sendo 12 pontos a pontuação máxima nesta dimensão e 8 pontos, o parâmetro;
- A dimensão 2 afere a tendência criativa dos respondentes, sendo 12 pontos a pontuação máxima e 8 pontos, o parâmetro;
- A dimensão 3 afere a necessidade de realização dos respondentes, sendo 12 pontos a pontuação máxima e 9 pontos, o parâmetro;

- A dimensão 4 afere a necessidade de autonomia e independência dos respondentes, cuja pontuação máxima é de 6 pontos e o parâmetro, de 4 pontos;
- A dimensão 5 afere a tendência a ter iniciativa e determinação dos respondentes, sendo 12 pontos a pontuação máxima e 9 pontos, o parâmetro.

Os dados obtidos no teste de cada aluno foram compilados em uma planilha e submetidos à somatória da pontuação para posteriormente ser determinada a média aritmética simples em cada uma das cinco dimensões da população pesquisada.

Juntamente com este teste foram acrescentadas algumas questões que também se encontram no Anexo A, com o objetivo de traçar o perfil demográfico do aluno, seu objetivo ao optar pelo curso de Administração e sua perspectiva ao concluir o curso. Os dados sobre a percepção dos concluintes em relação à contribuição do curso foram analisados estatisticamente para caracterizar a posição do grupo.

Tais dados foram compilados em uma planilha para verificar a média aritmética simples de cada questão estabelecida e, dessa forma, identificar o perfil demográfico da população pesquisada, seu objetivo ao optar pelo curso de Administração e sua perspectiva futura de trabalho.

Na fase da pesquisa qualitativa, a análise das entrevistas semiestruturadas e dos documentos foi realizada mediante a técnica de análise de conteúdo. Na análise de conteúdo, Bardin (2002) aponta como pressupostos a fase da descrição ou preparação do material, a inferência ou dedução e a interpretação.

Já Chizzotti (2006, p. 98) afirma que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Os principais pontos da pré-análise são a escolha e a leitura dos documentos, a formulação das hipóteses e objetivos, a referenciação dos índices, a elaboração dos indicadores e a preparação do material.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Tendências Empreendedoras dos Alunos Pesquisados

No Tabela 5, são apresentados os resultados do teste de Tendência Geral Empreendedora (TEG), em cada dimensão, os parâmetros estabelecidos por ele e a média dos estudantes pesquisados em cada dimensão.

TABELA 5 – Cálculo do valor de cada dimensão de tendência empreendedora

DIMENSÕES		QUESTÕES						PONTUAÇÃO		
								Pontuação Máxima TEG	Parâmetro TEG	Média dos Alunos Pesquisados
1	TENDÊNCIA DE ASSUMIR RISCOS	2	9	11	18	20	27	12,0	8,0	6,7
		29	36	38	45	47	54			
2	TENDÊNCIA CRIATIVA	5	8	14	17	23	26	12,0	8,0	7,0
		32	35	41	44	50	53			
3	NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO	1	6	10	15	19	24	12,0	9,0	8,7
		28	33	37	42	46	51			
4	TENDÊNCIA A TER AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA	3	12	21	30	39	48	6,0	4,0	3,6
5	TENDÊNCIA A TER INICIATIVA E DETERMINAÇÃO	4	7	13	16	22	25	12,0	8,0	8,6
		31	34	40	43	49	52			

Fonte: Adaptado de Caird, 1998.

A seguir, são apresentadas as análises dos resultados, considerando cada dimensão do teste.

Dimensão 1 – Tendência em assumir riscos

Conforme revela a pesquisa, nessa dimensão, a média dos alunos foi 6,7. Segundo o teste, o parâmetro desta dimensão, é 8,0 pontos, num total de 12,0 pontos. Observa-se que os alunos ficaram bem abaixo do parâmetro estabelecido no teste. A baixa pontuação nesta dimensão sugere uma natureza cautelosa, uma abordagem cuidadosa para a tomada de decisões e uma preferência por trabalhar de forma segura. Em contrapartida, quando essa pontuação atinge o parâmetro ou

fica acima dele, sugere a capacidade de enfrentar os desafios, de tomar decisões em condições incertas, sem ter todas as informações necessárias.

Dimensão 2 – Tendência criativa

A análise desta dimensão, considerando o parâmetro do teste (8,0 pontos) e a pontuação máxima (12,0 pontos), demonstra que os estudantes, ao ficarem com a média 7,0, e dessa forma, abaixo do parâmetro, têm preferência por estabilidade e por implementar as ideias dos outros. Quando essa pontuação fica no parâmetro ou acima dele, sugere um tendência imaginativa e inovadora, versatilidade, capacidade e sensibilidade para as oportunidades e uma preferência por coisas novas. A média é coerente com o resultado da dimensão 1, preferência por segurança, estabilidade e consequente cumprimento de determinações de outros.

A fragilidade encontrada nesta dimensão reforça a pesquisa de Dolabela (2008), quando este relata que a grande lacuna do empreendedor no Brasil está relacionada com a inovação e transferência de tecnologia, ou seja, os empreendedores brasileiros não conseguem criar novos mercados. A grande maioria dos novos empreendimentos é cópia de negócios já existentes e poucos apresentam novidades.

Dimensão 3 – Necessidade de realização

Nesta dimensão, os estudantes pesquisados obtiveram média 8,7, o que indica que ficaram próximos do parâmetro do teste, que são 9,0 pontos, sendo 12 pontos a pontuação máxima nesta dimensão, o que sugere uma orientação para o futuro, para a tarefa, forte ética para o trabalho, orientação para o planejamento antes da realização. A baixa pontuação nesta dimensão sugere falta de ambição, descrença em relação à possibilidade de atingir o sucesso.

As mesmas inferências podem ser analisadas no resultado desta dimensão, ou seja, a preferência por estabilidade, cumprimento de ordens e realização de tarefas pré-estabelecidas, apesar de terem ficado próximos do parâmetro.

Dimensão 4 – Tendência a ter autonomia e independência

No que tange à tendência a ter autonomia e independência, os estudantes atingiram a média 3,6 e dessa forma, também chegaram próximos ao parâmetro, que neste caso são 4,0 pontos e 6 pontos a pontuação máxima. Atingir o parâmetro ou ficar acima dele sugere a necessidade de fazer as coisas de forma independente, uma natureza obstinada e determinada. Uma baixa pontuação, nesta dimensão, indica uma preferência por trabalhar para os outros ao invés de empreender correr o risco de ter o seu próprio negócio.

Dimensão 5 – Tendência a ter iniciativa e determinação

Em relação à tendência a ter iniciativa e determinação, observa-se que os estudantes obtiveram a média 8,6, o que significa que ficaram acima do parâmetro de 8,0 pontos, estabelecido no teste e a pontuação máxima de 12 pontos. Esse desempenho sugere pro-atividade, autoconfiança e autodeterminação, crença de que a conquista é devida à capacidade de esforço. Em contrapartida, a baixa pontuação sugere falta de controle sobre as situações e crença de que o sucesso depende da sorte.

Atinente aos resultados anteriores, a média desta dimensão é consonante com o perfil pouco empreendedor dos alunos e constata a persistência e autodeterminação destes como as características mais preponderantes. Esse perfil pode ser constatado, pois são alunos que trabalham o dia todo (Gráfico 8) e um percentual de 27% (Gráfico 6) residem em outros municípios e necessitam viajar até a cidade de oferta do curso no período noturno.

4.2 O Curso de Administração da Faculdade e a Formação Empreendedora

4.2.1 Projeto pedagógico do curso e formação empreendedora

A partir da pesquisa documental realizada no Projeto Político Institucional da Faculdade (PPI), no Projeto Pedagógico do curso de Administração pesquisado (PPC), no Regulamento de Estágio Supervisionado, nas atas dos Trabalhos de Curso (TC) e no Estatuto da Empresa Júnior, a fim de analisar as

propostas e atividades curriculares e extracurriculares recomendadas para promover o desenvolvimento do espírito empreendedor nos alunos, foi possível fazer algumas ponderações.

A faculdade em estudo oferece os cursos de Direito, Pedagogia, Ciências Contábeis e Administração, sendo esse último objeto desta pesquisa. A instituição tem como missão descrita em seu PPI (2010, p. 15):

Tornar-se centro de referência educacional na região, oferecendo subsídios à alteração da estrutura produtiva e nas condições sociais vigentes. Para tanto, propõe-se a organizar, incentivar e desenvolver, por meio da indissociabilidade entre ensino superior, pesquisa e extensão, a efetividade da capacidade técnica e a cidadania.

Observa-se que, na missão da faculdade, não há referência à formação empreendedora, apesar de propor a alteração da estrutura produtiva e condições sociais, mas com foco na capacitação técnica e cidadã realizada por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Há necessidade de evidenciar que mesmo constando no documento as orientações da condução da pesquisa e extensão³⁵, na prática, constata-se a incipiência dos dois eixos desse tripé (pesquisa e extensão), o que dificulta o efeito sinérgico advindo de uma educação fortalecida pelo desenvolvimento concomitante dos três pilares.

A gestão institucional da faculdade em estudo, segundo o PPI (2010) tem caráter democrático e consultivo, trabalha em parceria com a direção pedagógica e coordenações de curso, tendo em vista as decisões tomadas nos diversos órgãos colegiados.

Existem dois órgãos de natureza deliberativa: o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e os Colegiados de Curso. Apesar das evidências do trabalho democrático e colegiado, ressalta-se a condição de horistas da maioria dos professores do curso de Administração.

O curso de Administração foi criado pela portaria nº 809, de 21 de junho 1999, reconhecido pela portaria nº 1.016, de 30 de março 2005 e a renovação de reconhecimento ocorreu pela publicação da portaria nº 473, de 22 de novembro

³⁵ A faculdade se propõe a ser um centro promotor estimulador da pesquisa aplicada, em nível de pós-graduação e da pesquisa-meio, já também em nível de graduação [...] Em relação à Extensão, propõem a Faculdade, ser um órgão comprometido com a comunidade regional, com os seus problemas, consciente da expressão cultural, local e regional e reelaboradora, em nível científico, dos problemas e anseios da população [...] Os colegiados de curso serão instruídos para que, em sua programação, apareça nitidamente a definição e o espaço da pesquisa, através de projetos concretos, que, por sua vez se vinculem ao ensino e à extensão (PPI, 2010, p. 37).

de 2011, ato este decorrente da nota 4 que o curso de Administração obteve no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)³⁶ em 2009. Esse resultado comprova a eficiência na formação técnica dos alunos que é um dos objetivos do curso de Administração pesquisado.

O tempo mínimo de integralização do curso é de 4 anos e o máximo de 7 anos. A forma de ingresso é pelo vestibular ou via transferência, tem o formato de seriado anual e a oferta do curso é apenas noturna³⁷, com cem vagas previstas em sua autorização. Tem como objetivo:

A formação de profissionais com capacidade de compreender o meio social, político, econômico e cultural em que se encontram inseridos, bem como a formação técnica, científica e **empreendedora**³⁸ que o habilite a conhecer e intervir no campo da administração das organizações de forma ética, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e a melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade (PPC, 2011, p.11).

O objetivo do curso versa sobre a formação técnica, científica e empreendedora, sendo que essa última não é explicitada na missão da faculdade. A mesma observação sobre a incipiência da pesquisa e extensão no âmbito geral da faculdade aplica-se ao campo específico do curso.

O curso de graduação em Administração em análise contempla em sua organização curricular conteúdos que revelam inter-relações com a realidade regional, nacional e internacional. Em conformidade com a Resolução no. 4 de 13 de julho de 2005, o curso atende a quatro núcleos interligados de formação: I) Conteúdo de formação Básica; II) Conteúdo de formação profissional; e III) Conteúdo de Estudos Quantitativos e sua Tecnologias e IV) Conteúdo de Formação Complementar.

Apesar da matriz curricular do curso contemplar os conteúdos referenciados na Resolução nº 4 de 13 de julho de 2005 que instituiu as DCNs para os cursos de Administração é importante ressaltar que apresenta os conteúdos em

³⁶ Segundo a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, os cursos que obtiverem conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e assim, transformar o Conceito Preliminar de Curso - CPC em conceito até o próximo ciclo avaliativo (BRASIL, Ministério da Educação, 2012).

³⁷ A oferta do curso ocorre apenas no turno noturno. Não há oferta de curso no turno matutino, pois não há formação de turma para este turno, o grande contingente de alunos do curso trabalha durante o dia.

³⁸ Grifo da autora

forma de disciplina, contrapondo o documento que sugere o termo “conteúdos curriculares”. Essa concepção de curso orientada por uma matriz curricular composta por disciplinas reflete uma herança do paradigma militar de gestão, bem como do modelo Taylorista/Fordista de padronização, atomismo, hierarquia, supervisão, produção em massa, ainda presentes na gestão educacional e que dificulta a interdisciplinaridade e a compreensão holística do curso pelo aluno.

Consta na matriz curricular o desenvolvimento do curso em 3.120 (três mil, cento e vinte) horas divididas em 2.720 (duas mil, setecentas e vinte) horas de ensino, 300 (trezentas) horas de estágio supervisionado e 100 (cem) horas de atividades complementares.

A análise realizada na matriz curricular do curso permite verificar que a mesma é composta de 41 disciplinas obrigatórias e 4 disciplinas optativas, num total de 45 disciplinas. Desse total, apenas 1 disciplina tem como foco o empreendedorismo, a disciplina de Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios³⁹, que é oferecida na terceira série do curso.

Vale ressaltar que apesar de o objetivo geral do curso versar sobre a formação empreendedora, em nenhum plano de ensino, exceto o plano específico da disciplina de Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios, consta a preocupação de alinhar essa formação com o objetivo da referida disciplina. Tal situação demanda uma reflexão sobre o trabalho isolado dos especialistas do curso (fragmentação do conhecimento), da oferta de disciplinas como se fossem feudos compartimentados e não se integrassem num contexto maior, a formação geral do Administrador tendo como parâmetro o objetivo geral do curso.

Assim como numa empresa as áreas são interligadas, no conhecimento também o são, pois fazem parte de um todo único explicado pela Teoria de Sistemas⁴⁰ ou ainda considerando o conceito de interdisciplinaridade que “caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto de pesquisa” (FAZENDA 1999, p 30).

No caso de um projeto político-pedagógico, Veiga (2011) explicita que deve ser um documento que não se reduz a um conjunto de projetos e planos

³⁹ Vide Anexo B o plano de ensino da disciplina.

⁴⁰ Autor da teoria de Sistemas foi o biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy na década de 1950. Elaborou o conceito de Sistemas como um conjunto de elementos dinamicamente relacionados entre si, formando uma atividade para atingir um objetivo, operando sobre entradas (informação, energia, matéria) e fornecendo saídas (informação, energia, matéria) processadas (CHIAVENATO, 2003).

isolados de cada professor, mas ao contrário, deve ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente.

Segundo o PPC (2011), o estágio supervisionado é parte integrante do currículo pleno dos cursos de graduação em Administração e deverá ser cumprido pelo aluno para a integralização da carga horária total exigida. Como as demais disciplinas, sujeita-se às regras estabelecidas pela Faculdade. O Estágio Supervisionado é desenvolvido na segunda e terceira séries do curso, em conformidade com a matriz curricular, com carga horária de 300 horas, visando à familiarização do aluno com a realidade empresarial e a aquisição de uma visão crítica desse ambiente, a partir da observação do que ocorre na praxis administrativa e organizacional. Nota-se que, na prática, o estágio supervisionado é cumprido pelos alunos nas empresas em que trabalham, pois como constatado esses alunos trabalham durante o dia.

Quanto à análise do Regulamento de Estágio Supervisionado verificou-se que seu direcionamento concentra-se nas grandes áreas da Administração, conforme solicitação de relatórios, indicada a seguir:

- 1º. Relatório – Dados gerais da empresa e histórico;
- 2º. Relatório – Recursos Humanos / Marketing;
- 3º. Relatório – Produção / Material;
- 4º. Relatório – Financeiro.

Como observado no Regulamento do estágio supervisionado, não aparecem atividades relacionadas ao empreendedorismo, como por exemplo a realização de um plano de negócios.

Como subsídio prático aos alunos, o curso conta com uma Empresa Júnior, que segundo o PPC (2011) é uma associação civil, sem fins lucrativos, com fins educacionais, e com prazo de duração indeterminado, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais aplicáveis.

A Empresa Júnior da Faculdade em consonância com os objetivos do Ensino Superior tem como finalidade:

- Prestar assessoria e consultoria com o objetivo de proporcionar aos seus membros efetivos as condições necessárias à aplicação prática de seus conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação profissional;

- Proporcionar à sociedade um retorno dos investimentos que ela realiza na Universidade; incentivar o acadêmico a desenvolver a capacidade empreendedora oferecendo-lhe uma visão profissional;
- Proporcionar intercâmbio empresa-escola, facilitando a absorção dos futuros profissionais no mercado de trabalho por meio da criação do Banco de Talentos, entre outros (PPC, 2011).

Apesar de a natureza das empresas juniores ter como característica principal a prestação de consultoria voltada para a micro e pequena empresas, na prática, durante todo o período de existência da empresa Júnior (2007 a 2011), não há registros de trabalho em consultoria, pois as atividades realizadas pela Júnior, nesse período, foram todas voltadas para a organização de eventos da Faculdade.

Outro ponto importante a ser observado é que há dificuldade em arregimentar alunos para estagiar na empresa, pois a maioria deles trabalha o dia todo, inviabilizando sua participação nas atividades da empresa. Por isso, como estímulo à participação na Júnior, a Faculdade tem oferecido desconto na mensalidade do aluno, porém sem alcançar êxito.

Realizou-se também uma análise nos projetos de pós-graduação da faculdade e em nenhum deles foi identificada a disciplina de empreendedorismo e tampouco algum conteúdo relacionado.

O trabalho de curso (TC) ⁴¹ é desenvolvido na modalidade monografia. A monografia é coordenada por um professor responsável pela disciplina de Trabalho de Curso e pelos professores orientadores temáticos, desenvolvida na quarta série do curso, conforme regulamento específico (PPC, 2011).

No levantamento feito no livro de atas das monografias realizadas no curso desde 2007⁴², com o objetivo de verificar se o tema empreendedorismo estava presente nesses trabalhos de curso, constatou-se que nenhuma monografia foi desenvolvida tendo como tema o empreendedorismo.

O único trabalho desenvolvido que se aproxima do tema foi na área do intraempreendedorismo, ou seja, o condicionamento do trabalho como empregado de uma empresa estruturada. Ressalta-se que 4 outros trabalhos foram

⁴¹ Conforme denominado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Administração (Anexo C).

⁴² Ano de conclusão da primeira turma do curso de Administração.

desenvolvidos nesses 5 anos voltados para a pequena e média empresa, mas também com o mesmo formato, ou seja, analisar uma questão de uma pequena empresa constituída.

Outra referência para formação empreendedora do aluno do curso pode ser observada na caracterização do perfil do egresso, competências e habilidades expressos no PPC (2011, p. 12, 13):

- O universo profissional do administrador solicita-lhe especial e eclético perfil de habilidade pessoal com traços de percepção e **postura empreendedora**⁴³; capacidade de liderança;
- Fortes valores éticos; visão crítica, holística, criativa, inovadora e flexível, sendo que sua formação profissional requer forte domínio das várias áreas da administração. O Administrador deverá ao final do curso estar apto a: internalizar valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- Possuir uma visão global e humanística que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo cada dia mais diversificado e interdependente;
- Planejar, organizar, liderar e controlar o funcionamento de qualquer tipo de organização, particular ou pública, visando atingir os objetivos com o máximo de produtividade, eficiência e eficácia;
- Determinar os princípios gerais da organização, orientar e controlar as atividades além de garantir a eficácia na utilização dos recursos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros das organizações;
- Atuar nas áreas de recursos humanos, financeiras e tecnológicas além de prestar serviços de assessoria e ou consultoria aos diversos tipos de empresas ou atividades econômicas públicas ou privadas;
- Cuidar da análise dos programas e métodos, da admissão, recrutamento e seleção de pessoal e das relações públicas internas e externas;
- Possuir habilidades de relacionamento, capacidade de atuar em equipes multidisciplinares, catalisar e usar as contribuições das pessoas e dos grupos;
- Possuir equilíbrio emocional e habilidade para administrar e tratar conflitos e confrontos;

⁴³ Grifo da autora.

- Conhecer e vivenciar a organização, seus objetivos e processos de trabalho, possibilitando-lhe selecionar avançados métodos e técnicas administrativas que privilegiem a realização de projetos e atividades de melhoria e expansão, acompanhando a evolução das variáveis do ambiente que se relacionam direta ou indiretamente, com as atividades de sua organização;
- Possuir habilidades de selecionar estratégias adequadas de ação, visando atender interesses interpessoais e institucionais;
- Possuir habilidades para lidar com modelos de gestão inovadores e principalmente **ser criativo e empreendedor**⁴⁴;
- Compreender a necessidade vital do contínuo aperfeiçoamento profissional.

No que tange ao formato de avaliação praticado pela faculdade consta no Regimento Interno (2011, p. 32) que as avaliações da faculdade seguem as seguintes orientações:

- Artigo 94. O rendimento escolar do aluno, em cada disciplina, é verificado em função da assiduidade e eficiência nos estudos, ambas eliminatórias por si mesmas;
- Artigo 95. Entende-se por eficiência, o grau de aplicação do aluno ao estudo e sua verificação faz-se:
 - I- Por no mínimo duas avaliações específicas, por bimestre, sendo que esse número e natureza poderão ser alterados, mediante definição das coordenações e regulamentados pela direção acadêmica; Artigo 96. Para cursos anuais serão distribuídos 25 (vinte e cinco) pontos a cada bimestre e 100 (cem) pontos no exame final, sendo aprovado na disciplina o aluno que obtiver: I - O mínimo de 70 (setenta) pontos durante o ano letivo;
 - II- Média simples igual ou superior 50 (cinquenta) pontos entre o total de pontos obtidos durante o ano letivo e a nota do exame final.

Segundo o PPI (2011, p 46,47), a faculdade considera importante, além das avaliações formais para o bom desempenho do aluno, um constante acompanhamento por meio de uma avaliação permanente. Não uma aplicação permanente de instrumentos de verificação do desempenho, mas o acompanhamento enquanto avaliação permanente por meio da observação, diálogo,

⁴⁴ Grifo da autora.

exercício, aplicação prática que poderá resultar na aplicação coerente de instrumentos de verificação do desempenho acadêmico. É clássica a identificação de três possibilidades que favorecem a realização de uma avaliação nas modalidades: diagnóstica, formativa e somativa. O efeito cumulativo do desempenho do aluno terá como prevalência aspectos qualitativos, sobrepondo-se aos quantitativos.

- Avaliação Diagnóstica – por meio de observação contínua, deve ser constante e representada pela permanente apreciação do professor em relação ao desempenho que o aluno apresente. Exige que seja bem realizada, tendo por base a dedicação e o interesse por parte do professor, que para efetivá-la, em padrão aceitável, considerando que todas as atividades executadas pelo aluno para atingir o objetivo desejado são sempre significativas e, por serem sistemáticas, contemplando o conjunto de atividades integrais desenvolvidas por ambos, no processo de ensino e aprendizagem.
- Avaliação Formativa – designa análises de desempenho em intervalos relativamente curtos, o que além de tornar-se significativa, é importante para a evolução do aluno. Exige metas que devem ser atingidas em prazos mais espaçados, daí ser consolidada em etapas parciais e em graus de complexidade crescentes, já que envolve a necessidade de desdobrar objetivos educacionais previamente definidos de maneira global.
- Avaliação Somativa – tem por objeto a apreciação muito geral do grau em que os objetivos amplos foram atingidos, como parte substancial de etapas concluídas de aprendizagem (PPI, 2010, p. 46)

Por meio da análise realizada nos documentos do curso de Administração, apenas foram constatadas referências sobre essa formação no objetivo geral do curso, no perfil profissiográfico do egresso, na matriz curricular pela presença da disciplina específica, Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios.

4.2.2 Planos de ensino do curso e formação empreendedora

Os planos de ensino do curso de Administração, relacionados com os conteúdos de formação profissional analisados são padronizados, como os demais (de formação básica, de estudos quantitativos e de formação complementar)

contendo os itens: objetivo do curso, objetivo geral e específicos da disciplina, ementa, conteúdo programático, metodologia, critério de avaliação e bibliografia básica e complementar. Essa standardização dos planos de ensino pode ser observada no plano de ensino de Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios (Anexo B).

Por meio da análise feita, observa-se que os planos estão orientados apenas para um dos aspectos do objetivo geral do curso, a formação técnica do administrador voltada para o trabalho numa empresa estruturada, desconsiderando o eixo do objetivo geral do curso em formar também empreendedores.

Em todos os planos de formação profissional, excetuando o plano específico sobre empreendedorismo, não foi possível identificar nos objetivos específicos a formação empreendedora. O plano de Administração de Micro e Pequenas Empresas, como se observa pela denominação, trabalha fundamentalmente a administração de uma micro ou pequena empresa do que propriamente a sua criação.

Nas entrevistas realizadas com os 3 professores⁴⁵ previamente selecionados, em função dos conteúdos que ministram, todos foram unânimes em relatar que trabalham o conteúdo de empreendedorismo de forma paralela, que conhecem o objetivo geral do curso e o perfil profissiográfico do egresso. No entanto, em nenhum momento nos planos de ensino pesquisados consta a ligação entre o objetivo geral do curso (formação empreendedora) e o objetivo da disciplina, tampouco a referência ao perfil profissiográfico do aluno, também na linha do empreendedorismo.

No questionamento sobre o professor alinhar o objetivo da disciplina ao objetivo geral do curso, o discurso de todos os professores foi positivo, o que se contrapõe ao planejamento dos planos de ensino, pois nenhuma referência por escrito confirma tal ação.

4.3 Ações de formação empreendedora realizadas pelo corpo docente

Nas entrevistas semiestruturadas, os professores relataram, na questão que se refere ao nível de empreendedorismo observado pelos professores,

⁴⁵ O Roteiro de entrevista semi-estruturada com os professores, encontra-se no Apêndice C.

que o nível de empreendedorismo nos alunos é satisfatório, chegando aos 60%. No entanto, não existe, de forma sistematizada, exceto na disciplina de Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios, ações que trabalham o desenvolvimento das características empreendedoras, especialmente a criatividade e a tendência a assumir riscos como pode ser observado na Tabela 5, as duas tendências menos próximas do parâmetro do teste de TEG.

No questionamento sobre sugestões para a formação empreendedora, contido na entrevista semiestruturada, os professores entrevistados sugeriram intensificação da prática da formação empreendedora dos alunos, tais como realização de projetos de desenvolvimento de produtos, tentativa de uma maior aproximação de empresários com os alunos e desenvolvimento de uma incubadora de novos negócios com o apoio da empresa Júnior.

Alguns professores, em atitudes isoladas, promovem discussões, utilizam dinâmicas que estimulam os alunos a pensarem e a ponderarem o empreendedorismo como opção pessoal e profissional. Esse não é, contudo, o procedimento padrão, pois não existe o procedimento de forma sistematizada, partindo de um planejamento consistente no PPC, planos de ensino e a prática docente.

4.4 Contribuição do curso para o desenvolvimento das habilidades empreendedoras

Essa questão pode ser analisada a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com três alunos identificados no teste de Tendência Geral Empreendedora que obtiveram as melhores pontuações e três alunos que obtiveram as menores pontuações⁴⁶.

Todos os alunos que responderam à entrevista (tanto os que obtiveram alta quanto os que tiveram baixa pontuação) demonstraram insegurança para responder a questão quanto ao conhecimento do objetivo geral do curso, e do perfil profissiográfico do egresso.

Quanto à questão sobre o esclarecimento das disciplinas do curso no início do ano, metade dos alunos disse que não é uma prática dos professores, os

⁴⁶ O roteiro de entrevista semi-estruturada com os alunos, encontra-se no apêndice B.

demais disseram que o professor apresentam os objetivos de cada disciplina, bem como a ementa e bibliografia no início de cada ano letivo.

No que tange ao questionamento da contribuição dos professores para a formação empreendedora, os entrevistados também não responderam de forma segura. Como exemplo, um aluno disse: “alguns professores deram a matéria de empreendedorismo, houve uma dinâmica sobre isto”. Ou seja, o aluno referiu-se à disciplina de empreendedorismo que é ministrada na terceira série do curso, mas não fez menção à contribuição de outros professores.

Todos os alunos foram unânimes em responder sobre a necessidade de incrementar o ensino de empreendedorismo no curso, com as seguintes sugestões: “oferta de curso de inglês, espanhol e mais cursos de informática”. Alguns disseram que sentem “falta de aulas práticas de empreendedorismo”. Essa observação deve ser avaliada no sentido global para analisar o frequente hiato entre teoria e prática no processo educativo.

Existe, portanto, expectativa dos alunos quanto à formação focada no empreendedorismo, mas não existem instrumentos específicos destinados ao desenvolvimento de características empreendedoras, tampouco um esforço integrador das disciplinas que desperte ou estimule o aluno a empreender seu próprio negócio ou ainda que desenvolva uma postura empreendedora diante de qualquer situação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Após a aplicação do teste validado TEG, foi possível verificar que o perfil empreendedor dos alunos pesquisados não está desenvolvido em todas as dimensões, uma vez que das 5 dimensões elencadas, os alunos conseguiram atingir apenas o parâmetro da dimensão, *tendência a ter iniciativa e determinação*. Nas dimensões, *tendência em assumir riscos e tendência criativa* ficaram abaixo do parâmetro e nas dimensões *necessidade de realização, tendência a ter autonomia e independência* ficaram um pouco próximos⁴⁷. Mesmo considerando a população pesquisada, composta de 63% de mulheres, não se confirmou a tendência da pesquisa do GEM, que relatou ser a mulher brasileira uma das mais empreendedoras no mundo.

Esse resultado confirma a perspectiva de Chaves (1999) e Bom Ângelo (2003) sobre empreendedorismo ao ressaltar que existem pessoas com diferentes graduações de empreendedorismo e poucas pessoas reúnem todos os atributos necessários ao desafio de empreender.

A preferência dos alunos pela segurança de trabalharem numa empresa, em lugar de assumirem riscos pode ser entendida pela oferta de oportunidades de trabalho no contexto regional onde os alunos estão localizados. Uma região com uma população de 34.456 habitantes (IBGE, 2010) e área de 1.404,7 km², composta de indústrias de diferentes ramos, totalizando 190 indústrias e uma área comercial diversificada constituída por uma ampla rede de supermercados, farmácias, clínicas médicas, bancos, hospitais, lojas de conveniência, onde se encontram várias redes de lojas de eletrodomésticos, conforme descrito no início desta pesquisa.

Dolabela (2008) corrobora esse resultado ao afirmar que o empreendedorismo, por necessidade, torna-se pouco desenvolvido num ambiente desfavorável, numa sociedade economicamente estável, com grande volume de vagas de emprego disponíveis, pela racionalidade em separar trabalho e sonho e pela falta de necessidade de empreender para sobreviver.

É importante atentar para as características sócioeconômicas da região para que as alterações da matriz curricular sejam uma constante análise do Núcleo

⁴⁷ Vide Tabela 5.

Docente Estruturante, a fim de atualizar a formação do profissional de administração com competências administrativas adequadas a essa realidade. No entanto, ressalta-se a tendência geral dos cursos de Administração em formar profissionais com o objetivo de atender à demanda de desenvolvimento no país, especialmente no que tange ao preparo do Administrador para trabalhar na grande empresa e não na criação do próprio negócio.

Outro fato a ser considerado é que os alunos pesquisados encontram-se na faixa etária mais empreendedora, que é dos 25 a 34 anos, segundo a pesquisa do GEM (SEBRAE, 2010). Entretanto, o resultado não reforça essa tendência, mas comprova a tendência empreendedora relacionada à renda. A renda identificada de 60% alunos da pesquisa gira em torno de 2 a 3 salários mínimos, identificada como baixa, e a pesquisa do GEM (SEBRAE, 2010) constatou que à medida que a renda cresce, a taxa de empreendedorismo também aumenta, o que reforça que a possibilidade de empreender por oportunidade é maior que empreender por necessidade.

Contudo, é possível desenvolver mecanismos que poderão incrementar as tendências empreendedoras que ficaram abaixo do parâmetro, especialmente aquelas relacionadas a assumir riscos, criatividade e inovação. O desenvolvimento de características empreendedoras apoia-se no fato de que essas podem e devem ser trabalhadas (DOLABELA, 2008). Entretanto, é imperativo encontrar o caminho da prática aliada à teoria empreendedora, por meio de estratégias que permeiem todas as ações. Assim como o foco do curso pesquisado na formação técnica, que promoveu a conquista da nota 4 no ENADE de 2009.

Na análise realizada no Projeto Pedagógico do curso, não foi identificado nenhum contexto sistematizado nas disciplinas do curso, voltado ao fomento de conteúdos e ações para a formação empreendedora, apenas uma ação isolada, por meio da disciplina de Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios.

Portanto, a concepção do empreendedorismo não está presente nos projetos institucionais e de curso, nos currículos, na pesquisa, na pós-graduação, na empresa Júnior ou no estágio Supervisionado. Esta constatação indica que o desenho curricular não está privilegiando a ação, a interdisciplinaridade, a experiência e a interação com o mundo real como forma de aprendizado.

Assim sendo, constatou-se que as ações do corpo docente do curso, no que tange à formação empreendedora, são incipientes. Essa fragilidade diante da

operacionalização do objetivo geral do curso em formar também empreendedores e pesquisadores pode ser explicada pelo perfil do corpo docente, formado em sua grande maioria por especialistas que trabalham em regime horista.

Essa condição, inerente ao corpo docente, privilegia o pensar e o agir estanques e não oportuniza o trabalho interdisciplinar e nem a prática do ensino fortalecido pela pesquisa e extensão. Porém, reforça a concepção de ensino superior que incorporou várias características da perspectiva universitária francesa e norte-americana, como o vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho, privilegiando o ensino em detrimento da pesquisa e extensão.

Quanto à percepção dos alunos concluintes sobre o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, por meio da pesquisa semiestruturada, ficou evidente que essa formação foi insatisfatória, confirmando o foco do planejamento no processo ensino e aprendizagem, por meio do PPC e prática aplicada no curso de Administração pesquisado, voltados para a formação técnica do Administrador.

Entretanto, observa-se que o resultado desta pesquisa corrobora o que Dolabela (2008) acredita como lacuna à formação empreendedora no país. A falta de estrutura tributária e trabalhista, desburocratização e linhas de crédito que incentivem a criação de novas empresas, ou seja, faltam políticas públicas ao incentivo de novos empreendimentos, fato este que desonera a responsabilidade única de um curso de graduação em Administração em formar empreendedores.

As constatações desta pesquisa revelam a necessidade de mudanças. Faz-se mister o repensar do PPC e todos os elementos que o compõe, assim como a prática docente e especialmente o modelo de gestão do curso. Uma mudança de paradigma que envolva os gestores, professores e colaboradores, por meio do planejamento, da ação e atitude na implantação da cultura empreendedora, capaz de superar o modelo tradicional de gestão e as fragilidades internas, trazendo reflexão, criticidade, dinamismo e inovação na formação de Administradores.

A cultura empreendedora pode ser implantada, melhorando os resultados acadêmicos e administrativos. Entretanto, o fator crucial é o comprometimento e a mudança de postura das lideranças.

Realizadas as considerações que se pretendiam com esta pesquisa, algumas recomendações devem ser elencadas quanto às práticas que se poderiam adotar para o Curso, sugere-se:

- Reavaliação do currículo do curso na implantação da cultura empreendedora, incluindo outras matérias específicas voltadas ao tema, tais como estudo dos conceitos de empreendedorismo, plano de negócio, história de grandes empreendedores; questões práticas necessárias à abertura do próprio negócio; processo administrativo focado nas micro empresas;
- Inclusão de atividades como seminários, semanas acadêmicas, possibilitando o intercâmbio entre os alunos e empreendedores locais com objetivo de troca de informações e conhecimentos;
- Introdução de conteúdos voltados ao desenvolvimento da criatividade, inovação e a capacidade de assumir riscos;
- Diálogo entre a instituição educacional e a comunidade empresarial com o objetivo de identificar o perfil necessário à empregabilidade dos concluintes do curso, bem como a aproximação destes com o mundo dos negócios, além de “conscientizar os empresários que a qualidade do ensino local carrega a boa imagem da comunidade a qual eles pertencem” (ZAHRA, 2012, p. 17);
- Criação de um evento anual para inscrição, divulgação e seleção de projetos empreendedores direcionados à comunidade local;
- Utilização do Estágio Supervisionado e da Empresa Júnior como ferramentas ao desenvolvimento de características empreendedoras;
- Introdução de metodologias ativas⁴⁸ no curso, que estimulem o aluno a encontrar soluções para problemas vivenciais relacionando teoria e prática;
- inclusão de projeto em nível de pós-graduação na área de empreendedorismo;
- Desenvolvimento de pesquisas voltadas para a área de empreendedorismo na região;
- Realização periódica de pesquisa sobre a percepção dos egressos sobre o curso e quais as sugestões de melhorias.

Outras sugestões que surgiram como consequência direta dessa pesquisa foram pensadas como possibilidades de formar profissionais com a

⁴⁸ Metodologia ativa de ensino e aprendizagem está baseada na forma de desenvolver o processo de aprender utilizando experiências reais ou simuladas, com capacidade para solucionar com sucesso tarefas essenciais da prática profissional em diferentes contextos (PENAFORTE, 2001).

capacidade de alterar a realidade socioeconômica dentro de perspectivas atuais, com a finalidade de minimizar a desigualdade.

Acredita-se que nenhum paradigma de gestão possa ser implementado sem considerar o contexto social, político e econômico de sua época. Os modos produtivos desenvolvidos para suprirem as necessidades humanas são elementos que marcaram a vida em sociedade, numa evolução que vai desde os modos de produção pré-capitalista (modo de produção comunal primitivo, escravista, feudal), até o modo de produção comunista e capitalista.

Assim, considerando a evolução do processo produtivo ao longo da história, não mais será possível socializar os meios de produção como fora sugerido por Marx no Socialismo. Singer (2008) observou que a questão da socialização dos meios de produção não pode ser pensada no capitalismo de hoje como foi pensada, talvez corretamente, pelos clássicos do século XIX⁴⁹.

Existem meios de estabelecer de forma inovadora e compartilhada modos produtivos cujo foco central e base dessa economia são a igualdade de direitos e deveres e o compartilhamento dos membros envolvidos. Conceitos de gestão contidos na economia solidária, no empreendedorismo social e na economia verde, por exemplo. A Economia Solidária, segundo Singer (1986), é caracterizada pela igualdade de direitos, em que os meios de produção são de posse coletiva. Esse tipo de empreendimento tem como paradigma a autogestão.

Mais do que esta possibilidade, o empreendedorismo social⁵⁰ aponta soluções inovadoras para problemas que envolvem a sociedade, a economia e o meio ambiente. Nessa perspectiva, apresenta-se a economia verde, que se concentra principalmente na intersecção entre o ambiente e a economia.

Essas premissas podem alterar a realidade por meio do envolvimento de pessoas que queiram solucionar causas comuns, uma cultura proativa com

⁴⁹ Especificamente, o ato de desapropriação dos meios de produção pelo Estado não implica em absoluto a passagem dessa propriedade aos trabalhadores; ela implica unicamente a substituição de administradores profissionais representantes dos proprietários capitalistas por administradores profissionais representantes do Estado. Os trabalhadores, em princípio, continuam tão alienados dentro dos locais de trabalho como antes. E é aí que tem que haver, na verdade, a progressiva conquista pelos trabalhadores do domínio sobre o seu processo de trabalho (...) há que se instaurar uma efetiva gestão operária para poder se falar realmente em socialização dos meios de produção (SINGER, 1986, p. 36-37).

⁵⁰ O termo Empreendedor Social foi cunhado por Bill Drayton – Fundador e Presidente da Ashoka – ao perceber a existência de indivíduos que combinam pragmatismo, compromisso com resultados e visão de futuro para realizar profundas transformações sociais. (fonte: <http://www.ashoka.org.br>)

objetivo de minimizar a realidade catastrófica causada pelo capitalismo selvagem e promover mais dignidade a todos os seres humanos.

Possibilidades pensadas para a concretização de um desenvolvimento sustentável, com consciência de que deve haver um equilíbrio entre as questões econômicas, ambientais e sociais. Soluções que podem ser implementadas, não por desconhecimento da realidade política, econômica, ambiental e social, mas pela capacidade de criar, inovar e empreender, minimizando o sofrimento e a exclusão causados pela ganância, corrupção e descaso dos governantes.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. F. **O senso prático de ser e estar na profissão**. São Paulo: Cortez, 2006.
- AIDAR, M. M. **Empreendedorismo**. São Paulo: Thomson, 2007.
- ALMEIDA, F. **Como montar seu próprio negócio** – os segredos do projeto de negócios. Belo Horizonte: Leitura, 2001.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, v.22, n. 74, abr., 2001.
- BAFFI, M. A. T. Projeto Pedagógico: um estudo introdutório. **Pedagogia em Foco**, Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/g03.htm>>. Acesso em: 24 julh. 2010.
- BARBOSA, M. L. O. **Desigualdade e desempenho**: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- BOM ÂNGELO, E. **Empreendedor corporativo**: a nova postura de quem faz a diferença. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**, 2009. Disponível em:< www.mec.gov.br >. Acesso em: 29 jun. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares**, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. **Bolsa família**. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2012.
- BRESSER, P. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2012.
- BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. **Estudo sobre a essência do empreendedorismo**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 30., 2006. Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.
- CAIRD, S. Testing Enterprising Tendency in Occpational Groups. **Bristish Journal of Management**, v. 2, p.177-186, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

CFA. CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - **Pesquisa Nacional. Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador**. Disponível em: <www.cfa.org.br>. Acesso em: 29 jun. 2011.

CFA. CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO –**História da implantação dos cursos de Administração no Brasil**. Disponível em:<www.cfa.org.br>Acesso em: 30 jun. 2011.

CHAVES, B. **Entre pipas, brigadeiros e internet: lições de um jovem empreendedor de sucesso**. 2012. Disponível em: <<http://www.betochaves10.com.br/livrobetochaves.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA CRA/BA. **Históricos dos cursos de Administração no Brasil**. (Desenvolvido pelo). Disponível em: <<http://www.inteligentesite.com.br/modelos/modelo51/subconteudo.asp?ID=226&IDSUBLINK=1676>>. Acesso em: 08 set. 2011.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ CRA/PA. **Diretrizes Curriculares**. Disponível em: <www.cra-ba.org.br/Pagina/58/Historico-dos-Cursos-de-Administracao-no-Brasil.aspx > Acesso em: 08 set. 2011.

CARAVANTES, G. R. **Teoria geral da administração: pensando e fazendo**. 4. ed. Porto Alegre: AGE, 2003.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna Administração das Organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração: abordagens descritivas e explicativas**. 5. ed. São Paulo: Makron Books. 2008a.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor, empreendedorismo e viabilização de novas empresas, um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008b.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COLOMBO, S. A. **Marketing educacional e ação: estratégias e ferramentas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COLOSSI, N. Ensino Superior em Administração: uma concepção substantiva. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v.1, n.0, p. 37. ago., 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/7985/7372>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do administrador de empresa**. Petrópolis: Vozes, 1981.

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 2nd ed. Thousand Oaks (Ca): Sage, 2003.

DALMAS, A. **Planejamento participativo**. 13. ed. São Paulo: Vozes, 1994.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papirus, 2001.

DOLABELA, F. C. **O segredo de Luísa**. 14. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, F. C. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DOLABELA, F. C. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, C. A. J. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios**. São Paulo: Cengage Learnig, 2008.

EVANGELISTA, O. Educação pública: bem comum, direito universal. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 11, abr., 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/011/11evangelista.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FACULDADE ALDETE MARIA ALVES. **Projeto pedagógico do curso de administração 2008**.

FACULDADE ALDETE MARIA ALVES. **Projeto Político Institucional 2010**.

FACULDADE ALDETE MARIA ALVES. **Projeto Político Institucional 2011**.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. São Paulo: Loyola, 1999.

FIALHO, F. A. P. et al. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FULLAN, M.; HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FURTADO, C. **A nova dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GANZELI, P. et al. **Estudo, pensamento e criação**. Campinas-SP: Graf. FE, 2005.

GERHARDT, A. F. L. M. **O ideal e o real na escola brasileira**. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

GIOVANNI, G. DI. **Políticas públicas e política social. Sociologia, crítica social, comentários e reflexões sobre a sociedade – políticas públicas**. Disponível em: <www.unicamp.br/unicamp/imprensa/>. Acesso em: 20 mar. 2012.

GIULIANI, A. C. **Marketing contemporâneo: novas práticas de gestão com estudos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODRI, D. **Marketing de ação**. Curitiba: Educa, 1990.

GOMES, M. C. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GONÇALVES, A. Patrono dos administradores brasileiro. **Revista Brasileira de Administração**, v. 21, n. 86, jan./fev., 2012.

GUIMARÃES, L. O. **A experiência universitária norte-americana na formação de empreendedores** - contribuições das universidades de Saint Louis, Indiana e Babson college. 2002. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4417>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO IBPT. **Salário Mínimo 2012**. Disponível em: <<http://www.salariominimo.net/2010/05/21/impostos-brasil>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação**, 2010. Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em: 10 abr. 2011.

LAURELL, A. C. (Org.). **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. Estado e políticas sociais no liberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEITE, P. A passos lentos. **Ensino Superior**. São Paulo, v. 13, n.145, p.16-17, fev. 2010.

LEITE, E. **O fenômeno do empreendedorismo**. 3. ed. Recife: Bagaço, 2002.

LEZANA, A. G. R.; TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. In: MORI, F. **Empreender**: Identificando, avaliando e planejando um novo negócio. Florianópolis: UFSC, ENE, 1998.

LIMA, A. L. **Os riscos do empreendedorismo**: a proposta de educação e formação empreendedora. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012009-162745/>>. Acesso em: 14 de mar. 2012.

LOBOSCO, A. et al. O ensino do empreendedorismo no Brasil na Universidade pública e o apoio à mulher empreendedora: algumas reflexões críticas. In: SIMPEP, 12., Bauru, SP, 2005. **Anais...** Disponível em: <www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/copiar.php?arquivo>. Acesso em: 15 mar. 2012.

MANZO, J. M. C. **Marketing**: uma ferramenta para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no país: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirurgica Brasileira**, São Paulo, v.17, (Supl. 3), 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

MARTINS, C. B. Surgimento e expansão dos cursos de Administração no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 41, n.7, p. 63-67, jul., 1989.

MARX, K. H.; ENGELS. F. **O Manifesto Comunista**. Versão eBooks. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 02 jan. 2012.

MASLOW, A. H. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MOTA, F. C. P. **Teoria geral da administração**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

NISKIER, A. **A educação na virada do Século**. São Paulo: Expressão e Cultura, 2001.

MAGALHÃES, M. L.; ORTEGA, J. M. Q. **Normas e padrões para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste**. Presidente Prudente: Universidade do Oeste Paulista, 2012. 70 p.

OLIVEIRA, M. et al. **Valeu! Passos na trajetória de um empreendedor**. São Paulo: Nobel, 1995.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PAIVA, V. Sobre o conceito de "capital humano". **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 113, July, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 mar. 2012.

PAULA, M. F. C.; SINDER, M. **Universidade e sociedade no Brasil**: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior. Rio de Janeiro: Wuartet, 2001.

PAULA, M. F. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação (Campinas)**, v. 14, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar. 2012.

PENAFORTE, J. Dewey e as raízes filosóficas da aprendizagem baseada em problemas. In: MAMEDE, S. et al. **Aprendizagem baseada em problemas**. Anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001.

PENIN, S. T. S. Adeus a inocência sobre o ensino superior. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 58, Sept./Dec. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000300030>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

PIRES, V. Ensino Superior e o Neoliberalismo no Brasil: um difícil combate. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, Apr. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000100015>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

QUEIROZ, F. C. B. P.; QUEIROZ, J. V. **Acesso e permanência no ensino superior brasileiro** - há superdimensionamento da oferta? Disponível em: <http://ead.uninove.br/ead/especiais/getd/m2_getd_190210.htm>. Acesso em: 30 jun. 2011.

RAVITCH, D. **Escolas que podemos invejar**. New York Review of Books. 8 de março de 2012. Tradução Vomundo. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2012,

RIBEIRO, A. L. **Teoria da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**: (1930/1973). 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil**: setor privado. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SAMPAIO, H. Trajetória e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil. **Revista CIPEDDES**, n. 9, jun., 2000. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/jun00/sampaio.html>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, M. L. S. **História da educação brasileira**: organização escolar. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SANTOS, T. dos. **Socialismo e democracia no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SAVIANE, D. **Educação brasileira; estrutura e sistema**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1990.

SHUMPETER, J. **O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SISTEMA BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEBRAE. **Pesquisa desenvolvida pela Global Entrepreneurship Monitor**, 2010. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SIMONS, U. Um desafio do tamanho do Brasil. **Ensino Superior**, São Paulo, v. 13, n.145, p.28-34, fev., 2010.

SINGER, P. Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.22, n. 62, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 08 mar. 2012.

SINGER, P. **Repartição da renda**: ricos e pobres sob o regime militar. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

STORK, V. S. Notas para a história da Administração brasileira: origens e desenvolvimento. **Revista de Administração Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 57-62, jul./set., 1983.

TEIXEIRA, A. **O ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1969.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WALTER, S. N. et al. **De professor a gestor**: uma análise do perfil dos gestores dos cursos de administração das instituições de ensino superior da região oeste do Paraná. **Angrad**, v.8, n.1, p. 53-72, 2007.

WIKIPÉDIA. Iturama, demografia e economia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iturama>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2011.

ZAHRA, S. A. Circulo vicioso. **Ensino Superior**, v. 14, n.167, maio, 2012.

ZORZAL, M. **Neoliberalismo e o princípio da competência para o trabalho e a educação nos discursos de Fernando Henrique Cardoso**: da ideologia à pedagogia do imponderável. out., 2010. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt09/gt091098int.rtf>. Acesso em: 03 jan. 2012.

ZOUAIN, D. M.; OLIVEIRA, F. B.; BARONE, F. M. Construindo o perfil do jovem empreendedor brasileiro: relevância para a formulação e implementação de políticas de estímulo ao empreendedorismo. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, ago. p. 797-807, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7612200700040009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2010.

APÊNDICE A1

QUESTIONÁRIO

Este instrumento faz parte de um trabalho de conclusão de curso de Mestrado em Gestão Educacional, e visa contribuir para a melhora do ensino deste Curso.

As perguntas iniciais dizem respeito à identificação do aluno.

Em seguida você deverá responder a um teste denominado TEG – Tendência Geral Empreendedora. Esse teste foi desenvolvido pela Durham University Business School, abril de 1988. É um exercício bastante simples que leva cerca de 10 minutos e tem como objetivo traçar o perfil empreendedor do aluno do Curso de Administração. As respostas podem ser: **Concordo ou Discordo**, basta assinalar um **X** no quadrante correspondente à sua resposta. Poderá ocorrer, em alguns casos, que você não esteja completamente de acordo ou completamente em desacordo com a frase. Neste caso tente escolher a opção que mais se aproxima da sua resposta. Não existem respostas certas ou erradas.

**POR FAVOR, RESPONDA DE FORMA SINCERA,
MUITO OBRIGADA!!!**

A - IDENTIFICAÇÃO

1. QUAL A SUA IDADE:

- A () menos de 18 anos
- B () de 18 a 21 anos
- C () de 22 a 26 anos
- D () de 27 a 35 anos
- E () mais de 35 anos

2. SEXO: A () masculino B () feminino

3. ESTADO CIVIL:

- A () solteiro
- B () casado
- C () separado/divorciado
- D () viúvo

E () outros

4. QUAL A SUA PROCEDÊNCIA:

A () Iturama

B () Outra cidade do Pontal do Triângulo Mineiro. Qual _____

C () Outro Estado

5. QUAL O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE SUA FAMÍLIA

A () Até um salário mínimo (R\$ 545,00)

B () De dois a três salários mínimos

C () De quatro a cinco salários mínimos

D () De seis a sete salários mínimos

E () Mais de sete salários mínimos.

6. QUAL A SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL?

A () Só estuda

B () Trabalha na empresa da família

C () Tem seu próprio negócio

D () Trabalha em micro ou pequena empresa

E () Trabalha em empresa de médio porte

F () Trabalha em grande empresa

G () Faz bicos

H () Outros. _____

7. QUAL FOI O SEU OBJETIVO AO ESCOLHER O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO?

A () Conseguir emprego em um cargo público

B () Trabalhar em uma multinacional

C () Trabalhar em uma grande empresa nacional

D () Trabalhar em uma pequena empresa

E () Dar continuidade ao negócio da família

F () Montar meu próprio negócio

G () Outros. Qual? _____

8. O QUE VOCÊ SE VÊ FAZENDO DAQUI A 10 ANOS?

A () Alto cargo administrativo de uma grande empresa

B () Alto cargo administrativo de uma média empresa

C () Alto cargo administrativo de uma pequena empresa

D () Alto cargo administrativo no poder público

E () Dono do próprio negócio

F () Outro. Qual? _____

B - TESTE TENDÊNCIA GERAL EMPREENDEDORA – TEG

QUESTÕES	C O N C O R D O	D I S C O R D O
1) Não me preocuparia em ter um trabalho rotineiro, sem desafios, se o salário fosse bom.		
2) Quando tenho que fixar meus próprios objetivos, prefiro que sejam mais difíceis do que fáceis.		
3) Não gosto de fazer coisas novas ou pouco convencionais.		
4) As pessoas competentes que não conseguem êxito, não tem aproveitado as oportunidades que lhes são apresentadas.		
5) Raramente sonho acordado.		
6) Costumo defender meu ponto de vista quando alguém não está de acordo comigo.		
7) Ser bom em algo por natureza ou não ser, o esforço não muda as coisas.		
8) Às vezes, as pessoas acham que as minhas idéias são poucos usuais.		
9) Se tivesse que apostar R\$ 10,00 preferiria comprar uma ficha para uma rifa do que jogar cartas.		
10) Prefiro os desafios que põem à prova minhas habilidades do que as coisas que faço com facilidade.		
11) Preferiria ter uma renda razoável em um emprego seguro, do que um emprego em que a renda dependesse do meu desempenho.		
12) Prefiro fazer as coisas da minha maneira, sem me preocupar com o que os outros possam pensar.		
13) Muitos dos maus momentos pelos quais as pessoas passam se devem a má sorte.		
14) Gosto de descobrir coisas novas, embora para isso deva enfrentar alguns desafios.		
15) Se encontro problema com uma tarefa, deixo-a e passo a fazer outra coisa.		
16) Quando traço planos para fazer algo, quase sempre faço o que planejei.		
17) Não gosto que aconteçam mudanças repentinas em minha vida.		
18) Assumirei riscos se as possibilidades de sucesso forem de 50%.		
19) Penso mais no presente e no passado do que no futuro.		
20) Se tivesse uma boa idéia para ganhar dinheiro, estaria disposto a pedir um empréstimo que me permitisse realizá-la.		
21) Quando estou em um grupo, prefiro que outra pessoa seja a líder.		
22) Geralmente, as pessoas tem o que merecem.		
23) Não gosto de adivinhar.		
24) É mais importante executar bem uma tarefa do que tentar agradar as pessoas.		
25) Conseguirei o que quero da vida se as pessoas que tem controle sobre mim gostarem de mim.		
26) Os outros pensam que faço muitas perguntas.		
27) Se existe a possibilidade de fracassar, prefiro não fazer.		
28) Me incomoda que as pessoas não sejam pontuais.		
29) Antes de tomar uma decisão, prefiro ter todos os fatos esclarecidos, embora demande muito tempo.		

30) Ao executar uma tarefa, raramente necessito ou quero ajuda.		
31) O sucesso não acontece se não se estiver no lugar apropriado e no momento certo.		
32) Prefiro ser bom em várias coisas do que muito bom em uma única coisa.		
33) Prefiro trabalhar com uma pessoa que eu gosto, mesmo que não seja muito boa no seu trabalho, do que com uma pessoa que eu não gosto e que é muito boa em seu trabalho.		
34) Conseguir o sucesso é o resultado de muito trabalho, sorte não tem nada a ver com isso.		
35) Prefiro fazer as coisas de um modo habitual ao invés de experimentar novas maneiras.		
36) Antes de tomar uma decisão importante, prefiro avaliar os prós e os contras rapidamente e não perder muito tempo pensando nisso.		
37) Prefiro trabalhar em uma tarefa como membro de uma equipe, do que assumir a responsabilidade sozinho.		
38) Prefiro uma oportunidade arriscada, mas que me leve à coisas melhores, do que ter uma experiência com toda a segurança que mantenha as coisas como estão.		
39) Faço o que se espera de mim e sigo instruções.		
40) Conseguir o que eu quero, tem pouco a ver com sorte.		
41) Prefiro organizar minha vida de modo que transcorra tranqüilamente.		
42) Quando enfrento um desafio, penso mais nas conseqüências do sucesso do que nas do fracasso.		
43) Acredito que as coisas que me acontecem são determinadas por outras pessoas.		
44) Posso fazer muitas coisas ao mesmo tempo.		
45) É difícil eu pedir favores a outras pessoas.		
46) Acordo cedo, durmo tarde ou deixo de fazer refeições para poder acabar tarefas especiais.		
47) Normalmente é melhor aquilo a que estamos acostumados do que aquilo que nos resulta do desconhecido.		
48) A maioria das pessoas pensam que sou teimoso.		
49) Raramente os fracassos se devem a uma má análise.		
50) Às vezes tenho tantas idéias que não sei qual escolher.		
51) Consigo relaxar facilmente nas férias.		
52) Consigo o que quero porque trabalho muito e faço com que aconteça.		
53) É mais difícil para mim: adaptar-me a mudanças do que manter-me na rotina.		
54) Gosto de começar novos projetos que podem ser arriscados.		

MUITO OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!

APÊNDICE A2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a);

Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada “Análise do Perfil Empreendedor dos Alunos Concluintes do Curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada: Contribuições para o aprimoramento do Projeto Pedagógico de Curso”, que tem como objetivo analisar o perfil empreendedor dos alunos concluintes do curso de Administração de uma Instituição Privada para identificar a necessidade de aprimorar o Projeto Pedagógico do Curso e a atuação consequente de seu corpo docente.

Esta pesquisa refere-se a um projeto de mestrado desenvolvido no Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, pela aluna pesquisadora Bécima Eliana Alves Simão (RA: 621006882) sob a orientação do Professor Dr. José Camilo dos Santos Filho.

Solicitamos o seu consentimento na participação desta pesquisa. Sua forma de participação consiste em responder a um questionário e um teste. Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o seu anonimato. As informações obtidas dos participantes são confidenciais e somente serão utilizadas com o propósito científico, mantendo resguardado o anonimato dos participantes e da instituição. Não será cobrado nada, não haverá gastos nem riscos na sua participação neste estudo, não estão previstos ressarcimentos ou indenizações, não haverá benefícios imediatos na sua participação.

Esclarecemos que a sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim preferir, sem nenhum dano ou prejuízo. Os participantes poderão receber os resultados da pesquisa quando forem publicados. Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato com a pesquisadora: Bécima Eliana Alves Simão pelo telefone: (34) 9130.3005 ou pelo e-mail: bacima@hotmail.com, com o orientador Prof^o. Dr. José Camilo dos Santos Filho pelo e-mail: jcamilosantos@yahoo.com.br, ou ainda com a presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da UNOESTE, Prof^a. Dra. Rosa Maria Barilli Nogueira pelo telefone (18) 3229.2077 ramal 219. Desde já agradecemos a sua atenção e participação e colocamo-nos a disposição para maiores informações.

A assinatura no termo de consentimento abaixo formaliza a sua autorização para o desenvolvimento de todos os passos apresentados.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ RG: _____

fui esclarecido (a) sobre todas as informações acima descritas e concordo em participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Análise do Perfil Empreendedor dos Alunos Concluintes do Curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior Privada: Contribuições para o aprimoramento do Projeto Pedagógico de Curso”, realizada por Bácia Eliana Alves Simão, aluna do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Autorizo a utilização das informações obtidas através do questionário e teste com a finalidade de desenvolver a pesquisa citada. Concedo também o direito de uso para quaisquer fins de ensino e divulgação em jornais e/ou revistas científicas, desde que mantenha o sigilo sobre a minha identidade, podendo utilizar pseudônimos. Fui informado (a) dos propósitos e objetivos da pesquisa, estando ciente que a minha participação é voluntária e que posso a qualquer momento me desligar da pesquisa sem nenhum constrangimento.

Presidente Prudente, ____ de _____ de ____ .

Bácia Eliana Alves Simão
Pesquisadora

Assinatura
Participante da Pesquisa

APÊNDICE B

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA (ALUNO)

1. Você tem conhecimento do projeto pedagógico do curso de administração, especialmente no que tange ao objetivo do curso, bem como do perfil profissiográfico do egresso?
2. Os professores esclarecem os objetivos das disciplinas do curso no início do ano?
3. Você consegue perceber a contribuição dos professores, bem como do conteúdo da disciplina na sua formação empreendedora?
4. Qual é sua percepção do seu nível de empreendedorismo?
5. Qual a sua percepção sobre a contribuição do curso para sua formação empreendedora?
6. Você acredita ser necessário intensificar a formação empreendedora do aluno do curso de Administração?
7. Qual seria sua sugestão para intensificar a formação empreendedora do aluno do curso de Administração?

APÊNDICE C

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA (PROFESSOR)

1. Você tem conhecimento do projeto pedagógico do curso de administração, especialmente no que tange ao objetivo do curso, bem como do perfil profissiográfico do egresso?

2. O objetivo da disciplina sob sua responsabilidade está em conformidade com o objetivo geral do curso?

3. No objetivo da disciplina sob sua responsabilidade está de alguma forma mencionada a formação empreendedora do aluno?

4. Qual é o nível de empreendedorismo manifesto pelos alunos do curso de Administração?

5. De que forma a disciplina que o professor ministra contribuiu com a formação empreendedora do curso.

6. Qual seria sua sugestão para intensificar a prática na formação empreendedora do aluno do curso de Administração.

ANEXO A

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Disciplina	Carga Horária Anual	Carga Horária Semanal
	1ª série		
TAO	Teorias da Administração e das Organizações	136	04
MAT	Matemática Aplicada	102	03
CON	Contabilidade	68	02
POR	Comunicação Empresarial	68	02
FIL	Filosofia e Ética Profissional	68	02
ID	Instituições do Direito	68	02
SOC	Sociologia e Antropologia	68	02
ECO	Introdução à Economia	68	02
INF	Informática Aplicada	34	01
TOTAL		680	20
Código	Disciplina	Carga Horária Anual	Carga Horária Semanal
	2ª série		
MTP	Métodos e Técnicas de Pesquisa	68	02
CIP	Ciência Política	34	01
LTP	Legislação Trabalhista e Previdenciária	34	01
CC	Contabilidade de Custos	68	02
OSM	Organização, Sistemas e Métodos	68	02
EST	Estatística Aplicada	68	02
ECON	Economia Contemporânea	68	02
DIR	Direito Empresarial e Tributário	68	02
ARMP	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	68	02
MATF	Matemática Financeira	68	02

PSI	Comportamento Organizacional	34	01
OEST	Orientação de Estágio Supervisionado I	34	01
EST	Prática de Estágio Supervisionado I	150	
TOTAL		830	20
Código	<i>Disciplina</i> 3ª Série	Carga Horária Anual	Carga Horária Semanal
ADM	Administração Mercadológica	68	02
ASI	Administração de Sistemas de Informações	68	02
COE	Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios	68	02
GEN	Gestão Estratégica de Negócios	68	02
ARH	Gestão de Pessoas	68	02
AFO	Administração Financeira e Orçamentária	68	02
LET	Análise de Custos	68	02
APO	Administração de Produção	68	02
OPT	Optativa I	68	02
LOG	Logística Empresarial	34	01
EST	Orientação de Estágio Supervisionado II	34	01
EST	Prática de Estágio Supervisionado II	150	
TOTAL		830	20
Código	Disciplina 4ª Série	Carga Horária Anual	Carga Horária Semanal
ADM	Administração de Comunicação e Relacionamento do Cliente	68	02
APO	Administração de Produção e Operações	68	02
OPT	Optativa II	68	02
TOE	Tópicos Emergentes	68	02
AFO	Administração Financeira e de Investimentos	68	02

JE	Jogos de Empresa	68	02
TCC	Trabalho de Curso	68	02
GAG	Gestão Agroindustrial e Ambiental	68	02
DCE	Diagnóstico e Consultoria Empresarial	68	02
ELP	Elaboração e Administração de Projetos	68	02
TOTAL		680	20
CARGA HORÁRIA TOTAL		3020	
CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES		100	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3120	
DISCIPLINAS OPTATIVAS			
LIB	Libras	68	02
CEX	Comércio Exterior,	68	02
GMP	Gestão de Micro e Pequenas Empresas	68	02
LCT	Leitura e Compreensão de Textos em Língua Portuguesa	68	02
GM	Globalização e Mercados	68	02
RACL	Raciocínio Lógico	68	02

ANEXO B

PLANO DE ENSINO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E PLANEJAMENTO DIDÁTICO

Curso: Administração

Período: Noturno

Série: Terceira

Disciplina: Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios

Carga Horária: 68 horas

Docente: XXXXXXXXXXXX

Data: 02/2011

I – OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Administração da Faculdade xxxxxxxxxxxx tem como objetivo a formação de profissionais com capacidade de compreender o meio social, político, econômico e cultural em que se encontram inseridos, bem como a formação técnica, científica e empreendedora que o habilite a conhecer e intervir no campo da administração das organizações de forma ética, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e a melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade.

II – OBJETIVOS DA DISCIPLINA

GERAL:

Formar pessoas empreendedoras e profissionais qualificados tecnicamente, preocupados com a ética, a transformação social e o desenvolvimento sustentável, qualificando-os para amplo espectro de oportunidades de atuação em áreas aplicadas à organização no moderno cenário competitivo que se faz presente no Brasil e no mundo. Além de possibilitar ao aluno conhecer o cenário de negócios que envolvem a empresa e o empresário, destacando o empreendedorismo como uma capacidade de inovação e criatividade.

ESPECÍFICOS:

Ao término do período letivo os alunos estarão aptos a:

- Definir Empresa, Empresário e Empreendedor.
- Identificar oportunidades de negócios dentro de sua aptidão profissional.
- Separar possíveis ferramentas gerenciais mais viáveis ao plano de negócios.
- Entender o estudo de viabilidade econômico/financeiro do novo negócio.
- Analisar possíveis alternativas de planejamento de negócios e novos produtos.
- Apurar resultados no gerenciamento dos recursos empresariais.

III – EMENTA

Empresa; Empresário e Empreendedor; Plano de Negócios; Planejamento Estratégico; Desenvolvimento de Novos Produtos e Gerenciamento dos Recursos Empresariais.

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º bimestre:

1. Empresa, Empresário e Empreendedor

- 1.2. Conceitos
- 1.3. Características do empreendedor
- 1.4. Habilidades do empreendedor
- 1.5. Gestão de Carreira: uma abordagem profissional
- 1.5. Tipos de empresa
- 1.6. Ciclo de vida das organizações
- 1.7. Os novos paradigmas do mercado mundial

2º bimestre

2.Plano de Negócios

- 2.1. Conceito
- 2.2. Importância
- 2.3. Incubadora
- 2.4. Projetos empresariais
- 2.5. Análise do ambiente de negócios
- 2.6. Etapas de elaboração do plano de negócios
- 2.7. Desenvolvimento de novos produtos**
- 2.8. Geração de idéias
- 2.9. Desafios no desenvolvimento de novos produtos
- 2.10. Arranjos organizacionais eficazes
- 2.11. Administração no processo de desenvolvimento de novos produtos
- 2.12. Geração de idéias
- 2.13. Desenvolvimento e teste de conceito
- 2.14. Desenvolvimento da estratégia de marketing
- 2.15. Análise comercial
- 2.16. Desenvolvimento de produto
- 2.17. Teste de mercado
- 2.18. Comercialização

3º bimestre

3.Planejamento Estratégico

- 3.1. Conceito
- 3.2. Importância
- 3.3. Negócio e finalidade
- 3.4. Valores, missão e visão
- 3.5. Análise do ambiente interno
- 3.6. Análise do ambiente externo
- 3.7. Responsabilidades, ações e metas
- 3.8. Implantação e acompanhamento

4º bimestre

4.Gerenciamento dos Recursos Empresariais

- 4.1. Noções de gerenciamento de equipe
 - 4.2. Noções de gerenciamento de clientes
 - 4.3. Noções de gerenciamento de marketing
 - 4.4. Noções de gerenciamento de finanças
 - 4.5. Noções de gerenciamento de oportunidades
 - 4.6. Noções de gerenciamento de tempo.
-

V – METODOLOGIA

Aulas expositivas, através de discussão e análise de casos e dinâmicas de grupo para fixação dos conceitos e concretização do aprendizado. Visitas técnicas em entidades e empresas objetivando o intercâmbio teórico-prático do ensino-aprendizagem. Trabalhos envolvendo a comunidade acadêmica com a comunidade local, visando à comunicação inter-pessoal e profissional dos alunos. Seminários de apresentações em pequenos grupos. Utilização de data-show, retro-projetor e quadro negro/branco, aulas com apoio de vídeos e dvds.

VI – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Provas objetivo-discursivas bimestrais (individuais)
- Trabalhos em grupo e individuais com pesquisa em classe e extra classe
- Apresentações de trabalhos em classe.
- A verificação do rendimento escolar será feita segundo as normas da Faculdade FAMA no que diz respeito às médias parciais e finais, bem como, aos critérios de ponderação das atividades teóricas e práticas para a composição das médias.

VII – BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARCONDES, Reynaldo C.; BERNADES, Cyro. **Criando empresas para o sucesso**: empreendedorismo na prática: 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RAMOS, Fernando Henrique. **Empreendedores**: histórias de sucesso. São Paulo: Saraiva, 2005.

COMPLEMENTAR:

ÂNGELO, Eduardo Bom. **Empreendedor Corporativo**. São Paulo: Negócio Campus, 2003.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito Empreendedor nas Organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e Empreendedores**. A saga do Desenvolvimento no Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: Análise, Planejamento, Implementação e Controle. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANEXO C

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005

**Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em
Administração, bacharelado, e dá outras providências.**

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares; e,
- XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teóricoprática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em

regulamento próprio. Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES